



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS DE IMPERATRIZ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
MESTRADO ACADÊMICO EM SOCIOLOGIA

FERNANDA NUNES PEREIRA

SINDICATOS:

Percepções dos profissionais da educação acerca de suas ações em Imperatriz - MA

IMPERATRIZ - MA

2026

FERNANDA NUNES PEREIRA

SINDICATOS:

Percepções dos profissionais da educação acerca de suas ações em Imperatriz - MA

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, do Centro de Ciências de Imperatriz (CCIm) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) como requisito para obtenção do título de Mestra em Sociologia.

Linha de Pesquisa: Questões urbanas e rurais: etnia, cultura, identidade, alteridades e territorialidades.

Orientador: Prof. Dr. Clodomir Cordeiro de Matos Júnior

IMPERATRIZ-MA

2026

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Nunes Pereira, Fernanda.

SINDICATOS: Percepções dos profissionais da educação
acerca de suas ações em Imperatriz - MA / Fernanda Nunes
Pereira. - 2026.

129 p.

Orientador(a): Clodomir Cordeiro de Matos Júnior.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em
Sociologia/ccim, Universidade Federal do Maranhão,
Imperatriz, 2026.

1. Sindicatos. 2. Docentes. 3. Experiências. 4.
Imperatriz, Maranhão. I. Cordeiro de Matos Júnior,
Clodomir. II. Título.

FERNANDA NUNES PEREIRA

SINDICATOS:

Percepções dos profissionais da educação acerca de suas ações em Imperatriz - MA

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, do Centro de Ciências de Imperatriz (CCIm) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) como requisito para obtenção do título de Mestra em Sociologia.

Aprovada em: ____ / ____ / ____

Prof. Dr. Clodomir Cordeiro de Matos Júnior

Universidade Federal do Maranhão (UFMA) (Orientador)

Prof. Dr. Maciel Cover

Universidade Federal do Maranhão (UFMA) (Avaliador interno)

Prof. Dr. Josenildo Campos Brussio

Universidade Federal do Maranhão (UFMA) (Avaliador externo)

Dedico este trabalho a todos os profissionais da educação, em especial aos professores, que dedicam suas vidas para desenvolver a formação da sociedade. Aos colegas da zona urbana que se expõem aos perigos diários do trânsito. Aos colegas que atuam na zona rural, que se deslocam muitos quilômetros diariamente para ministrar suas aulas, enfrentando o que na canção de Luiz Gonzaga seria “chuva e sol, poeira e carvão”.

Aos mestres com carinho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Universidade Federal do Maranhão (UFMA), principalmente ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) pela oportunidade de compor a quinta turma do mestrado em Sociologia. Agradeço a CAPES pela interiorização dos programas de pós-graduação *stricto sensu*, sem essa aproximação geográfica dificilmente conseguiria cursar um mestrado. Aos meus colegas de turma “poucos e bons”, pelo companheirismo e auxílio em algumas disciplinas.

Agradeço aos docentes do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, que compartilharam seus conhecimentos, socializaram saberes e auxiliaram tanto no decorrer das disciplinas, nos encaminhamentos de textos para eventos e nos direcionamentos da pesquisa. Aos coordenadores Wellington da Silva Conceição e Karina Almeida de Sousa por serem tão receptivos em relação às minhas inquietações, sendo sempre abertos para me ouvir e mediar questões, acolhendo-me no programa desde o início do processo seletivo.

Ao meu orientador, professor Clodomir Cordeiro de Matos Júnior por suas orientações assertivas e direcionamento na pesquisa. Aos professores Maciel Cover e Josenildo Campos Brussio por aceitarem compor a banca deste trabalho.

Agradeço a Unidade Regional de Educação (URE), por conceder autorização para que eu visitasse as escolas da rede estadual de ensino em Imperatriz em busca de interlocutores, em especial a gestora regional Orleane Evangelista de Santana e a diretora de ensino Suely Leal Silva, por se mostrarem receptivas com a pesquisa.

Agradeço aos membros da regional do Sinproesemma em Imperatriz por cederem o seu tempo e o espaço do sindicato para que a pesquisa se desenvolvesse, principalmente a secretária Jesuslene por ser tão solícita quanto as demandas da pesquisa, agradeço aos coordenadores regionais por serem interlocutores e por indicarem novos interlocutores.

Agradeço aos gestores escolares por dedicarem seu tempo para atuarem como ponte entre interlocutores e pesquisadora e por permitirem meu acesso ao interior das escolas.

Agradeço a Secretaria de Educação do Estado do Maranhão (SEDUC – MA), por me conceder licença para estudo, ainda que concedida de forma tardia, já no final das disciplinas, serviu para que estagiasse, fosse a campo e escrevesse com mais tranquilidade. Agradeço a Deus por todas as coisas, em especial, pela vida, disposição, saúde e força para seguir nesta jornada acadêmica.

Agradeço a minha rede de apoio, sem ela nada conseguira fazer, em especial a minha mãe Norma Suely Bezerra, meus sogros Francisca de Sousa Andrade e seu Orismar Andrade pelo companheirismo e suporte que fomentaram minhas idas a UFMA e a dedicação de horas de estudos, sem eles o caminho seria bem mais conturbado. Ao meu esposo Cássio de Sousa Andrade pelo apoio, execução das tarefas domésticas e cuidados com nossa filha.

Agradeço às minhas avós Maria de Nazaré Bezerra e Adila Lopes Nunes (*in memoriam*), mulheres fortes e aguerridas, que durante toda a minha trajetória como estudante me auxiliaram emocionalmente e principalmente materialmente, comprando material escolar, fardamento, tênis, livros e taxas para passeios e aulas de campo.

Agradeço a minha filha Letícia Maria Nunes Andrade que desde os primeiros dias de vida, teve que dividir sua mãe com o preparatório para a seleção de mestrado e com pouco mais dois meses, já ficava uma tarde inteira sem a presença materna para que eu pudesse assistir as aulas na UFMA, a essa pequenina criança que tão cedo teve que dividir o tempo de sua mãe, meu muito obrigada, é por você tudo isso!

Finalizo com imensa gratidão aos meus interlocutores, por confiarem a mim seu tempo e narrativas, que foram de inestimável valor para a pesquisa.

RESUMO

O presente estudo versa sobre o sindicalismo docente, de modo específico, sobre as representações e expectativas dos docentes de Imperatriz, Maranhão, acerca das experiências do Sinproesemma na segunda maior cidade do estado. Nessa perspectiva, objetiva-se com esta pesquisa compreender sociologicamente as percepções dos trabalhadores da educação maranhense em relação aos sindicatos e seu lugar no mundo social contemporâneo. Para alcançar o objetivo proposto, utilizou-se a pesquisa exploratória e descritiva, fundamentada em Minayo (1994) e como instrumentos metodológicos a observação direta, o envio de formulários do *Google Forms* e a aplicação de entrevistas junto aos docentes da rede estadual atuantes na cidade. Na composição do texto, foi realizada uma descrição do caminho metodológico que foi adotado para o desenvolvimento da pesquisa. No primeiro capítulo, foram explorados os argumentos dos autores clássicos e contemporâneos da Sociologia, identificando narrativas sobre mobilizações, experiências dos trabalhadores em suas reivindicações por direitos e a formação dos primeiros sindicatos. Nessa etapa inicial mobilizamos as contribuições de autores como Marx (2013), Engels (2010), Giddens (2008) e Antunes (1998). No segundo capítulo, analisou-se a história do sindicalismo docente, identificando sua trajetória no Brasil, no Maranhão e em Imperatriz, momento em que analisamos a trajetória do Sinproesemma na cidade. Nesse momento, foram significativas as contribuições de Brussio (2015) e Fortes (2018). No terceiro capítulo, procedeu-se a análise dos dados empíricos obtidos através da aplicação dos formulários e das entrevistas, evidenciando um campo ambíguo sobre mobilizações, engajamento docente e alinhamento entre governo e sindicato. Os resultados indicam que, embora o sindicato seja reconhecido como instrumento legítimo de representação, sua atuação enfrenta limites que impactam a participação e o engajamento dos docentes, apontando, segundo os interlocutores, para a necessidade de recondução nas estratégias das ações sindicais.

Palavras-chave: Sindicatos. Docentes. Experiências. Imperatriz, Maranhão.

ABSTRACT

This study addresses teacher unionism, specifically the representations and expectations of teachers in Imperatriz, Maranhão, regarding the experiences of Sinproesemma in the state's second-largest city. From this perspective, this research aims to sociologically understand the perceptions of Maranhão's education workers in relation to unions and their place in the contemporary social world. To achieve this objective, exploratory and descriptive research was used, based on Minayo (1994), and the methodological instruments included direct observation, the sending of Google Forms questionnaires, and interviews with state school teachers working in the city. The text describes the methodological path adopted for the development of the research. The first chapter explores the arguments of classic and contemporary authors in Sociology, identifying narratives about mobilizations, workers' experiences in their demands for rights, and the formation of the first unions. In this initial stage, we mobilized the contributions of authors such as Marx (2013), Engels (2010), Giddens (2008), and Antunes (1998). In the second chapter, we analyzed the history of teacher unionism, identifying its trajectory in Brazil, in Maranhão, and in Imperatriz, at which point we analyzed the trajectory of Sinproesemma in the city. At this point, the contributions of Brussio (2015) and Fortes (2018) were significant. In the third chapter, we proceeded with the analysis of the empirical data obtained through the application of the forms and interviews, highlighting an ambiguous field regarding mobilizations, teacher engagement, and alignment between government and union. The results indicate that, although the union is recognized as a legitimate instrument of representation, its performance faces limitations that impact the participation and engagement of teachers, pointing to the need for a redirection in the strategies of union actions.

Keywords: Unions. Teachers. Experiences. Imperatriz, Maranhão.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABC – Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul

AI-2 – Ato Institucional nº 2

APEM – Associação de Professores da Rede Pública Municipal de São Luís

APEMA – Associação de Professores do Estado do Maranhão

CEM – Centro de Ensino Médio

CEJA – Centro de Ensino de Jovens e Adultos

CET – Contrato Especial de Trabalho

CGT – Comando Geral dos Trabalhadores

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho

CNTE – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação

CONTEMA – Congresso Ordinário dos Trabalhadores em Educação Pública Básica do Estado do Maranhão

COTEMACS – Coletivo Trabalhadores e Trabalhadoras em Educação Pública do Estado do Maranhão no Campo Sindical

COVID-19 – *Coronavirus Disease* 2019

CPF – Cadastro de Pessoa Física

FGTS – Fundo de Garantia de Tempo de Serviço

FUNDEF – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MOSEP – Movimento de Oposição ao Sinproesemma

PCdoB – Partido Comunista do Brasil

PDF – *Portable Document Format*

PPGFOPRED – Programa de Pós-Graduação em Formação Docente em Práticas Educativas

PPGS – Programa de Pós-Graduação em Sociologia

PROCAD – Programa de Capacitação Docente

PSB – Partido Socialista Brasileiro

S/N – Sem Número

SEAD-MA – Secretaria de Estado da Administração

SINDEDUCAÇÃO – Sindicato dos Profissionais do Magistério da Rede Municipal de São Luís

SINPROEEMMA – Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica das Redes Públicas Estadual e Municipal do Estado do Maranhão

SINTERP-MA – Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino da Rede Particular do Maranhão

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TSE – Tribunal Superior Eleitoral

UEMA – Universidade Estadual do Maranhão

UFMA – Universidade Federal do Maranhão

UREI – Unidade Regional de Educação de Imperatriz

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

UST – União Sindical dos Trabalhadores

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Vista vertical das escolas Centro Educa Mais Nascimento de Moraes e Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEJA)	21
Figura 2 – Área de abrangência da regional do Sinproesemma em Imperatriz	24
Figura 3 – Vista vertical das escolas Centro de Ensino Graça Aranha e Centro de Ensino Dorgival Pinheiro de Sousa	29
Figura 4 – Contracheque de docente da rede estadual de ensino	74
Figura 5 – Fachada da sede da regional do Sinproesemma em Imperatriz	79
Figura 6 – Interior da regional do Sinproesemma em Imperatriz (pátio descoberto).....	80
Figura 7 – Pátio externo da regional do Sinproesemma em Imperatriz (visão do fundo para o portão).....	80
Figura 8 – Antesala da regional do Sinproesemma em Imperatriz.....	81

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
PERCURSO METODOLÓGICO: a experiência no campo de pesquisa	18
 CAPÍTULO 1. DOS AUTORES CLÁSSICOS AOS CONTEMPORÂNEOS: as perspectivas sociológicas sobre as classes trabalhadoras e os sindicatos.....	32
1.1 Os autores clássicos da Sociologia e os sindicatos dos trabalhadores.....	32
1.2 Aportes da sociologia contemporânea para a compreensão dos sindicatos e suas ações.....	37
1.3 Sociologia brasileira e a atuação dos sindicatos no Brasil.....	40
 CAPÍTULO 2. TRAÇOS DA HISTÓRIA DOS SINDICATOS DOCENTES NO MARANHÃO.....	48
2.1 Sindicatos e sindicalismo no Brasil.....	48
2.2 Sindicatos e sindicalismo docente no Brasil.....	55
2.3 Traços da história do sindicalismo docente e de sua atuação no Maranhão	57
2.4 O sindicalismo docente e a atuação do Sinproesemma no Maranhão	63
2.5 Presença e atuação do Sinproesemma em Imperatriz	76
 CAPÍTULO 3: SER OU NÃO SER SINDICALIZADO: o sindicato e suas ações a partir do olhar e narrativas docentes de Imperatriz.....	85
3.1 Perfil dos docentes interlocutores da pesquisa.....	85
3.2 Trabalho docente, precarização e formas de consciência sindical entre professores de Imperatriz.....	88
3.2.1 Perfil dos professores sindicalizados.....	89
3.3 Entre a ação e a aparente letargia do sindicato: a percepção dos professores de Imperatriz sobre as ações do Sinproesemma.....	95
3.4 Pandemia da COVID-19, atuação sindical e relações entre governo e Sinproesemma.....	99

3.5 Experiências docentes, de sindicalização e percepções futuras.....	101
3.5.1 A experiência de sindicalização docente: motivações, engajamento e críticas à atuação sindical.....	105
3.5.2 A contribuição sindical como centro de divergências entre docentes e gestões sindicais.....	110
3.5.3 Gestão sindical e gestão governamental: tensões, alinhamentos e controvérsias na atuação do Sinproesemma	112
3.5.4 O que esperam os docentes do sindicato: demandas por saúde e representatividade.....	114
 CONCLUSÕES.....	 118
REFERÊNCIAS	120
APÊNDICES.....	125

INTRODUÇÃO

“Proletários de todos os países, uni-vos”, com a célebre frase do Manifesto Comunista¹, datada para muitos e atual para outros, é que este trabalho se inicia. Diversos motivos direcionam a escolha dessa frase para o início da introdução, o primeiro deles é que a frase denota uma convocação ao alvo central deste trabalho – os trabalhadores. De maneira secundária, a convocação que a frase expressa corrobora com a ideia de mobilização, que é uma das ações mais pertinentes dos sindicatos.

A mobilização da classe trabalhadora sempre esteve marcada por estigmas (Goffman, 1981). Esses estigmas se manifestam em associações do senso comum que vinculam o trabalhador à preguiça e à falta de compromisso com o trabalho, discursos recorrentes no âmbito patronal. A figura dos sindicatos é discutida nessa dissertação, desde a sua gênese até a configuração atual, para endossar as argumentações sobre as mobilizações sociais e sindicalismo, as contribuições de Marx (2013), Engels (2010), Giddens (2008) e Antunes (1998) se fazem necessárias.

O sindicato trabalhado neste estudo é o sindicato docente, mais especificamente o Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica das Redes Públicas Estadual e Municipais do Estado do Maranhão (SINPROESEMMA), e mais profundamente a regional de Imperatriz. Para tanto, a contribuição de Cefaï (2007) e Perrot (2017) servem para estabelecer mecanismos comumente utilizados para construir a narrativa sobre mobilização. Para compreender a dinâmica de construção do sindicalismo docente no estado do Maranhão, as contribuições de Brussio (2015) e Fortes (2018) mostram-se de fundamental importância, além dos autores anteriormente citados, o estatuto do Sinproesemma também é discutido para o entendimento das demandas que a categoria docente no Maranhão anseia.

O estudo fundamenta-se na seguinte problemática: qual é a percepção dos trabalhadores da educação em relação aos sindicatos? Diante desse cenário, o objetivo geral do trabalho consiste em analisar a percepção dos trabalhadores da educação acerca dos sindicatos, considerando o crédito e descrédito da instituição. Além do objetivo geral, figuram como objetivos específicos: verificar a sindicalização ao Sinproesemma nos últimos anos em Imperatriz; descrever a perda de direitos e a baixa representação dos trabalhadores em

¹ Elaborado por Karl Marx e Friedrich Engels em 1848.

discussões trabalhistas e correlacionar o Decreto nº 9.735/2019 com a percepção de descrença no sindicato.

A pesquisa justifica-se pela proximidade institucional, por ser docente há 14 anos, 9 deles na rede estadual de ensino, a relação docência e sindicato havia despertando-me interesse nos últimos anos. Observando em diversos momentos um alinhamento entre sindicato e governo, ver o estatuto do servidor ser desrespeitado, como no repasse de valores referente às progressões dos professores, justificou a configuração desta pesquisa.

Em relação à viabilidade para a realização do estudo, esta mostrou-se favorável, pois pelo ponto de vista geográfico, objeto de estudo e pesquisadora encontravam-se no mesmo ambiente, a cidade de Imperatriz. Outro ponto que denota a viabilidade do trabalho foram as diversas visitas que realizei à regional do Sinproesemma em Imperatriz e a autorização da Unidade Regional de Ensino de Imperatriz (UREI) para efetivar a pesquisa nas escolas estaduais da cidade. Considerando que sou professora e um dos campos de pesquisa foram as escolas, o afastamento entre pesquisadora e docente mostrou-se necessário para a pesquisa se desenvolver, a escola para mim é um ambiente familiar, embora o tratamento ríspido que recebi de alguns gestores, não poderia ficar muito envolvida com o ambiente para não afetar a cientificidade da pesquisa. “O processo de estranhar o familiar torna-se possível quando somos capazes de confrontar intelectualmente, e mesmo emocionalmente, diferentes versões [...]” (Velho, 1981, p. 131). No momento da aplicação dos formulários no grupo dos docentes das escolas, a postura de pesquisadora prevaleceu em relação ao meu posicionamento enquanto docente.

Em relação à metodologia da pesquisa, esta desenvolveu-se a partir da pesquisa qualitativa. De acordo com Minayo (1994) “O conjunto de dados quantitativos e qualitativos, porém, não se opõem. Ao contrário, se complementam, pois a realidade abrangida por eles interage dinamicamente, excluindo qualquer dicotomia”. As técnicas de coleta de dados foram observação direta, entrevistas e aplicação de formulários pelo *Google Forms*.

O trabalho organizou-se na seguinte estrutura: o percurso metodológico foi subdividido em três tópicos. Logo em seguida, abordou-se a experiência no sindicato, tópico em que as visitas à regional do Sinproesemma em Imperatriz foram relatadas. No terceiro tópico da metodologia, as experiências de pesquisa em ambiente escolar foram abordadas, momento em que se descreveu a localização das escolas e a receptividade de gestores e docentes quanto à pesquisa. Por fim, as impressões da pesquisa, tópico em que os percalços do trabalho foram expostos.

Dando sequência à perspectiva de sumarização do trabalho, no capítulo 1 intitulado “Do clássico ao contemporâneo: a perspectiva sociológica sobre a classe trabalhadora e os sindicatos”, as dimensões do trabalho, da mobilização e dos sindicatos foram discutidas, desde a configuração dos clássicos como Marx (2013) e Engels (2010), passando pelos autores contemporâneos, dentre eles Giddens (2008), e para finalizar a visão dos autores brasileiros em relação à mobilização social e aos sindicatos, neste último subtópico a perspectiva de Antunes (1998) serviu para a construção da narrativa textual.

No Capítulo 2, a gênese do sindicalismo docente foi abordada, além do contexto das mobilizações da categoria do magistério. No capítulo, apresentou-se uma trajetória do sindicalismo docente por escala geográfica, iniciando com a perspectiva do sindicalismo docente no Brasil, em seguida no estado do Maranhão e por fim tratou-se dos caminhos percorridos para a construção da regional do Sinproesemma em Imperatriz. No primeiro tópico do capítulo analisou-se a maneira como o sindicalismo docente “bebeu” da fonte do sindicalismo industrial para construir a narrativa reivindicatória. No tópico seguinte, a abordagem sobre o sindicalismo no Maranhão foi apresentada, nesse momento foi dado um destaque aos docentes da rede privada de ensino que foram os primeiros docentes do estado a se organizarem em forma de sindicato. Na sequência, a configuração do Sinproesemma no Maranhão foi demonstrada, desde o apanhado histórico da APEMA até a estrutura sindical atual. Ao fim do capítulo, a história do Sinproesemma em Imperatriz foi evidenciada, como não há documentos na sede da regional que relatem o processo de mobilização do Sinproesemma na cidade, o texto baseou-se nas narrativas dos gestores antigos e atuais.

Na sequência do trabalho, o Capítulo 3 foi delineado, a partir da análise de dados, em um diálogo entre os dados do formulário e as respostas dos interlocutores das entrevistas. As entrevistas foram realizadas na sede da regional do Sinproesemma em Imperatriz, nos dias de 11 de dezembro de 2024 e 26 de fevereiro de 2025, correspondentes, respectivamente, às eleições para a diretoria da regional de Imperatriz e a para a direção estadual do sindicato.

A finalização do estudo abordou as percepções dos docentes da rede estadual maranhense sobre as noções de crédito e descrédito, alinhamento do sindicato com os governos e expectativas para um sindicato futuro.

PERCURSO METODOLÓGICO: a experiência no campo de pesquisa

Em uma reunião entre pesquisadora e orientador em janeiro de 2024, definiu-se que a pesquisa seguiria a partir de três frentes de trabalho. A primeira, iniciada antes mesmo do alinhamento em reunião, foi a leitura de materiais objetivando a compreensão teórica do objeto de pesquisa. Essa etapa da pesquisa estendeu-se ao longo de todo o trajeto no mestrado, desde as leituras das disciplinas obrigatórias até os textos lidos nas disciplinas optativas.

A segunda frente de pesquisa consistiu em visitar a sede do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica das Redes Públicas Estadual e Municipais do Estado do Maranhão (Sinproesemma) em Imperatriz, com o objetivo de estabelecer contato com os dirigentes. Em um terceiro momento, visitou-se a Unidade Regional de Educação de Imperatriz (UREI) para apresentar a pesquisa e então proceder com o contato nas escolas para dialogar com os docentes quanto ao preenchimento do formulário.

Antes de ir a campo, o orientador da pesquisa encaminhou à pesquisadora a Carta de Apresentação e o Termo de Consentimento e Livre Esclarecido (TCLE), que estão na íntegra no apêndice deste trabalho. A partir desse momento, deu-se início à segunda frente de trabalho: a pesquisa no sindicato. Antes de ingressar na instituição, buscou-se um esforço de distanciamento analítico em relação a uma série de pré-noções previamente construídas acerca do sindicato, uma vez que a pesquisadora também atua como docente da rede estadual e ao longo dos anos de profissão, esteve exposta a ideias opostas ao Sinproesemma, que vão desde a má funcionalidade do sindicato até a destinação dos recursos arrecadados.

O ingresso no sindicato ocorreu em um contexto de intensa movimentação. No primeiro contato, a apresentação deu-se exclusivamente como pesquisadora da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), optando-se em omitir o fato de também ser professora. Tal omissão teve como objetivo minimizar as inferências acerca do sindicato. Minayo (1994, p. 34) já demonstrava que “quando definimos o que pesquisar, a partir de que base teórica e como pesquisar, estamos fazendo escolhas que são mesmo em última instância, ideológicas. A neutralidade da investigação científica é um mito”. No entanto, à medida que as conversas iam se desenvolvendo a pesquisadora suavemente denotava um posicionamento como professora, ainda que de forma controlada e reflexiva.

Com a intensa movimentação do sindicato em função da divulgação da lista dos contemplados pelos precatórios do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef)², o distanciamento analítico proposto pela pesquisadora foi parcialmente comprometido quando a pesquisadora passou a observar conhecidos transitando no interior do sindicato. Por ora, a estratégia traçada pela pesquisadora, ocultação da condição de professora, não se concretiza. Depois de uma análise, foi avaliado se o fato de ser professora não facilitaria o ingresso no campo. A esse respeito, Maria Cecília Minayo argumenta:

Em primeiro lugar, devemos buscar uma aproximação com as pessoas da área selecionada para o estudo. Essa proximidade pode ser facilitada através do conhecimento de moradores ou daqueles que mantêm sólidos laços de intercâmbio com os sujeitos a serem estudados. (Minayo, 1994, p. 55)

Passada a etapa de apresentação, a observação da movimentação foi iniciada, e perguntas pontuais foram feitas. Observou-se que naquele momento o sindicato não oferece conforto para seus filiados, apenas cadeiras de plástico e uma área externa sem climatização e um bebedouro. O comportamento dos dirigentes, funcionários e filiados, foi observado e a pesquisadora permaneceu *face a face* com os observados (Minayo, 1994).

Concomitante à observação, iniciou-se o diário de campo a fim de não perder a dinâmica dos eventos que se passavam muito rapidamente. Sobre o diário de campo, Minayo (1994, p. 60) argumenta que “[...] o diário de campo é pessoal e intrasferível. Sobre ele o pesquisador se debruça com intuito de construir detalhes que no seu somatório vai congrega os diferentes momentos da pesquisa”. Como quase tudo na perspectiva hodierna é feito por meio eletrônico, o diário de campo desta pesquisa não destoou da dinâmica de anotações no *notebook* e telefone celular.

A respeito das entrevistas, Maria Cecília Minayo apresentava os seguintes posicionamentos, o primeiro deles é que “[...] a entrevista, um termo bastante genérico, está sendo por nós entendida como uma conversa a dois com propósitos bem definidos.” (Minayo, 1994, p. 57). No que se refere ao direcionamento da entrevista, Minayo (1994, p. 58) expressou que “em geral, as entrevistas podem ser estruturadas e não-estruturadas, correspondendo ao fato de serem mais ou menos dirigidas.” Considerando a dinâmica cotidiana, uma entrevista foi enviada por meio do aplicativo *WhatsApp*, pois se apresentou mais viável no momento. Entretanto, o distanciamento entre pesquisadora e interlocutores no momento de resposta às questões pode implicar numa suavização de situações. Conforme Berreman (1998), longe do

² Precatórios são dívidas do governo com sentença judicial definitiva, podendo ser em relação a questões tributárias, salariais ou qualquer outra causa em que o poder público seja o derrotado. O extinto Fundef (Lei 9.424/96) destinava 60% dos recursos para pagamento de salários de profissionais da educação.

olhar da pesquisadora, as impressões são mais facilmente controladas, evidenciando uma limitação inerente à entrevista à distância.

No decorrer de quatro visitas ao Sinproesemma, de 4 a 25 de março de 2024, a pesquisa tomou rumo à terceira frente de trabalho: as escolas. Diferente do sindicato que era visitado às segundas-feiras, julgo que o melhor dia de visita às escolas seria às terças-feiras, pois pela experiência empírica como docente, é notório que as segundas-feiras há muitas demandas reprimidas do final de semana que culminam no debate e resolução no início da semana, logo, as gestões escolares e os docentes não teriam tempo e nem condições para receber e compreender a pesquisa.

Além da organização quanto ao dia da semana para o deslocamento até as instituições de ensino, a logística geográfica teve que ser pensada, pois são várias escolas pertencentes à rede estadual em Imperatriz. As que se localizam no centro da cidade são relativamente próximas umas das outras, mas as escolas localizadas em bairros são bem distantes. A elaboração de um plano de ação foi fundamental. Como destacam Lakatos e Marconi (2017, p. 157) “o plano auxilia o pesquisador a alcançar uma abordagem mais objetiva, imprimindo ordem lógica ao trabalho”.

Na noite que antecede a ida às instituições de ensino, foi observado que o formulário estava com uma restrição quanto ao preenchimento, somente pessoas da organização do criador poderiam respondê-lo, no caso, usuários do domínio ufma.br. Essa restrição inviabilizaria o preenchimento pelos docentes da rede estadual; portanto, a configuração do formulário foi reformulada. A respeito da reformulação do questionário, Eva Maria Lakatos e Marina de Andrade Marconi expressam o seguinte:

Verificadas as falhas, deve-se reformular o questionário, conservando, modificando, ampliando ou eliminando itens; explicando melhor alguns ou modificando a redação de outros. Perguntas abertas podem ser transformadas em fechadas se não houver variabilidade de respostas. (Lakatos; Marconi, 2017, p. 219)

Ainda nesse sentido, anteriormente, o orientador da pesquisa já havia acrescentado algumas questões ao formulário, bem como transformado questões objetivas em subjetivas para ampliar a abrangência das respostas.

Ao adentrar na primeira escola visitada, o Centro Educa Mais Nascimento de Moraes, foi feita uma breve apresentação ao gestor, sem grandes desvios textuais, falando apenas o que compete a pesquisa. Esse exercício de distanciamento demandou um certo esforço, embora necessário, esse afastamento da pesquisadora e professora da ex-aluna foi fundamental para não contaminar a observação. Posteriormente, garantiu que o preenchimento do formulário

permanecesse imparcial. Transformar o familiar em exótico e o exótico em familiar (Damatta, 1978) é uma tarefa árdua que o pesquisador tem que desenvolver.

Figura 1 – Vista vertical das escolas Centro Educa Mais Nascimento de Moraes e Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEJA)



Fonte: Google Maps

Feita a visitação às escolas, das 19 escolas previstas, 15 foram efetivamente visitadas. Não foram visitadas as instituições Centro de Ensino Barjonas Lobão, Centro de Ensino Nova Vitória, Centro de Ensino Vespasiano Ramos e os anexos do Centro de Ensino Dorgival Pinheiro de Sousa. A distância e a precariedade na infraestrutura viária da cidade foram fatores importantes para a ausência da pesquisadora nas instituições. Com os formulários enviados aos docentes, a pesquisa se direcionou para o reforço no embasamento teórico. Nesse momento, a leitura é intensificada e textos que já foram explorados ao longo do mestrado são revisitados. Segundo Lakatos e Marconi (2017, p. 30) “a maior parte dos conhecimentos é obtida por intermédio da leitura[...]”. Dessa forma, por meio da leitura, realizou-se um levantamento de informações relevantes organizadas em um fichamento que serviu para a construção do texto.

Com os autores selecionados, a leitura fluiu, todo um trabalho de curadoria foi feito para seleção de trechos que conversem com o texto a ser redigido. Com o auxílio do orientador da pesquisa, alguns autores foram pesquisados para endossar o texto, a fim de garantir o rigor científico, autores clássicos da sociologia não poderiam se ausentar. Nesse sentido, Pedro Demo denota que:

Embora autoridade não seja, por si mesma, argumento algum, não se pode desconhecer o fenômeno constante de que a evocação de certas autoridades desperta

imensa respeitabilidade. Para muitos uma análise científica repleta de citações de Marx, Weber, Platão ou Florestan Fernandes será considerada especialmente científica [...] (Demo, 2014, p. 41)

Sequenciando a busca por dados e informações, a leitura seguiu de forma sistemática. De acordo com Lakatos & Marconi (2017, p. 176), “para a obtenção de dados, podem ser utilizados três procedimentos: pesquisa documental, pesquisa bibliográfica e contato direto”. No cenário em que se apresenta, a pesquisa documental mostrou-se a de menor acesso, pois os dados não são produzidos em Imperatriz. Assim, a pesquisa seguiu com relatos orais e análise dos dados dos formulários e entrevistas.

Experiência no sindicato

Na segunda-feira, 4 de março de 2024, a pesquisa foi direcionada à sede da regional do Sinproesemma em Imperatriz. Para encontrar o espaço, houve uma busca do endereço no Google e a rota proposta pelo site foi seguida. No Google, o sindicato está referenciado em uma rua incorreta. Contudo, seguindo a direção proposta, o endereço foi localizado, pois o sindicato ocupa uma edificação grande, muro pintado de azul intenso e com o logotipo da instituição.

O Sinproesemma em Imperatriz se localiza na rua do Mirador, nº 9, no bairro Nova Imperatriz. Ao chegar ao Sinproesemma, que estava bem movimentado, houve o questionamento sobre onde se localizava a recepção, os presentes informaram que a recepção ficava na porta ao lado. A recepcionista do sindicato foi informada sobre a pesquisa que estava em andamento e sobre a instituição responsável, a Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

Então, houve um encaminhamento para dialogar com um dos diretores que estava fora da sala. Em uma breve apresentação aos professores Willas de Moraes Nascimento e Francisco Bento Pereira (Sival)³, ambos coordenadores da regional de Imperatriz, obtiveram-se as seguintes informações: além dos dois coordenadores que no momento se encontravam no sindicato, há também o professor Fredson Calixto, vice-coordenador.

Na ocasião foram solicitados sobre contatos telefônicos e foram fornecidos os contatos pessoais dos professores Willas de Moraes Nascimento, Francisco Bento Pereira (Sival), bem como um cartão com os dados do sindicato como o WhatsApp da instituição e o telefone fixo. No decorrer da conversa, foi indagado ao professor Willas de Moraes acerca do licenciamento para exercer a atividade sindical. Ele respondeu que apenas ele é licenciado para executar

³ Os interlocutores autorizaram a utilização de seus verdadeiros nomes.

funções no sindicato; os professores Francisco Bento Pereira e Fredson Calixto continuam exercendo suas funções no magistério e ainda acumulam cargo, não remunerado, no sindicato.

Na semana seguinte, no dia 11 de março uma segunda-feira, a pesquisa foi direcionada à sede regional do Sinproesemma. Foi questionado a secretária acerca do banco de dados com a quantidade de filiados dentro do espaço temporal da pesquisa. Pouco tempo depois, chegou uma professora ao sindicato, enquanto a secretária se ocupava com outras demandas. Em um dado momento, foi questionada a secretária do sindicato sobre a presença dos coordenadores professor Willas de Moraes Nascimento e Francisco Bento Pereira (Sival). Ela informou que o primeiro ainda não havia chegado e o segundo tinha acabado de sair. As observações permaneceram até por volta de 11h10, quando foi informado que haveria um contato via WhatsApp para lembrá-la sobre a lista dos sindicalizados.

No dia 15 de março de 2024, uma sexta-feira, foi enviado um questionamento por WhatsApp sobre a movimentação no sindicato. A secretária respondeu que “estava a todo vapor”. Logo em seguida, foi lançado o questionamento sobre o relatório das sindicalizações, a secretária argumentou que estava tentando agilizar o pedido junto à sede em São Luís, responsável por produzir esses dados.

18 de março de 2024, uma segunda-feira, a pesquisa novamente foi direcionada à sede regional do Sinproesemma. A movimentação seguia intensa na regional, em função da lista de beneficiados do Fundef. Os contemplados geralmente eram professores com mais idade ou já na inatividade e que não possuem habilidades em informática e se direcionam à sede da regional para que a secretária faça o serviço de verificação no site. A observação ocorreu na parte externa do sindicato, em frente à sala de atendimento, onde o movimento de entrada e saída de professores da recepção do sindicato foi contínuo.

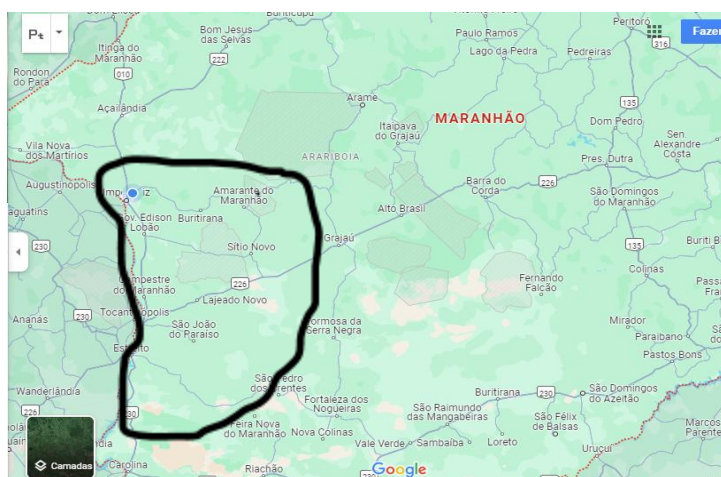
O sindicato era uma casa, e transitavam nela duas crianças e um adolescente, sobrinhos da secretária, o que causava ruídos no trabalho em alguns momentos, principalmente com a criança menor que insistia em conversar sobre dinossauros com a pesquisadora. Ainda na parte externa, mais um professor chegou em uma motocicleta. O atendimento se estendeu por muito tempo, havendo uma breve interrupção para pedir autorização para fotografar a parte externa da regional do sindicato. A autorização foi concedida e houve o registro em fotos do ambiente.

Na semana seguinte, questionou-se a secretária Jesuslene acerca do banco de dados quanto a sindicalização na década de 2010-2020. Ela argumentou sobre as diversas demandas que o sindicato enfrentava naqueles dias. As demandas do sindicato estavam em alta por causa do CONTEMA – Congresso Ordinário dos Trabalhadores em Educação Pública Básica do Estado do Maranhão (Congresso que acontece um ano antes da eleição para a diretoria). Além

do CONTEMA havia também as demandas do Fundef, em função disso, a secretária alegou que a sede do sindicato em São Luís ainda não havia enviado os dados quanto as sindicalizações.

Em uma conversa informal com a secretária, a pesquisadora a questionou sobre quantos municípios a regional de Imperatriz representa, e ela prontamente respondeu, “13 municípios”; mas no momento de expor quais são os municípios ela forneceu respostas fragmentadas, até que com um tempo e exercício de memória da funcionária do sindicato foi obtido como resposta que os municípios são: Amarante, Governador Edison Lobão (Ribeirãozinho do Maranhão, renomeado após o plebiscito de outubro de 2024), Davinópolis, Estreito, Porto Franco (Núcleo que atua com professores do Município e do Estado), Buritirana, Campestre, João Lisboa, Lageado Novo, Montes Altos, Ribamar Fiquene, São João do Paraíso, Senador La Roque.

Figura 2 – Área de abrangência da regional do Sinproesemma em Imperatriz



Fonte: Google Maps

Informações sobre o CONTEMA foram solicitadas, momento em que a secretária explicou que o professor Willas possui mais conhecimento sobre o assunto e sugeriu que a pesquisadora o procurasse. Durante uma rápida procura pelas dependências do sindicato, o professor Willas de Moraes foi encontrado e os questionamentos sobre o CONTEMA se iniciaram. O professor Willas argumentou que cada regional elege os delegados de acordo com a quantidade de filiados. O Congresso discute questões sobre o estatuto do servidor e questões educacionais. Os delegados são professores que estão em sala de aula e quando vão para o congresso, têm abono de falta, mas devem repor as aulas quando possível.

Quanto às eleições, não há limite de reeleições, nem na presidência do sindicato em São Luís e nem nos diretórios estaduais. Contudo, segundo o professor Willas, os dirigentes têm respeitado o limite de dois mandatos. Na presidência em São Luís o mandato é de 4 anos e nas

diretorias regionais o mandato é de 3 anos. As respostas solicitadas foram obtidas e por volta de 11h30, houve a despedida da pesquisadora em relação a secretária e os dirigentes que ali estavam.

Dias se passaram e a necessidade de produzir um texto sobre o histórico do Sinproesemma em Imperatriz se efetivou. O direcionamento mais uma vez foi encaminhado à sede da regional do Sinproesemma em Imperatriz para entrevistar o professor Willas de Moraes Nascimento. A entrevista semiestruturada ocorreu dia 5 de junho de 2024, aproximadamente às 10h, para auxiliar nas respostas, o professor Willas convocou o professor Francisco Bento (Sival). Embora o foco da pesquisa naquele momento fosse o professor Willas de Moraes, que é o atual coordenador de núcleo, foi válida a convocação do professor Sival, um participante de pesquisa também teve prerrogativas de conversação durante a entrevista (Charmaz, 2009, p. 47). A fim de não perder narrativas, optou-se em escrever as respostas de ambos no *notebook*, bem como gravá-las no celular.

Decorridos meses de busca por referências e dedicação na escrita, a necessidade de retornar a campo se revelou. Ouvir os interlocutores face a face e não meramente através de um dispositivo eletrônico foi o *insight* necessário para a pesquisa avançar. Nessa perspectiva:

Identificar problemas e buscar soluções para eles é algo que requer certa dose de imparcialidade e distanciamento. Analiticamente, as suas categorias são fracas? Elas estão sustentadas de modo insuficiente? As suas ideias sobre as relações existentes entre as categorias são obscuras? Elas são confusas, ainda que sugestivas? Bons pesquisadores aprendem a reconhecer esses problemas analíticos, e a trabalhar para resolvê-los. (Chamaz, 2009, p. 145).

E assim no dia 11 de dezembro de 2024, dia da eleição para escolha de coordenadores de núcleo, a pesquisa retornou à sede regional do Sinproesemma em busca de interlocutores. Por volta de 9h30, o sindicato estava lotado, com a agitação característica de um dia de pleito eleitoral. Durante a busca por interlocutores, foram identificados atores do processo, nem todos ali eram professores votantes. Estavam presentes a secretária do núcleo, duas mesárias, um motorista da sede do Sinproesemma de São Luís, juntamente com duas fiscais da capital do estado. Após a observação prévia dos atores que não são o foco da pesquisa, o direcionamento para os professores votantes foi feito. Nesse dia, foi alcançado o número de sete entrevistas, seis inteiramente gravadas e uma que por desconfiança do interlocutor foi apenas redigida no computador.

No dia 26 de fevereiro de 2025, novamente a pesquisa se direcionou à regional do Sinproesemma em Imperatriz. Nesse dia, ocorreria a eleição para a direção geral do Sinproesemma. Na regional de Imperatriz havia três urnas, uma fixa na sede da regional e outras

duas itinerantes que circulariam pelos demais municípios da regional. Ocorre que antes das entrevistas iniciarem, a informação de que havia uma liminar suspendendo o pleito que foi divulgada. A chapa 3 fez o pedido da suspensão e essa foi proferida pelo desembargador Raimundo José Barro de Sousa⁴.

Em função disso, o sindicato estava bem movimentado, mas os ânimos estavam agitados em função da suspensão, houve a apresentação da pesquisa aos professores presentes, no entanto apenas dois aceitaram fornecer informações no período da manhã. Havia uma aura de raiva e um misto de desesperança no local, todo possível interlocutor abordado, logo repelia a entrevista que passou a ser vista com desconfiança.

O ambiente estava tão pesado naquele momento, que remeteu uma passagem do livro *A Máquina e a Revolta de Alba Zaluar* (2000), em que os interlocutores estavam tão desconfiados da presença de alguém alheio ao sindicato que quando eram abordados e questionados se poderiam responder a uma entrevista, muitos confundiram a pesquisa com uma reportagem da tv local. Quando a explicação sobre o desenvolvimento da pesquisa foi feita, alguns dos presentes sinalizaram interesse na pesquisa, outros esbravejavam: “você vai ter muita coisa para pesquisar hoje”, e no fim da manhã apenas dois interlocutores aceitaram em conceder entrevista.

Ainda no dia 26 de fevereiro de 2025, no turno vespertino, depois do intervalo para o almoço, houve encontro entre a pesquisadora e a advogada que fazia parte da comissão eleitoral e esta informou que a liminar de suspensão do pleito foi “derrubada”. A permanência no sindicato foi efetivada, a fim de cooptar interlocutores, no entanto, os coordenadores de núcleo da cidade haviam feito um vídeo expressando aos professores que não fossem votar, o resultado desse vídeo foi uma tarde de calmaria, alguns professores apareceram, mas quando descobriram que ninguém havia votado retornavam. A tática da coordenação regional era que a eleição não tivesse quórum suficiente e a eleição fosse remarcada, o que não ocorreu, pois, a chapa 1 se declarou vencedora. Ao fim da tarde uma interlocutora aceitou ser entrevistada e assim ao fim desse dia o número de três entrevistados foi alcançado.

As entrevistas foram gravadas com autorização dos interlocutores para transcrição, a exceção de uma que o interlocutor não se sentiu confortável e suas respostas foram redigidas no computador. Para Katty Charmaz (2009), o uso da gravação de áudio fomenta:

[...] que você dê atenção total ao seu participante de pesquisa com contato visual constante, fornecendo-lhe dados detalhados. Fazer anotações sobre os pontos-chave

⁴ Justiça suspende eleição do Sinproesemma por supostas irregularidades no processo eleitoral. Disponível em: <https://jornalpequeno.com.br/2025/02/27/justica-suspende-eleicao-do-sinproesemma-por-supostas-irregularidades-no-processo-eleitoral/> Acesso em: 26 de mar. 2025

durante a entrevista pode ajudar, contanto que isso não distraia você ou o seu participante. As suas anotações servem para lembrá-lo de voltar aos pontos anteriores e sugerem a forma como construir as questões seguintes. (Chamaz, 2009, p. 52)

Para tanto, as características linguísticas dos entrevistados foram respeitadas. Para a gravação dos áudios, foi utilizado um aplicativo de gravação nativo do próprio sistema operacional do celular. As entrevistas tiveram duração variada desde a menor com onze minutos e cinquenta e três segundos, até a maior com quarenta e sete minutos e quarenta e nove segundos.

Experiência nas escolas

No dia 25 de março de 2024, aproximadamente às 16h, a pesquisa seguiu uma nova frente, a Unidade Regional de Educação de Imperatriz (UREI). Ao adentrar na recepção e questionar a recepcionista sobre a presença das gestoras, a informação de que a gestora regional não se encontrava e a diretora regional estava em reunião foi fornecida. A pesquisadora informou a recepcionista que iria aguardar, o retorno da gestora ou o fim da reunião da diretora. Em um dado momento, a recepcionista questionou o motivo da pesquisadora no ambiente, momento em que é informada sobre as demandas da pesquisa e sobre a necessidade de uma autorização da gestão regional para aplicar um formulário aos docentes das escolas estaduais de Imperatriz. A recepcionista entra em uma sala e quando retorna junta-se a ela um funcionário que pediu que a demanda fosse relatada novamente.

Alguns minutos se passaram e a diretora da regional saiu da sala onde estava em reunião, logo é lançado o questionamento se a pesquisadora poderia falar com ela, que de maneira positiva a recebeu. Toda a demanda da pesquisa é repetida, momento em a carta de apresentação é demonstrada, a qual a diretora regional prontamente lê, e direciona a pesquisadora até o servidor responsável por redigir a autorização.

Uma funcionária responsável pela lotação de professores na regional, informou que o contato com os gestores gerais das instituições deveria ser estabelecido. Minutos depois, a pesquisadora salvou os contatos no celular e criou uma lista de transmissão⁵ no aplicativo *WhatsApp*. Na terça-feira, 26 de março, um texto de apresentação foi elaborado com a descrição

⁵ Com as listas de transmissão, você pode enviar mensagens para várias pessoas ao mesmo tempo. As listas de transmissão são listas de contatos salvas para as quais você pode enviar mensagens mais de uma vez, sem precisar selecionar os mesmos contatos a cada envio. Fonte: https://faq.whatsapp.com/861663048350950/?cms_platform=iphone&helpref=platform_switcher&locale=pt_BR.

dos atores e objetivos da pesquisa, esse texto foi encaminhado aos gestores juntamente com o formulário de pesquisa.

Percebendo-se a ineficiência no mero envio do formulário no *WhatsApp* dos gestores, a visita às escolas foi efetivada para apresentação pessoal aos gestores e ratificação do pedido de preenchimento do formulário por parte do corpo docente.

No dia 2 de abril, na parte da manhã, a pesquisa foi encaminhada para as instituições de ensino Nascimento de Moraes e Centro Ensino de Jovens e Adultos (CEJA), ambas localizadas na praça da Bíblia no bairro Bacuri. O início por essas instituições se desenvolveu pela proximidade que se apresentam, conforme já exposto, as escolas ficam uma ao lado da outra. O gestor da escola Nascimento de Moraes recebe a pesquisa com certo estranhamento e desconfiança, argumenta que nem ele, nem os professores possuem tempo para responder formulários, coloca em xeque uma série de obrigações que um gestor possui como responsabilidade.

Chegando ao CEJA, a pesquisadora e pesquisa foram apresentadas, foi enfatizado o pedido para que o formulário seja direcionado aos professores. O gestor do CEJA buscou o formulário em seu telefone, não o encontra e o formulário novamente foi encaminhado pela pesquisadora.

Posteriormente, a escola Graça Aranha foi visitada, localizada à rua Treze de Maio s/n, Centro. O mesmo *modus operandi* foi adotado, conversas com o funcionário da portaria, perguntas sobre a presença do gestor, e encaminhamento do formulário para o gestor, que logo encaminhou o formulário no grupo dos docentes da escola.

A dinâmica na escola Graça Aranha mostrou-se bem tumultuada, pois a escola estava em reforma e parte das turmas estavam em casa tendo aulas remotas e parte estava na escola tendo aula presencial, era a primeira semana da escola nessa situação, a todo momento alunos e professores solicitavam a presença do gestor que entrava e saía da sala a todo momento.

Aproveitando a proximidade geográfica, assim que as demandas na escola Graça Aranha são finalizadas, há o direcionamento a escola Dorgival Pinheiro de Sousa. Na escola, todas as etapas para o encaminhamento dos formulários foram repetidas. A gestora num primeiro momento não entendeu o motivo do formulário estar em seu número pessoal e logo foi informada que os gestores das escolas estaduais serviriam como uma “ponte” entre a pesquisadora e os interlocutores da pesquisa, tendo em vista que seria inviável enviar o formulário individualmente para cada professor lotado nas escolas estaduais de Imperatriz. A diretora de maneira positiva leu a documentação que foi entregue e se comprometeu a enviar o formulário no grupo de docentes da escola a qual é gestora.

Figura 3 – Vista vertical das escolas Centro de Ensino Graça Aranha e Centro de Ensino Dorgival Pinheiro de Sousa



Fonte: Google Maps

Ainda no dia 2 de abril, no turno vespertino, as escolas Centro Educacional União e ao CEM Tancredo de Almeida Neves, ambas localizadas nas proximidades da avenida Pedro Neiva de Santana, foram visitadas. A avenida Pedro Neiva de Santana, embora receba o nome de “avenida” é uma rodovia estadual⁶ que liga vários bairros na cidade. Os gestores das respectivas escolas foram bem abertos com as demandas da pesquisa.

Na terça-feira da semana seguinte, dia 9 de abril, no turno matutino, mais três escolas foram visitadas, sendo a primeira delas o Colégio Militar Tiradentes II, escola a qual a pesquisadora atuou como docente por cinco anos. Posteriormente foram visitadas as escolas Estado de Goiás e ao Centro Educacional Governador Archer, todas localizados no centro da cidade. Embora o acesso aos números de telefone dos gestores escolares tenha sido fornecido pela própria UREI, a distribuição dos formulários foi mais efetiva quando houve um direcionamento pessoal da pesquisadora às instituições de ensino.

Dia 17 de abril, no turno matutino, mais três escolas foram visitadas, sendo a primeira delas o Centro Educacional Ednan Moraes, que se localiza no parque do Buriti. Posteriormente, as escolas estaduais Mourão Rangel e Centro Educacional Delahê Fiquene, também foram visitadas, a primeira localizada na Praça Brasil, no Centro e a segunda localizada no bairro Vila

⁶ Avenida Pedro Neiva de Santana é o trecho urbano da MA-122 que liga Imperatriz a João Lisboa e possui aproximadamente 9 km.

Lobão. Todos os gestores na ocasião se comprometeram a encaminhar o formulário ao grupo dos docentes.

Dia 23 de abril, pela manhã, seguiu-se para mais uma semana na jornada de distribuição dos formulários, desta vez o alvo da empreitada foi a escola Raimundo Correa Soares, localizada no bairro Bom Sucesso, antes de ingressar na instituição de ensino, o formulário mais uma vez foi encaminhado para o número de *WhatsApp* da gestora. Ao adentrar na escola a pesquisadora perguntou sobre a presença da gestora, e foi encaminhada a sala da diretoria, apresentando a pesquisa.

Ainda no dia 23 de abril, outra escola que fica no sentido oposto da escola Raimundo Correa Soares foi visitada, a escola Caminho do Futuro, localizada no bairro Vila Nova. Em função da péssima infraestrutura da cidade, a distância entre as escolas visitadas e o baixo senso de localização da pesquisadora que, embora formada em geografia não é tão boa quanto a localização, a chegada à escola Caminho do Futuro ocorreu já próximo de 11h20. Foi feita a apresentação a gestora geral da instituição, pouco tempo depois, surgiu a gestora pedagógica que se apresenta como tal e indagou qual o objetivo da pesquisa. O objetivo geral foi apresentado e ela lança mais um questionamento sobre qual mestrado a pesquisadora faz parte, se era o de “Educação” (PPGFOPRED) ou de “Sociologia” (PPGS), imediatamente obtém a resposta a pesquisa pertence ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) e mais uma vez ela lança outro questionamento sobre quem orientava a pesquisa, e mais uma vez obtém uma resposta.

Por sugestão da própria gestora pedagógica houve um encaminhamento até a sala dos professores onde estavam três professores em seu momento de descanso. Foi adotado o mesmo comportamento de apresentação pessoal e da pesquisa, com reforço a importância quanto ao preenchimento do formulário, dois professores se mostraram apáticos, enquanto um se mostrou bastante interessado e que responderia ao formulário.

Na terça-feira seguinte, dia 30 de abril de 2024, a escola Amaral Raposo foi visitada, a instituição de ensino se localiza no loteamento Parque Imperial, em função de problemas relacionados a infraestrutura da cidade, várias dificuldades de localização da escola e culminaram em um atraso, pois a chegada a instituição já ultrapassava às 11h.

Impressões da pesquisa

Toda pesquisa envolve dificuldades e impasses. No entanto, a impressão prévia quanto ao desenvolvimento da pesquisa é de que das três frentes de atuação, acreditava-se que a frente

de mais difícil acesso seria o Sinproesemma, mas na prática os atores do sindicato se mostraram bem mais abertos às dinâmicas da pesquisa do que os atores das instituições de ensino.

Como o trabalho envolve três frentes de pesquisa, a leitura, o sindicato e os professores, nesse cenário o sindicato foi escolhido para início da jornada, e depois, as instituições de ensino. A flexibilidade da pesquisa qualitativa permite ao pesquisador seguir as indicações que vão surgindo (Chamaz 2009, p. 31). Essa divisão no período de observação entre as instituições envolvidas permitiu um olhar mais apurado sobre as facilidades e dificuldades que cada instituição impôs.

A experiência docente da pesquisadora não favoreceu o acesso às instituições de ensino, pois acreditou-se que o acesso aos interlocutores nas escolas seria mais viável, pela condição profissional da pesquisadora. Entretanto, no campo, foram encontrados gestores mal-humorados, atarefados e que sequer sabiam da existência de um mestrado em Sociologia na cidade, em poucos momentos foi ofertada a possibilidade de observar o ambiente escolar ou conversar diretamente com os docentes. Essa falta de contato direto com os docentes pode ter ocasionado a baixa devolutiva dos formulários, evidenciada nas primeiras semanas de observação.

A fim de aumentar a devolutiva dos formulários enviados, um mecanismo que anteriormente não estava previsto nos procedimentos da pesquisa foi adotado, a conversação com docentes conhecidos e seguidores na rede social *Instagram*⁷ da pesquisadora. O envio do formulário pelo *direct* depois de uma breve apresentação da pesquisa, foi um método que se mostrou eficiente, pois o número de respostas aumentou após a adoção desse procedimento.

Quanto ao acesso às instituições envolvidas, cabe salientar a dificuldade de locomoção para acessá-las. A cidade encontra-se em estado de abandono quanto à infraestrutura, praticamente isolando bairros mais distantes do centro, o que não impede o acesso a tais instituições de ensino, mas causa receio em relação a transitar em vias tão malconservadas e adquirir algum prejuízo financeiro relacionado ao veículo em uso.

⁷ O Instagram é uma rede social da Meta que permite compartilhar fotos e vídeos com outros usuários, sejam eles seguidores ou não. Fonte: <https://tecnoblog.net/responde/instagram-o-que-e-historia-e-como-funciona-a-rede-social/>.

CAPÍTULO 1: DOS AUTORES CLÁSSICOS AOS CONTEMPORÂNEOS: as perspectivas sociológicas sobre as classes trabalhadoras e os sindicatos

O capítulo trata das compreensões sociológicas acerca da classe trabalhadora e da instituição de representação trabalhista, os sindicatos. Para tanto, a trajetória do mundo do trabalho é delineada, junto com uma reflexão sobre as jornadas de trabalho e os modos de vida pré e pós-industrial. A posteriori, exploraremos como os modos de organização da classe trabalhadora são abordados.

Objetiva-se com o capítulo explorar as faces da insegurança laboral e a alta rotatividade nos postos de trabalho, além de estabelecer comparação entre as experiências do trabalhador do início do século passado, com a situação do trabalhador atual. Dispondo, por vezes, de maior escolaridade, o trabalhador atual, em função das mudanças laborais e aumento do custo de vida, tem que possuir mais de um emprego e buscar constantemente qualificação para não ser excluído das dinâmicas laborais.

Para estabelecer uma métrica cronológica, a discussão partirá de um diálogo com os clássicos da Sociologia, momento em que buscaremos identificar como eles imaginam e compreendem a existência e atuação dos sindicatos. Primeiramente, iniciaremos nossos diálogos com os argumentos de Marx (2013) e Engels (2010) a respeito das experiências e situação da classe trabalhadora, bem como as perspectivas sobre mobilização e sindicatos no período dos escritos. Após esse momento, autores contemporâneos da sociologia como Giddens (2008), Antunes (1998) e Galvão (2014) nos auxiliarão nas discussões sobre como o trabalhador contemporâneo atua e como se mobiliza para reivindicar melhorias, tanto salariais como em suas condições de trabalho.

1.1 Os autores clássicos da Sociologia e os sindicatos dos trabalhadores

Antes de adentrar propriamente no universo dos sindicatos, cabe desenhar a trajetória do mundo do trabalho, passando, brevemente pelas dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores nos primeiros anos da indústria até as experiências do trabalhador contemporâneo no Brasil.

Num passado não muito distante, os trabalhadores tinham que se submeter a jornadas de trabalho exaustivas, que refletiam diretamente no desenho de suas expectativas de vida. Trabalhadores braçais, principalmente, dedicam sua vida e sua força física em um trabalho que,

na esmagadora maioria das vezes, não fornece mecanismos para a tessitura de sua dignidade e de suas famílias. A esse respeito, Marx (2013) expõe a situação dos padeiros no Reino Unido, considerando que muitos deles sequer chegavam à idade de 42 anos, situação que não era vista como um obstáculo para o crescimento das indústrias de pães que continuavam repletas de funcionários e candidatos a esses postos de trabalho.

No entanto, esse arranjo social em que o indivíduo tem que “sacrificar” praticamente todas as suas horas diárias tornou-se recorrente a partir da Revolução Industrial (processo iniciado de maneira intensiva em 1760). De acordo com Engels (2010), os trabalhadores pré-industriais levavam uma vida “honesta”, “tranquila”, “piedosa” e “honrada”, possuíam uma condição material e temporal, em termos de administração de tempo, bem mais vantajosa que o trabalhador industrial do século XVIII e trabalhavam bem menos.

Entretanto, para o autor, o trabalhador pré-industrial se deleitava nessa tranquilidade e não refletia muito sobre os temas cotidianos, como política e religião, pois “raramente sabiam ler e, menos ainda, escrever, iam regularmente à igreja, não faziam política, não conspiravam, não refletiam [...]”. Engels (2010, p. 47). De um ponto de vista mais panorâmico, esse trabalhador pré-industrial vivia sob um certo isolamento, tanto geográfico como intelectual, o que potencialmente adiou seus anseios de mobilização e reivindicação. Sob essa ótica, as trajetórias que cada trabalhador e suas famílias traçavam estavam sensivelmente atreladas ao matrimônio, cuidado com os filhos e as expectativas que se teciam em torno da morte.

Toda essa complacência vivenciada pelo trabalhador pré-industrial seria substituída pelo *frenesi* das indústrias e seus ritmos, já que, para Engels (2010, p. 59) “[...] o proletariado nasce com a introdução das máquinas [...]” e junto com elas deveriam efetivar suas horas de trabalho em um processo incessante de produção de mercadorias. Nessa chave argumentativa, as ideias de Marx (2013) denotam que as jornadas de trabalho são formalmente determináveis, contudo, na prática cotidiana essas rotinas laborais revelam seu caráter indeterminado, já que não existia legislação específica disciplinando a quantidade de horas a serem trabalhadas ou quando existiam, não determinavam mecanismos para sua fiscalização e cumprimento das leis incipientes que passavam a ser produzidas sobre o “mundo do trabalho”.

A condição de vida e de trabalho da classe trabalhadora passa a ser discutida com maior ênfase a partir da introdução de maquinário ao trabalho e das perspectivas de alienação do trabalhador. Se as condições materiais para executar as funções haviam avançado, as condições de trabalho, salário e perspectivas futuras dos trabalhadores não avançaram no mesmo ritmo. Partindo do modo como o problema é pensado, Engels (2010, p. 41) denota que “a situação da classe operária é a base real e o ponto de partida de todos os movimentos sociais de nosso tempo

porque ela é, simultaneamente, a expressão máxima e a mais viável manifestação de nossa miséria social.” Essa “miséria social” que é o gancho argumentativo da abordagem deste trabalho.

Aumento das horas trabalhadas e o incremento de maquinário não favoreceu a condição de vida do trabalhador, que num mecanismo insensível da dinâmica de sobrevivência, produzia somente o suficiente para viver de maneira imediata, cabendo em raríssimas oportunidades a mobilidade social ou acúmulo de recursos para a idade mais avançada. Para tanto, a discussão sobre a situação da classe trabalhadora e as possibilidades de levante dessa categoria, foram explanadas por Engels (2010) em seu texto sobre *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* em que o autor questiona:

A situação da classe trabalhadora, isto é, a situação da imensa maioria do povo inglês, coloca o problema: o que farão esses milhões de despossuídos que consomem hoje o que ganharam ontem, cujas invenções e trabalho fizeram a grandeza da Inglaterra, que a cada dia se tornariam mais conscientes de sua força e exigem cada vez energicamente a participação nas vantagens que proporcionam às instituições sociais?

O questionamento de Engels (2010) sobre o posicionamento e consciência da força dos trabalhadores possivelmente está pautada na precarização da vida do trabalhador industrial, que por vezes não encontra tempo para cuidar da própria saúde e dos seus dependentes, falta tempo para acompanhar a vida escolar da prole, se ausenta de períodos para qualificação profissional, além das poucas horas dedicadas ao lazer e cultura que, por ora, são camufladas com acesso a mecanismos de massa como novelas e futebol. As massas trabalhadoras encontram um cenário favorável para reivindicar por condições melhores no interior da fábrica e fora dela. Ressalta-se, aqui, que a busca por melhorias no ambiente da indústria parte das experiências do próprio trabalhador e, parafraseando a frase de Abraham Lincoln⁸, é o resultado das ações do “povo pelo povo”. Marx (2013) destaca que para haver um disciplinamento em relação as horas trabalhadas pelos trabalhadores da indústria, os governantes pouco fizeram pelo trabalhador.

Vimos que essas minuciosas, que regulam com uma uniformidade militar os horários, os limites, as pausas do trabalho de acordo com o sino do relógio, não foram de modo algum produto das lucubrações parlamentares. [...] Sua formulação, seu reconhecimento oficial e sua proclamação estatal foram o resultado de longas lutas de classes. (Marx, 2013, p. 446)

A respeito da *luta de classes*, Marx considera que desde meados dos séculos XVIII e XIX, os trabalhadores já se organizavam em busca de melhores condições de trabalho e de vida. Em uma das passagens do Manifesto Comunista (1848), Marx e Engels argumentam sobre a

⁸ Discurso de Gettysburg, proferido quatro meses depois da vitória na batalha de Gettysburg, no fim da Guerra de Secessão (1861-1865).

divisão da sociedade, em que expressa que “a sociedade se divide em cada vez mais em dois vastos campos opostos, em duas grandes classes diametralmente opostas: a burguesia e o proletariado.” (Marx; Engels, 1999, p.8).

A distância de ideias e objetivos entre burgueses e proletários acentuou a revolta da classe trabalhadora, que se via explorada ao extremo sem o devido reconhecimento financeiro. Nasce o embate direto desses atores, a esse respeito Marx e Engels (1999, p. 20) pontuam sobre a luta de classes.

Logo que nasce sua luta contra a burguesia. A princípio, empenham-se na luta operários isolados, mais tarde, operários de uma mesma fábrica, finalmente operários do mesmo ramo de indústria, de uma mesma localidade, contra o burguês que os explora diretamente.

De maneira incipiente e pontual, a classe trabalhadora foi se organizando e reivindicando por direitos. O que inicialmente era restrito ao ambiente fabril, foi ganhando uma nova conjuntura em outros espaços, pois não somente na indústria ou no “chão de fábrica” é que a burguesia se apoderava da força de trabalho do proletariado em proveito próprio, mas também em outros setores, o que acabou também por despertar um olhar reivindicatório por outras categorias além do trabalhador fabril.

Embora essa organização seja desempenhada, muitas vezes, de maneira silenciosa, a classe trabalhadora, extremamente empobrecida e extenuada, lutou desde o início de sua exploração pelo capital por melhorares condições de trabalho. “Nos anos 1858-1860, os oficiais padeiros da Irlanda organizaram, por sua própria conta, grandes manifestações contra o trabalho noturno e dominical” (Marx, 2013, p. 414). Graças a essas manifestações primárias, as associações, os sindicatos e qualquer outra organização trabalhista possui precedentes históricos e empíricos para endossar suas demandas e reivindicações.

Como objeto de barganha, esse trabalhador que geralmente “nada possui”, negocia com o capitalista a única coisa de que dispõe, sua força de trabalho (Marx, 2013). Obviamente, quanto maior a qualificação do empregado, maior o seu poder de barganha com os capitalistas, tendo em vista que os postos de trabalho que requerem pouca ou nenhuma qualificação possuem um enorme “exército de reserva” disposto a substituir o trabalhador que se indisciplina e/ou “reclama a qualquer momento”. Embora a barganha salarial e de condições de trabalho seja possível, a situação dos empregadores geralmente é mais confortável que a dos empregados.

Ao longo da história, a experiência dos burgueses tem mostrado um forte favorecimento deste grupo em detrimento dos trabalhadores. Favorecimento que se desenvolve em várias esferas, desde a econômica até, obviamente, ao que se refere ao bem-estar social. De acordo

com Marx e Engels (1999) há muitos anos, a história dos mais variados setores da economia é pautada na revolta das forças produtivas modernas contra as relações de produção e de propriedade que condicionam a existência da burguesia e seu domínio. Nesse cenário, a delimitação legal das horas trabalhadas é de fundamental importância para a organização do mundo do trabalho e faz parte de diversas pautas das instituições de representação trabalhista. Nesse ensejo, Karl Marx (2013, p. 391) argumenta que “[...] o trabalhador precisa de tempo para satisfazer as necessidades intelectuais e sociais, cuja extensão e número são determinados pelo nível geral de cultura de uma dada época”. Embora não tenha um marcador conceitual, a ideia de Marx, já evidenciava a necessidade de uma redução de carga horária para que o trabalhador pudesse se qualificar e ter momentos disponíveis com sua família, o que na contemporaneidade é chamado de “tempo de qualidade”.

Diante desse cenário, o aumento da carga horária de trabalho por si só não é suficiente para o aumento da produtividade nas indústrias, pois de acordo com Marx (2013, p.517) “a produtividade do trabalho depende não apenas da virtuosidade do trabalhador, mas também da perfeição de suas ferramentas.” Portanto, de nada adianta o capitalista de modo insistente aumentar o tempo de trabalho sem compensar esse aumento de tempo com a compra de maquinários e a implementação de tecnologias eficientes para acelerar as etapas do trabalho e a produção das mercadorias.

Quando os aspectos relacionados a carga horária e/ou salários não são fruto de um acordo entre a classe trabalhadora e o patronato, reuniões, assembleias e paralisações de advertência passam a ser mecanismos recorrentemente utilizados como um alerta para o que capitalista compreenda que a classe trabalhadora não está de acordo com as situações vivenciadas. Nesse cenário, um mecanismo utilizado de maneira eficiente para a comunicação e visibilidade da insatisfação dos trabalhadores relativas as suas experiências e condições de trabalho é a greve, recurso que tem se mostrado eficaz para o estabelecimento do diálogo e exposição das demandas e objetivos laborais.

No contexto da luta de classes e pautando a insatisfação laboral, Marx e Engels (1999) pontuam sobre as vias de revolução quando argumentam no Manifesto Comunista (1848) como os operários do período retratado começaram a formar reuniões contra os burgueses e atuarem comumente na defesa de seus salários, fundando associações permanentes e se preparando para possíveis choques eventuais. Os autores enfatizam ainda que somente o proletariado é a classe verdadeiramente revolucionária, quando denotam que “[...]de todas as classes que ora enfrentam a burguesia, só o proletariado é uma classe verdadeiramente revolucionária. As

outras classes degeneram e perecem com o desenvolvimento da grande indústria[...]” (Marx; Engels, 1999, p. 24).

Nesse contexto de enfrentamento caberia aos trabalhadores e suas lideranças definir quando inicia e quando se finaliza uma greve, quais são os objetivos a serem alcançados, bem como as estratégias de mobilização e publicidade a serem adotadas para que a greve tenha “força”.

Nessa perspectiva, a luta de classes vem ganhando força ao longo dos séculos, tornando viável as paralisações como uma forma socialmente legítima de reivindicar direitos, essa estratégia de condução da luta social continua inerente à atuação da classe trabalhadora.

Para a compreensão sociológica das ações do sindicato, o diálogo entre autores da sociologia contemporânea cabe ser realizado, e isso será pauta de discussão na sequência textual.

1.2 Aportes da Sociologia contemporânea para a compreensão dos sindicatos e suas ações

Para tratar sobre a questão das mobilizações e formação de sindicatos, se faz necessário um diálogo com diversos autores. Em nosso trabalho esse diálogo será guiado, inicialmente, pelas concepções de Antony Giddens (2008), autor que nos permite explorar de uma perspectiva sociológica as experiências dos movimentos de trabalhadores ao longo do tempo, as mudanças recentes no mundo do trabalho e o papel feminino diante desse cenário. Além de Giddens (2008), o diálogo será contemplado pelas ideias do geógrafo David Harvey (2008), Andreia Galvão (2014), Santana e Braga (2009) e Dal Rosso (2013).

No início do século XX, ao adentrar para trabalhar em uma empresa, geralmente, o funcionário recém-admitido vislumbrava galgar cargos, “crescer” em sua carreira e futuramente se aposentar. Atualmente, com o alto índice de rotatividade das empresas e o arranjo do subemprego, é improvável que um jovem trabalhador ao chegar na idade legal da aposentadoria ainda esteja no mesmo emprego e trabalhando para o mesmo empregador. Obviamente, as dinâmicas das experiências trabalhistas no passado, assim como os custos de vida, eram bem distintas das que se apresentam na contemporaneidade nos instigando a compreender essas mudanças não apenas a partir da lógica dos trabalhadores, mas também a partir de uma mudança estrutural em seu arranjo e possibilidades. Pensando nessas mudanças, Giddens (2008) descreve a vida de um simples trabalhador do século passado, que “durante quinze anos, Enrico limpou toalhas e esfregou o chão dia após dia até conseguir pagar uma casa num subúrbio da cidade.

Apesar de não ser atrativo, o seu trabalho era seguro, protegido por um sindicato [...]” (Giddens, 2008, p. 376).

Observa-se que a figura do sindicato já era expressiva no final do século XIX e em meados do século XX, pois o trabalho é um importante elemento para a respeitabilidade do indivíduo (Giddens, 2008).

Avançando no tempo e relacionando com a sociologia contemporânea, a função dos sindicatos precisa ser debatida. Segundo Santana e Braga (2009) a “velha” sociologia do trabalho parte de uma suposta positividade da velha classe trabalhadora, no caso brasileiro, a imigrante, para tentar entender a negatividade do novo proletariado, de origem rural e na visão dos autores refém do Estado. Essa sociologia do trabalho, partiu de uma suposta negatividade de um sindicalismo “pelego” e colaboracionista, para uma visão de positividade que o novo sindicalismo trouxe, que na perspectiva de Santana e Braga (2009) eram encarados como combativo e autêntico.

Nesse sentido, cabe uma reflexão sobre o papel dos sindicatos no mundo do trabalho contemporâneo e o das centrais sindicais que são de extrema importância para a discussão e a luta de pautas relevantes ao trabalhador. Andréia Galvão (2014) pontua sobre as pautas mais recorrentes nas reivindicações laborais.

Embora as centrais sindicais apresentem uma vasta pauta de reivindicações, da qual se destacam a valorização do salário mínimo, a redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais, o fim da demissão imotivada, a assinatura da convenção 151 Organização Internacional do Trabalho (OIT) de modo a instituir a obrigatoriedade da negociação coletiva no setor público, o fim do fator previdenciário, o fim da terceirização, o aumento de recursos para a educação, o aumento de investimento público, a maior parte de suas propostas provoca indiferença ou uma reação negativa por parte dos integrantes da coalizão política governamental. (Galvão, 2014, p. 111)

Se de um lado temos a atuação do sindicato com sua função de cobrança por melhorias para a vida do trabalhador, por outro o que se observa é uma imobilidade e letargia da parte governamental em colocar as reivindicações na pauta de discussão e de modo conclusivo resolvê-las.

Quanto as pautas para a atuação e fundamentação sindical, a sociologia contemporânea calçada nas ideias de Santana e Braga (2009) e de Dal Rosso (2013), pontuam sobre as motivações para a organização sindical, bem como a transformação do sindicalismo no fim do século XX. Segundo Sadi Dal Rosso (2013), a carreira profissional e o salário são fatores entendidos como relevantes para o surgimento da instituição sindical, do movimento de greves e dos movimentos de repúdio à estrutura profissional que operava com critérios políticos. Dal Rosso (2013) argumenta ainda que o Estado permite a organização sindical, mas a controla.

Esse controle é apontado como uma redução dos espaços de democracia no interior da instituição, ocasionando transformações no papel e atuação dos sindicatos. Santana e Braga (2009) reforçam essa ideia de transformação sindical no fim do século XX, quando argumentam que “[...] é incontestável que a transição da década de 1980 para os anos 1990 foi marcada pela substituição de um estilo de ação sindical baseado na centralidade do conflito por outro estilo que claramente privilegia as práticas de negociação [...]” (Santana; Braga, 2009, p. 306). Tais práticas de negociação muitas vezes não privilegiam a massa sindical já que geralmente é feita entre os dirigentes diretamente com o patronado.

No entanto, as diversas e intensas mudanças no mercado de trabalho, fizeram com que os sindicatos perdessem espaço e força em suas lutas e reivindicações. Uma dessas modificações relaciona-se ao processo de *terceirização* do trabalhador, colocando indivíduos não contratados diretamente pelas empresas como trabalhadores desses estabelecimentos. Para Harvey (2008, p. 177):

Precisamos considerar, porém, se essas mudanças assinalam o nascimento de um novo regime de acumulação capaz de conter as contradições do capitalismo durante a próxima geração ou se marcam uma série de reparos temporários, constituindo assim um momento transicional de dolorosa crise na configuração do capitalismo do final do século XX. A questão da flexibilidade já vem sendo objeto de alguns debates [...]

A *rotatividade* nos postos de trabalho pode ser um condicionante que repele a percepção sindical, porque antes mesmo da equipe de trabalho formar um ideal em comum, parte dos trabalhadores já serão substituídos, ou por questões relacionadas a produtividade ou por questões contratuais. A percepção de coletividade tende a se esvair em meio as relações trabalhistas tão flexíveis.

E tratando de transformações no mundo do trabalho é válido acentuar a atuação da indústria 4.0 nesse cenário. De acordo com Antunes (2020) a indústria 4.0 é um fenômeno recente e de proporção em escala mundial, o que vem alterando a produção e as relações de trabalho na indústria e em outros setores da economia como o primário e o terciário. Essas alterações são boas para o mercado, mas geralmente ruins para a classe trabalhadora.

As alterações mais visíveis no mercado de trabalho contemporâneo e que denotam uma fragilidade nas ações de instituições laborais são a *terceirização*, a *informalidade* e a *flexibilidade*, um exemplo crasso desses fatores é a *uberização*. Na perspectiva de Ricardo Antunes (2020) esse processo ocorre quando as relações de trabalho são comumente individualizadas e invisibilizadas, assumindo uma aparência de prestação de serviço, quando na realidade se refere a uma eliminação das relações de trabalho e potencializando a exploração dos trabalhadores.

A uberização é um processo no mundo do trabalho tão deslocado das relações de trabalho tradicionais, que quando se trata de reivindicações sobre salários e condições de trabalho esses trabalhadores geralmente não tem onde recorrer, uma “fábrica” para fechar, um “equipamento” para danificar, um escritório para reclamar. São trabalhadores que para desempenhar o seu trabalho se utilizam de suas próprias ferramentas, bicicletas, carros, motos, computadores e celulares, além claro de sua força de trabalho, mas quando necessitam de uma assistência, se veem em meio a um vazio operacional, esses trabalhadores não possuem uma instituição que os ampare.

Sobre esse desamparo institucional ou sindical dos trabalhadores uberizados, Ricardo Antunes (2020) argumenta a respeito:

[...]A tentativa de greve mundial dos motoristas da Uber em maio de 2019 demonstrou que aquilo que parecia o paraíso do trabalho precarizado começou a desvanecer, de modo que os caminhos da confrontação tendem a se ampliar nos próximos anos. (Antunes, 2020, p. 13)

Embora no início de 2025 tenha sido marcada pela paralisação em dois dias dos entregadores por aplicativo⁹, e que se tenha organizado uma aliança (Aliança Nacional dos Entregadores por Aplicativos) em prol dessa categoria, ainda cabe pontuar que esse grupo de trabalhadores permanece marginalizado na perspectiva do mercado de trabalho.

Para avançar no tema e fazendo um recorte geográfico em direção ao Brasil, o próximo tópico abordará sobre a atuação dos sindicatos no país e como a sociologia brasileira argumenta sobre a questão.

1.3 Sociologia brasileira e a atuação dos sindicatos no Brasil

Pretende-se com o desenvolvimento do tópico explicar sobre o surgimento e atuação dos sindicatos no Brasil, destacando suas influências e como as ações do passado têm refletido na configuração dos sindicatos atuais. A reflexão sobre o sindicalismo brasileiro permeará o contexto histórico da industrialização no nosso país, atentando, também, para a análise da política nacional dos períodos abordados.

Para ampliar as discussões sobre a Sociologia brasileira e os sindicatos as contribuições de Antunes (1998) serão de fundamental importância para o desenvolvimento do texto. As

⁹ Conhecida como breque dos Apps, a paralisação teve como epicentro a cidade de São Paulo e ocorreu entre o fim do mês de março e início de abril de 2025. Os manifestantes pleiteavam aumento da remuneração, redução para as entregas por bicicleta para até 3 km, dentre outras reivindicações. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/brasil/greve-dos-entregadores-de-aplicativo-entra-no-segundo-dia-veja-impactos/>. Acesso em: 12 de ago. 2025

ideias do referido autor nos servirão para delinear algumas das particularidades do mundo do trabalho e do sindicalismo no Brasil. Dessa maneira, além de Antunes (1998), leis trabalhistas e outros autores, tais como: Oliveira; Ramalho; Sanson (2023), Rodrigues (2009), Romani (2020), Barcellos e Zambrano (2016), Galvão (2014), comporão o escopo do texto.

Antes de aprofundar a análise sobre a sociologia do trabalho e a atuação dos sindicatos, faz-se necessário explicar o conceito de trabalho e a relevância teórica para esse estudo. Para Albornoz (1994) o trabalho é uma satisfação mediada entre o desejo e a carência e que se refere a uma necessidade natural. Desde as origens da humanidade, a carência de objetos, ferramentas e artefatos gerou o desejo e a necessidade de fabricá-los, impulsionando o trabalho manual. Com o avanço das sociedades, essas tarefas passaram a ser terceirizadas, mecanizadas e automatizadas. De acordo com a autora, “o trabalho hoje é um esforço planejado e coletivo, no contexto do mundo industrial, na era da automação” (Albornoz, 1994, p. 25). O mundo do trabalho se modificou e as relações concernentes a ele também.

Nesse sentido, cabe argumentar sobre a temática “Sociologia do trabalho”, que no Brasil foi incorporada após a adesão de várias vertentes temáticas no contexto da própria Sociologia, especialmente os diálogos com a Política e a História, que destacam os modos de produção fabris. No entanto, o que antes estava centrado somente ao ambiente fabril, passou a abordar novos ambientes, “na interface com a Antropologia Social, ganhando relevância os ambientes extra fabris, a exemplo do bairro e da família” (Oliveira; Ramalho; Sanson 2023, p. 28). A incorporação das relações de trabalho, tanto em ambiente urbano como no mundo rural, atuou como pedra fundamental para a sociologia do trabalho no país.

A sociologia do trabalho no Brasil, refletindo e compartilhando tendências que se observam também na América Latina e no mundo, incorporou em sua trajetória uma ampla diversidade temática, algo que lhe permite se beneficiar de múltiplas interfaces com inúmeras áreas do conhecimento, assim como reelaborar permanente e diversamente seu objeto por excelência, o trabalho (Oliveira; Ramalho; Sanson 2023, p. 36.)

A organização laboral brasileira, assim como nos demais países da América Latina, consolidou-se tardiamente em detrimento da organização laboral inglesa ou alemã. Na década de 1930, o sindicalismo brasileiro, principalmente o modelo corporativista, estava sob forte influência fascista italiana. Para Rodrigues (2009, p. 41), “O fascismo italiano esteve fortemente impregnado de concepções corporativas e sindicalistas, trazidas por antigos militantes do movimento socialista e anarcossindicalistas desiludidos com o marxismo”. A chegada de imigrantes italianos ao Brasil no início do século XX, para trabalharem nas lavouras

de café e nas primeiras fábricas, contribuiu para que elementos da organização sindical italiana reverberassem nos sindicatos brasileiros.

Os imigrantes europeus que vieram para o Brasil no fim do século XIX e início do século XX, fomentaram um sindicalismo no Brasil com características anarquistas, voltado para uma sociedade livre e igualitária. Esse movimento defendia a ação direta dos trabalhadores nas tomadas de decisões e a criação da consciência de classe. Mediante essa perspectiva, Romani (2020, p. 21) denota que:

Os Estados Unidos, a Argentina, o Brasil e o Uruguai, por exemplo, foram alguns desses países onde, ao contrário da própria Itália, devido à dispersão, e da maior parte dos países europeus, o anarquismo foi o principal movimento organizador da classe operária revolucionária entre fins do século XIX e início do XX.

Quanto à velocidade que as ideias anarquistas se propagavam, é válido ressaltar o papel da imprensa da época, “a primeira metade da década de 1900, as ideias anarquistas em São Paulo já eram bastante conhecidas pela comunidade italiana e difundiam-se também entre os nacionais, fruto de uma contínua campanha através da imprensa” (Romani, 2020, p.17). Embora os índices de alfabetização do Brasil na época fossem bem baixos, os jornais e panfletos tiveram grande relevância na difusão do anarquismo no país.

Em relação ao controle sindical, Barcellos e Zambrano (2016, p. 58) denotam que “os Estados brasileiro e italiano, ainda que em contextos distintos, resolveram tomar as rédeas da questão sindical como forma de dar estabilidade ao mercado e às relações sociais”. Na mesma perspectiva de pensamento sobre o controle sindical, Pinto (2020) expressa que muitos imigrantes foram expulsos do Brasil, por buscarem organizar os trabalhadores em sindicatos. O autor ainda ressalta que a partir de 1930, o movimento sindical com características heroicas e de resistência encerra-se, inaugurando um novo contexto sindical, desde então pautado no controle e na submissão.

Além disso, é importante contextualizar o momento de promulgação da CLT, juntamente com as legislações anteriores. A Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), foi promulgada na primeira metade do século XX, em 1943, no governo de Getúlio Vargas. Embora seja amplamente divulgado na historiografia brasileira, não foi Getúlio Vargas que criou a primeira legislação trabalhista.

As primeiras leis trabalhistas do Brasil surgiram nas décadas de 1910 e 1920, na Primeira República, depois que operários de diferentes categorias fizeram greves para pressionar o empresariado e o poder público por direitos hoje corriqueiros, como o descanso no fim de semana. A mais célebre delas foi a grande greve de 1917, que paralisou a cidade de São Paulo (Westin, 2023).

Entre as primeiras normas trabalhistas estão o decreto nº 1.313, de 1891, ainda no século XIX, que demonstrava uma preocupação com a idade mínima de trabalhadores nas fábricas do Rio de Janeiro, capital do país à época. No início do século XX, em 1903, o decreto nº 979, autorizava que trabalhadores rurais se organizassem em sindicatos; em 1907, o decreto nº 1.637, autorizou que trabalhadores urbanos também se organizassem em sindicatos. Na sequência, em 1919, o decreto nº 3.724, estabeleceu responsabilidade do empregador em relação a acidentes de trabalho. Em 1925, a Lei nº 4.982 concedeu quinze dias de férias remuneradas para operários, empregados do comércio e bancos. Em 1930, criou-se o ministério do trabalho, por meio do decreto nº 19.433, quatro anos mais tarde em 1934, a constituinte daquele ano introduziu direitos como salário-mínimo, jornada de 8 horas, repouso semanal e férias. Posteriormente, em 1939, houve a regulamentação da Justiça do Trabalho pelo Decreto-Lei nº 1.237, e finalmente a CLT em 1943, que unificou a legislação trabalhista via Decreto-Lei 5.452.

A CLT (1943), exemplifica que, de certa maneira, como os sindicatos passaram a ficar “amarrados” às deliberações governamentais, conforme o artigo 525 da própria lei que expressa sobre a administração dos sindicatos.

Art. 525 - É vedada a pessoas físicas ou jurídicas, estranhas ao Sindicato, qualquer interferência na sua administração ou nos seus serviços. (Redação dada pelo Decreto-lei nº 9.502, de 23.7.1946),

Parágrafo único - Estão excluídos dessa proibição:

- a) os delegados do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, especialmente designados pelo ministro ou por quem o represente; (Brasil, 1943).

Enquanto no Brasil o sindicalismo era controlado pelo Estado, no cenário internacional cresciam iniciativas de garantia de liberdade sindical, com as perspectivas da Convenção 87 da Organização Internacional do Trabalho - OIT, que estabelecia princípios de liberdade sindical, mas que não foram incorporados pela legislação brasileira. De acordo com Pinto (2020, p. 27) “[...] a Convenção nº 87 garante a trabalhadores e empregadores o direito de se organizarem em liberdade, independentes de intromissões políticas externas. Garante, ainda, o direito à livre sindicalização”. A perseguição de trabalhadores estrangeiros com ideias sindicalistas e a punição com demissão de lideranças trabalhistas não se mostravam compatíveis com as propostas da Convenção 87 da OIT.

A resistência do governo brasileiro em obedecer à Convenção 87 da OIT estava em tamanha evidência que Pinto (2020) argumenta que o Brasil é até signatário da Convenção, mas recusa a ratificar alguns pontos:

Desconheço, na vigência de regime democrático, outro modelo senão o determinado pela Convenção nº 87 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que o Brasil, obstinado na perfídia como diria o Padre Antonio Vieira, se recusa a ratificar. Aprovada na Conferência de São Francisco, realizada em junho de 1948, a Convenção

reproduz a preocupação dos países signatários – entre os quais o Brasil – de libertar o sindicalismo profissional do controle dos empregadores e das redes autoritárias de governos fascistas e comunistas (Pinto, 2020, p. 27).

Essa ideia de controle sindical é ratificada por Sadi Dal Rosso (2013) à medida que expressa o pensamento de que “O Estado permite a organização sindical, mas a controla com punho de ferro. Nessa função, a organização vertical do sindicalismo brasileiro facilita enormemente o controle, como também reduz o espaço de democracia que a associação de trabalhadores deve ter” (Dal Rosso, 2013, p. 49). O caminho para a libertação dos sindicatos foi um trajeto longo, ainda na contemporaneidade é comum que a direção de sindicatos esteja vinculada direta ou indiretamente a partidos políticos, principalmente aqueles que representam o funcionalismo público.

As leis criadas pós 1948 devem ser pontuadas para endossar a discussão sobre os rumos do sindicalismo brasileiro na segunda metade do século XX. Essas leis, embora não tratem diretamente da ação sindical, são relevantes para a conexão entre as lutas sindicais e o que já foi conquistado. A Lei nº 605, de 1949 que trata sobre o repouso semanal remunerado e o pagamento de salários nos dias feriados civis e religiosos, promulgada por Eurico Gaspar Dutra, foi um importante passo para a classe trabalhadora. Outro avanço importante para os trabalhadores foi a Lei nº 4.090, de 1962 que instituiu a gratificação natalina, fator relevante para o bem-estar do trabalhador e para a economia, já que recursos são injetados no mercado, movimentando o comércio da região.

A partir de 1964, a legislação trabalhista, assim como as ações sindicais entram num período de estagnação em função da ditadura militar (1964-1985). O país ganha um novo gás sindical ao final da década de 1970 e principalmente ao longo da década de 1980. Sobre a agitação da década de 1980, Ricardo Antunes e Jair Batista da Silva (2015) expressam:

[...] Ao longo dos anos 1980, por exemplo, nosso país esteve à frente das lutas sociais e sindicais, mesmo quando comparado com outros países avançados dotados de ampla experiência sindical. A criação do PT em 1980, da CUT em 1983, do MST em 1984, a luta pelas eleições diretas em 1985, a eclosão de quatro greves gerais ao longo da década, a campanha pela Constituinte e a promulgação da nova Constituição em 1988 e, finalmente, as eleições diretas de 1989, são exemplos vivos da força das lutas daquela década (Antunes; Silva, 2015, p. 512)

Nos anos 1990, a ação dos sindicatos era mantida por uma pretensa subordinação ao Estado. As grandes manifestações da década anterior não ocorriam de maneira frequente. No início da década, mais especificamente no ano de 1992, os “caras-pintadas” movimentaram o cenário dos movimentos sociais, embora não tenha sido um movimento especificamente sindical, foi relevante para a agitação social, no entanto, movimentos de tamanha expressão não

se reproduziram nos demais anos da década. Alinhando-se a uma postura de negociação em detrimento de um sindicalismo combativo, a década de 1990, se mostrou relativa estagnação quanto a experiência sindical.

O neoliberalismo, incorporado no Brasil nos governos Collor e Fernando Henrique Cardoso, demandava privatizações, menor interferência do Estado na economia e uma maior flexibilização das leis trabalhistas, impactou a ação sindical na década. A conduta dos sindicatos na década de 1990 é compartilhada por Ricardo Antunes e Jair Batista Silva (2015), quando argumentam que:

Esta “nova” práxis sindical tinha - e ainda tem - na negociação seu instrumento de ação predominante e acentua a propositura de que não bastava ao sindicalismo assumir tão somente uma conduta de rejeição às iniciativas dos patrões e governos, mas procurava, frente aos dilemas enfrentados pelos trabalhadores, construir alternativas “propositivas” consideradas mais viáveis e realistas. Rejeitando fortemente em sua prática a estratégia conduzida durante a década de oitenta, a CUT passava a defender e praticar um sindicalismo moderado, resultado a um só tempo das diretrizes político-ideológicas da tendência hegemônica no seu interior, a Articulação Sindical – e articulado ao cenário de refluxo da atividade sindical durante este período, tanto no âmbito internacional quanto no Brasil (Antunes; Silva, 2015, p. 516).

É importante destacar que esse recuo dos sindicatos em relação ao combate, pode ter relação com um momento favorável na política para a negociação. Os sindicatos atuam nas urgências, entretanto, se os governos e patrões se mostram moderados e dispostos a negociar, será essa conduta que o sindicato adotará. Ricardo Antunes e Jair Batista Silva (2015) denotam que a CUT e demais centrais sindicais retornariam a adotar uma postura mais combativa caso a situação socioeconômica dos trabalhadores declinasse, pontuam ainda, que essa linha de confrontação seria retomada por pressão da própria classe trabalhadora. Esse posicionamento que tem sido interpretado por parte da classe trabalhadora como “peleguismo”, é corriqueiramente justificado pela receptividade que os governos e patronado tem cedido em relação as centrais e sindicatos.

Avançando para o início dos anos 2000, Antunes (2011, p.58) expressa que “pouco antes de terminar seu governo, Lula¹⁰ tomou uma decisão que ampliou ainda mais o controle estatal sobre os sindicatos, ao permitir que as centrais sindicais também passassem a gozar das vantagens do nefasto Imposto Sindical, criado na Ditadura Vargas, ao final dos anos 1930”. É válido salientar que o imposto sindical figurava importante fonte de arrecadação para os

¹⁰ O texto se refere a primeira gestão governamental de Lula, que remonta aos anos de 2003-2011.

sindicatos, esse imposto deixou de ser obrigatório após a aprovação da reforma trabalhista¹¹, no governo Temer.

Essa relação síncrona entre sindicato e governos petistas¹² é ponderada por Andreia Galvão (2014), que pontua sobre o sindicalismo de parceria, para a autora:

O sindicalismo de parceria faz críticas aos governos petistas, mas procura moderá-las; apresenta demandas políticas, mas procura compatibilizá-las com os interesses patronais; defende os direitos dos trabalhadores, mas não se furta a negociá-los ou aceitar direitos diferenciados conforme as especificidades do setor econômico ou da empresa; fala em nome de uma cidadania “ampliada”, mas diante das dificuldades de se assegurar direitos universais por intermédio da legislação, contenta-se com uma cidadania limitada à inclusão pelo consumo (Galvão, 2014, p. 111).

O discurso em defesa da cidadania e a refutação da identidade conflitual, direcionou os sindicatos a uma ação de mediador entre as partes, levando os anseios dos trabalhadores ao patronado, mas constantemente recusando o confronto entre eles. Assim, os sindicatos nos anos 1990 e 2000, têm se mostrado como meros mediadores das pautas laborais.

Após o impeachment de Dilma Rousseff, em 31 de agosto de 2016, assumiu o poder Michel Temer, seu vice, que aprovou a reforma trabalhista (Lei 13.467/2017) vista por muitos brasileiros, como um desmonte das conquistas laborais reivindicadas pelos sindicatos anos atrás.

A partir de 2019, no governo Bolsonaro, as questões trabalhistas e a atuação dos sindicatos continuaram sendo constantemente boicotadas. A MP 870/2019, que posteriormente alcançou o *status* de lei, a Lei nº 13.844/2019, transformou vários ministérios. Entre eles o Ministério do Trabalho, que foi incorporado ao Ministério da Economia, estabelecia a organização básica da Presidência da República e dos Ministérios, minimizando assim as discussões e relevância desse tema na gestão governamental do período.

Para Dutra e Lima (2023) na gestão Bolsonaro (2019-2022) foi persistente o esvaziamento do tema trabalho em relação a luta de classes, o que foi feito, sobretudo, por meio da aversão ao sindicalismo. Desta forma, evidencia-se que, ao longo de diferentes gestões federais o sindicalismo foi se moldando as perspectivas projetadas por cada gestão, perdendo traços do enfrentamento, característica tão comum no passado, que na contemporaneidade ficaram na memória histórica da instituição.

¹¹ Lei 13.467/2017, mudou as regras relativas a remuneração, plano de carreira e jornada de trabalho, entre outras. A norma foi aprovada para flexibilizar o mercado de trabalho e simplificar as relações entre trabalhadores e empregadores. Fonte: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/05/02/aprovada-em-2017-reforma-trabalhista-alterou-regras-para-flexibilizar-o-mercado-de-trabalho> Acesso em: 17 de fev. 2025.

¹² Sucessão de gestões que tinham a frente representantes do Partido dos Trabalhadores (PT), iniciada por Luís Inácio Lula da Silva, em 2003 e sendo continuada por Dilma Rousseff a partir de 2011.

A esse respeito, as autoras abordam sobre a identidade do governo bolsonarista e a visão destes sobre o trabalho e os sindicatos.

[...] a identidade neofascista do bolsonarismo é invocada a partir da existência de uma crise política, de derrotas anteriores do grupo que se apresentava como representação trabalhadora no país, o que inclui a materialização das próprias reformas laborais, bem como da deposição de lideranças anteriormente comprometidas com tais interesses classistas, e da difusão, por meio das redes sociais, de um movimento, amalgamado entre estratos altos da burguesia, mas também entre camadas médias e camadas baixas, mobilizados por discursos de revanchismo, ressentimento, tradicionalismo, negacionismo [...] (Dutra; Lima, 2023, p. 1779).

Esse cenário revela que o negacionismo na gestão bolsonarista era apontado para várias direções, mas ficou em evidência no período pandêmico, COVID-19, em que o presidente e seus aliados se mostravam contrários ao *lockdown*, incentivando que trabalhadores continuassem em seus postos de trabalho, mesmo com risco de infecção.

Essa trajetória de transformações no sindicalismo nacional permite entender, em boa parte, os caminhos traçados pelo sindicalismo docente no Brasil. A partir do próximo capítulo, as abordagens se voltarão para a trajetória do sindicalismo no docente no estado do Maranhão e como esse sindicalismo se desenvolveu e atuou ao longo dos anos.

CAPÍTULO 2: TRAÇOS DA HISTÓRIA DOS SINDICATOS DOCENTE NO MARANHÃO

O presente capítulo trata da história do sindicalismo, mais precisamente sobre as experiências do sindicalismo docente no Maranhão. Para tanto, os conceitos de *grupos excluídos* (Perrot, 2017), *ação coletiva* (Cefaï, 2007) e *sindicalismo* (Antunes, 1998) são de fundamental importância para encorpar o referencial teórico e analítico. O diálogo com esses autores, sob nossa ótica, nos permite destacar a história das mobilizações da classe trabalhadora docente, sobretudo quando pensamos em um processo de reconhecimento mútuo entre esses sujeitos e suas ações e experiências de reivindicações por direitos.

No capítulo a abordagem partirá das experiências do sindicalismo em diferentes escalas geográficas. Nesse caminho passamos, brevemente, pela história do sindicalismo mundial, para em seguida adentrar as experiências do sindicalismo docente no Brasil e no Maranhão, momento em que passaremos a destacar a história e atuação Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica das Redes Públicas Estadual e Municipais do Estado do Maranhão (Sinproesemma) no estado e na cidade de Imperatriz. Para essa tarefa, a contribuição de Brussio (2015), Fortes (2018) e a análise do Estatuto do Sinproesemma firmarão as bases para a compreensão da história e percalços do sindicalismo docente no estado do Maranhão.

2.1 Sindicatos e sindicalismo no Brasil

A luta de uma categoria de trabalhadores por melhorias em seus locais de trabalho e condições de vida não pertence ao calendário recente das pautas da humanidade, já que se mobilizar em busca de direitos tem sido uma estratégia característica de muitas sociedades em vários momentos da história, sobretudo no arranjo da economia capitalista. Mulheres buscando condições mais viáveis em fábricas, marinheiros se rebelando contra jornadas extenuantes e castigos físicos são algumas das muitas mobilizações que grupos, minimamente organizados, utilizaram para chamar a atenção para suas causas e demandas e mudar sua realidade.

O autor francês Daniel Cefaï (2007) argumenta que a *abordagem gramatical* nos torna sensíveis à multiplicidade das estratégias manejadas nas lutas por direitos e provoca o interesse em compreender as múltiplas faces de uma ação coletiva. Essa abordagem gramatical nos permitiria, nesse sentido, identificar o que mantém as pessoas juntas e o que conecta umas às outras, especialmente quando damos destaque as dimensões afetivas, sensíveis e mnemônicas

que permitem a tessitura de sentidos que direcionam os indivíduos, os grupos sociais e as ações coletivas.

A partir desse caminho metodológico, podemos observar que o sindicalismo surge em momentos distintos. É inegável, contudo, que sua emergência e popularização se deu em meio à produção fabril capitalista. Nas fábricas, os trabalhadores passavam a maior parte de seu tempo, havendo poucas possibilidades de estar com seus familiares ou desfrutar de momentos de lazer; eram submetidos a jornadas exaustivas, características de um passado recente, mas também de nossos dias atuais; e, corriqueiramente, o controle dos movimentos e do tempo pavimentou o caminho para a implantação de técnicas de racionalização do trabalho, potencializadas no século XX por meio do *fordismo*¹³ e do *taylorismo*¹⁴. Apesar das semelhanças formais e operatórias, a fábrica não é a prisão (Perrot, 2017). Embora os horários sejam rígidos e a fadiga do trabalhador seja constante, existe a possibilidade de “desistência” e/ou “abandono” do trabalho, mesmo que essa “escolha” possa significar a experiência de uma vida com maiores privações financeiras.

Diante desse quadro, homens e mulheres que viviam e trabalhavam em situações extremamente precárias em Londres e Paris buscaram alcançar condições dignas de emprego e moradia, lutando contra o desemprego agravado pela introdução da máquina a vapor na indústria (Goetttert, 2014). Como espaço de florescimento do capitalismo, a Europa destaca-se historicamente como um lugar central para a compreensão do surgimento do sindicalismo, sendo que Inglaterra e França se destacam como referências empíricas para as ações coletivas iniciais dos trabalhadores fabris e, mais tardiamente, a Rússia.

Para Hobsbawm (2000) em meados do século XIX os trabalhadores britânicos adotaram o uso de um sinal que rapidamente os identificava como membros de uma classe. Em outra passagem, Hobsbawm (2000) denota que o uso de um chapéu ou boné era utilizado para fins de identificação dos trabalhadores quanto a sua classe, esses acessórios usados comumente como um marcador da classe, fortaleciam a identificação de indivíduos que comungavam das ações coletivas.

¹³ O fordismo pode ser caracterizado como um regime de acumulação e modo de regulação que tem entre suas principais características a produção em massa e a organização produtiva em linhas de montagem automatizadas. Sua base está nas teorias de Taylor (1911) sobre uma “administração científica”, que contribui para que Henry Ford construísse uma cadeia de montagem, multiplicando a produção de automóveis. Fonte: <https://www.scielo.br/j/tinf/a/DVnXR9vBHGQGm8dR5Rw6YFS/>. Acesso em 04 de nov. 2024.

¹⁴ A racionalização taylorista surge “[...] como um esforço no sentido de impor aos trabalhadores um ritmo de produção similar ao obtido na cadência frenética das máquinas automáticas”. Fonte: <https://www.scielo.br/j/ram/a/WQ544XWMZhRSPQNTKkKTnfq/>. Acesso em: 04 de nov. 2024.

Ele afirma ainda como a classe trabalhadora da época possuía distinções em seu interior, quando expressa que:

[...] Deliberadamente evitei identificar os sentimentos e opiniões das massas operárias, até onde temos conhecimento deles, com os da vanguarda de ativistas e militantes, porque eles nitidamente não eram os mesmos. Os ativistas estavam imbuídos do espírito do inconformismo numa época em que a dissensão estava em declínio (Hobsbawm, 2000, p. 297).

Na Rússia, e posteriormente na União Soviética¹⁵, os sindicatos surgiram no final do século XIX. Já no início do século XX, a percepção sobre os sindicatos e suas possibilidades passaram a ganhar novas cores e novos debates. Vladimir Lênin e Leon Trotsky¹⁶, figuras eminentes do pensamento socialista, possuíam linhas de pensamento bem distintas quanto ao assunto, pois, enquanto Trotsky defendia a ideia de estatizar os sindicatos, Lênin entendia que a instituição deveria se manter como órgão de defesa dos interesses materiais dos trabalhadores (Antunes, 1998). Essa divergência pode ser explicada, entre outras situações, pelo meio social em que o sindicalismo russo se desenvolveu, significativamente diferente do restante da Europa. Enquanto na Europa ocidental¹⁷ predominava a produção capitalista, no leste europeu, principalmente na Rússia e depois na URSS, a produção se desenvolvia em meio a planificação e a gestão estatal da economia.

Em relação a expansão do sindicalismo, Goetttert (2014, p. 49), aponta que:

O capitalismo e o sindicalismo não se restringiram à Inglaterra. O desenvolvimento industrial, no século XIX, dava-se na França, na Alemanha, nos Estados Unidos da América e em outros países, fazendo emergir um proletariado, cada vez mais forte, quantitativa e qualitativamente, e fazendo com que o movimento sindical se expandisse.

¹⁵ Oficialmente a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) foi um Estado socialista localizado no norte da Eurásia que se estendeu desde os mares Báltico e Negro até o Oceano Pacífico. O Estado existiu entre 1917/22 e 1991. Fonte: <https://mundoeducacao.uol.com.br/historiageral/uniao-sovietica.htm#:~:text=A%20Uni%C3%A3o%20Sovi%C3%A9tica%2C%20formada%20em,da%20Revolu%C3%A7%C3%A3o%20Russa%20de%201917>. Acesso em: 13 de set. 2025.

¹⁶ Vladimir Ilich Ulyanov (1870-1924), conhecido como Vladimir Lênin, viveu na Rússia entre 1870 e 1924. Foi o fundador do Partido Comunista Russo, inspirador e líder da revolução bolchevique (1917), além de primeiro líder (entre 1917 e 1924) do estado soviético. Leon Trotsky (1879-1940) foi um escritor, intelectual marxista e revolucionário bolchevique, organizador do Exército Vermelho e, após a morte de Lenin, rival de Stalin na disputa pela hegemonia do Partido Comunista da União Soviética (PCUS). Tornou-se uma figura central da vitória bolchevique na Guerra Civil Russa (1918-1922). Fonte: <https://www.nationalgeographicbrasil.com/historia/2023/08/quem-foi-lenin-e-o-que-ele-fez-os-bastidores-de-um-dos-principais-politicos-da-historia-da-russia> Acesso em: 04 de nov. 2024.

¹⁷ Europa Ocidental é a porção mais a oeste da continente Europeu, embora a perspectiva de oriente e ocidente seja demarcada geograficamente pelo meridiano de Greenwich, a noção de Europa Ocidental foi construída a partir de concepções geopolíticas edificadas no período da Guerra Fria (1945-1989). Atualmente os países que compõem a porção ocidental da Europa são: Portugal, Espanha, Itália, Alemanha, Áustria, França, Países Baixos, Bélgica, Noruega, Finlândia, Islândia, Suécia, Dinamarca, Grécia, Reino Unido, Irlanda, Liechtenstein, Luxemburgo, Malta, Mônaco, San Marino, Suíça, Vaticano, Andorra. Fonte: <https://www.politize.com.br/europa-ocidental-e-oriental-uma-perspectiva-geopolitica/>. Acesso em: 04 de nov. 2024.

O processo de expansão do movimento sindical não acompanhou imediatamente a condição laboral dos trabalhadores durante os séculos XVIII e XIX. A vida no ambiente de trabalho nesse período não era nada favorável ao trabalhador, fazendo com que a busca por condições mais adequadas para suas atividades fosse, comumente, recebida de maneira ríspida pelo patronato. Perrot (2017, p. 63) afirma que na França “[...] as grandes greves de 1899-1900, em Montceau-les-Mines, depois no Creusot, cujo caráter repentino surpreendeu a todos, reivindicam acima de tudo as liberdades de reunião e de associação, o direito de sindicalização e a formação de delegações operárias [...]”. Inicialmente reivindicando o direito de reunião e associação, a posteriori, as reivindicações incorporaram novas demandas, tal como a pauta salarial.

Expandindo geograficamente a nossa discussão, o processo de emergência do sindicalismo no Brasil teve como reflexo as diversas dinâmicas que ocorriam pelo mundo e nacionalmente. Conforme Rezende (2006, p. 17) “[...] num primeiro momento, verificou-se o surgimento de movimentos com nítido propósito de auxílio mútuo, os quais restringiam sua atuação à defesa de interesses exclusivos de seus associados, não albergando interesses gerais”. Nesse contexto inicial, ganham forma as caixas de assistências aos trabalhadores e suas famílias, as ajudas alimentares em momentos emergenciais, os serviços jurídicos que os sindicatos prestam a seus filiados e as pressões para que o patronato garanta direitos já adquiridos, que por ora não estejam sendo cumpridos.

No início do século XX, um importante congresso da classe trabalhadora foi realizado no Brasil, o “Congresso Operário Brasileiro”, entre os dias 15 e 22 de abril de 1906¹⁸. O congresso aconteceu na cidade do Rio de Janeiro, capital do Brasil na época, e contou com cerca de 28 sindicatos e associações.

O Congresso recomendou uma campanha contra a exploração de colonos pelos fazendeiros, sugerindo a formação de sindicatos de trabalhadores rurais. Eles também se posicionaram contra a exploração do trabalho feminino. [...] Aconselhava ainda que os sindicatos não criassem cargos remunerados, a menos que eles exigissem dedicação integral, e a não aceitação de títulos honoríficos pelos sindicalistas. Recomendava ainda substituir as diretorias das entidades por comissões administrativas (Agência Brasil, 2016).

Com o avançar dos anos, ainda no século XX, as mobilizações passaram a ter um viés mais abrangente, já que as associações e mobilizações que antes eram restritas a artesões e

¹⁸ Na reportagem da Agência Brasil há uma ressalva sobre o Congresso Operário Brasileiro de 1906 ter sido a primeira manifestação operária de grande porte no Brasil. A reportagem cita encontros ocorridos no século XIX, mas que tiveram uma dimensão geográfica reduzida, contemplando apenas os estados do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo. Fonte: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/geral/audio/2016-04/ha-110-anos-ocorria-o-primeiro-congresso-operario>. Acesso em: 04 de nov. 2024.

operários se difundiram para grande parte da classe trabalhadora. Segundo (Fortes, 2018), a greve de 1917¹⁹, denota o marco de difusão das reivindicações por diferentes tipos de trabalhadores no Brasil, pois “[...] a “Greve Geral” de julho de 1917, paralisou por três dias as atividades industriais, comerciais, o setor de serviços e o de transporte na cidade de São Paulo” (Fortes, 2018, p. 23). Em meio a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), a Greve Geral de 1917 serviu para demonstrar ao mercado, que já estava enfraquecido em função da guerra, o poder que a classe trabalhadora possuía.

De acordo com Caetano (2019)²⁰, além da Grande Greve de 1917, ao longo do século XX outras mobilizações ganharam destaque na história brasileira, tal como a “Greve dos 300 mil”²¹, que ocorreu em 1953 e que, assim como a greve de 1917, eclodiu no ambiente fabril. Já na década de 1970 destaca-se a greve dos metalúrgicos do ABC²² paulista, que ocorreu em 1979 tendo como uma de suas principais lideranças o atual presidente da república Luís Inácio Lula da Silva, que a época era presidente do sindicato dos metalúrgicos do ABC. Na década seguinte, mais precisamente no ano de 1983, os petroleiros brasileiros encabeçaram uma greve contra a promulgação do Decreto-Lei 2.025 pelo regime ditatorial, que cortou despesas e extinguiu benefícios das empresas estatais²³. Mais recentemente, outra manifestação laboral relevante a ser lembrada em nosso país foi o movimento “Fora Temer” de 2017²⁴, momento em que trabalhadores de diversos setores da economia se mobilizaram contra a aprovação da Reforma

¹⁹ Movimento paredista que se alastrou na maior parte, e notadamente na primeira quinzena, do mês de julho de 1917, na capital paulista e nos municípios próximos, com a participação de mais de 50 mil trabalhadores. O contexto geral da greve remete ao período internacional de revoltas, motins e greves que varreu o mundo na segunda parte do ano de 1917. No caso específico brasileiro, e particularmente paulistano, o movimento foi uma reação operária a um período de intensificação do horário de trabalho, de subida repentina dos preços e estagnação dos salários, ou seja, de uma fortíssima piora do poder de compra e das condições de trabalho. Fonte: <https://atlas.fgv.br/verbetes/greve-geral-de-1917>. Acesso em: 04 de nov. 2024.

²⁰ CAETANO, Bruna. No dia da greve geral, relembre 7 paralisações que marcaram a história do Brasil. <https://www.brasildefato.com.br/especiais/as-vesperas-da-greve-geral-relembre-7-paralisacoes-que-marcaram-a-historia-do-brasil>. Acesso em 21 de jul. 2024.

²¹ A greve eclodiu no final de março de 1953, mas foi no dia 18 do mesmo mês que a mobilização teve seu marco inicial mais expressivo, por meio da Marcha da Panela Vazia, um movimento que teve uma forte adesão popular, expressando a potência que os trabalhadores possuíam. O protesto ocorreu em São Paulo, e teve como pauta central os baixos salários pagos pelas grandes empresas, que se somando com a inflação em alta, reduzia o poder de compra dos trabalhadores. Fonte: <https://cliohistoriaeliteratura.com/2021/03/23/a-greve-dos-300-mil/>. Acesso em: 04 de nov. 2024.

²² Sigla comumente usada para se referir as cidades da região metropolitana da cidade de São Paulo, Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul.

²³ A greve de 1983, iniciou em julho daquele ano, foi a primeira greve após o golpe militar de 1964 e parou o Brasil em 21 de julho de 1983, abrindo caminho para a criação da Central Única de Trabalhadores, a CUT. Houver repressão do governo Figueredo, causando centenas de demissões. Fonte: <https://fup.org.br/greve-1983/> Acesso em: 13 de set. 2025.

²⁴ Manifestações contrárias a gestão de Michel Temer, ganha vigor a partir do impeachment de Dilma Rousseff (2016), teve grande repercussão nas ruas e nas redes sociais, onde se popularizou a hashtag #ForaTemer. Fonte: <https://www.politize.com.br/manifestacoes-fora-temer-entenda/> Acesso em: 13 de set. 2025.

Trabalhista pelo Poder Legislativo, ganhando abrangência nos anos de vigência do governo Jair Bolsonaro (2019-2022).

No entanto, esse processo de mobilização dos trabalhadores por si só não foi historicamente suficiente para manter as organizações trabalhistas organizadas, situação que estimulou a cobrança de aportes financeiros pelos sindicatos das categorias que estavam em formação. Além da manutenção da organização, a cobrança da contribuição é motivada para financiar as atividades sindicais, bem como garantir a defesa dos direitos dos trabalhadores. Nessa perspectiva, o pagamento do imposto sindical passa a ser regimentado por força de lei.

[...] o Decreto-Lei nº 2.377, de 8 de julho de 1940, passa a regular o pagamento e a arrecadação das contribuições sindicais sob a nova denominação de “imposto sindical”, que se torna obrigatório a todos aqueles que participarem de uma determinada categoria econômica ou profissional representadas pelas referidas entidades (Fortes, 2018, p. 27).

O imposto sindical, como já mencionado, era obrigatório e descontado diretamente em folha de pagamento o equivalente a um dia de trabalho, geralmente no primeiro trimestre do ano, no mês de março. Era de fundamental importância para os sindicatos, pois figurava como elemento essencial para o fortalecimento dessas instituições, que precisam de condições materiais para enfrentar o Estado e o patronado. O imposto fortalecia a instituição, os recursos recolhidos, potencialmente também serviriam para arcar com os custos de uma paralisação, fornecer assistência aos membros e consequentemente financiar atividades recreativas para os trabalhadores.

Em 2017, novas mudanças foram inseridas quanto a nomenclatura e a obrigatoriedade de pagamento do então “imposto sindical”, que a partir da Reforma Trabalhista daquele ano, passa a ser chamado de “contribuição sindical” e o pagamento torna-se facultativo ao trabalhador, situação que enfraquece sensivelmente a capacidade financeira dessas instituições em nossos dias atuais.

Avançando na história e fazendo um delineamento entre os sindicatos e a ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985), cabe apontar o decisivo papel da instituição trabalhista nesse período. Segundo a Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”, a ação de desarticulação dos sindicatos foi imediata.

Após o golpe, a primeira medida para dismantlar a organização dos trabalhadores foi a desarticulação dos sindicatos, principalmente dos maiores, mais representativos e organizados e, que estavam à frente das principais lutas. Essa era uma medida imediata de freio à ascensão das lutas dos trabalhadores, já que os mesmos estariam sem uma organização institucional e solidificada (São Paulo, 2015).

A repressão se delineava de diversas maneiras, tanto nas instituições trabalhistas como diretamente no âmago dos trabalhadores. O fechamento de sindicatos, a vigilância excessiva e a perseguição às lideranças sindicais eram constantes durante a vigência do regime. Nessa perspectiva, o documento “Violações dos direitos humanos dos trabalhadores” da Comissão Nacional da Verdade evidencia que:

A repressão militar sobre a classe trabalhadora começou, assim, com a prisão ou fuga forçada de líderes sindicais, e com o empenho do Estado de retomar o controle sobre os trabalhadores. Somente em 1964, 409 sindicatos e 43 federações sofreram intervenção do Ministério do Trabalho. Entre 1964 e 1970, foram efetuadas 536 intervenções sindicais – das quais 483 em sindicatos, 49 em federações e em quatro confederações (Brasil, 2014, p. 60).

As intervenções nos sindicatos não se restringiam ao sentido administrativo, a vida das lideranças sindicais também era afetada pelo regime civil-militar. Prisões, torturas e assassinatos se tornaram medidas comuns em meio ao regime que se estabeleceu a partir do golpe de Estado de 1964. Exemplo disso são os relatos dos assassinatos de Virgílio Gomes da Silva (1969) e Manoel Fiel Filho (1976), ambos militantes do PCB, o primeiro trabalhador químico; e o segundo operário metalúrgico, tiveram fins semelhantes, ambos foram presos, torturados e mortos pelo regime²⁵.

Embora as manifestações durante essa época fossem duramente reprimidas, os militares, em busca de controle ideológico, conseguiam organizar os “pelegos”²⁶ em “uniões” e “associações”. De acordo com Brussio (2015, p. 58), “em janeiro de 1964 foi criada a União Sindical dos Trabalhadores (UST) que organizava os pelegos para rivalizar com o CGT”, o Comando Geral dos Trabalhadores, que englobava um grande contingente de trabalhadores independentemente da categoria a que pertenciam.

Para Brussio (2015), durante a ditadura civil-militar:

[...] o governo brasileiro passou a estabelecer regras para reconhecimento dos sindicatos e reprimiu os que não se enquadraram, tornando assim os sindicatos meros instrumentos de colaboração de classes sob a tutela do Estado ditatorial e a fazer parte do “corpo” social do Estado, seguindo a doutrina corporativista (Brussio, 2015, p. 31).

Nesse contexto:

A ditadura militar não só aproveitou o modelo corporativista de sindicalismo da “Era Vargas”, como o aperfeiçoou com a lei de greve, fixação dos índices salariais como

²⁵ Casos extraídos da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva” Disponível em: https://comissaoдавerdade.al.sp.gov.br/relatorio/tomo-i/downloads/I_Tomo_Parte_2_A-perseguiçao-aos-trabalhadores-e-ao-Movimento-Operario.pdf Acesso em: 16 de set. 2025

²⁶ Denominação popular pejorativa dada a membros de sindicatos que agiam sob inspiração do Ministério do Trabalho ou de políticos ditos trabalhistas. Fonte: <https://www.dicio.com.br/pelego/#:~:text=Significado%20de%20Pelego&text=%5BPopular%5D%20e%20Pej...%2C%20dominada%20por%20outra%3B%20capacho>. Acesso em: 04 de nov. 2024.

prerrogativa do governo, fim da estabilidade no emprego com a criação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) (Brussio, 2015, p. 51).

As experiências sindicais retratadas até então, em sua maioria, não contemplam as experiências dos trabalhadores docentes, tendo em vista que demandou bastante tempo para que a docência fosse encarada como profissão e seus profissionais se organizassem. Como aponta Kowarick (1979) os primeiros movimentos de reivindicação que se assemelhava aos sindicatos, tinham como bandeira a luta contra a superexploração do capital. O trabalhador exausto pela exploração física, vivendo em moradias precárias e experimentando problemas relacionados ao sustento de sua própria família, torna-se mais vulnerável aos problemas sociais urbanos ao mesmo tempo em que se torna público-alvo das instituições sindicais nascentes.

2.2 Sindicatos e sindicalismo docente no Brasil

Em relação a tardia atuação sindical dos professores no Brasil, essa situação parece associar-se as raízes estruturais e condições sociais do nosso país, pois, em um passado recente, grande parte do professorado da educação básica era composto apenas por mulheres. Nesse sentido, Brussio (2015, p. 28) salienta que:

Na legitimação da docência como profissão eminentemente feminina, as instituições da sociedade brasileira tiveram papel importante; principalmente a família, a escola e a igreja, que muitas vezes limitavam a escolha da mulher, impondo forçosamente a opção pela carreira docente.

Vistas rotineiramente como “apáticas” e/ou “pacíficas”, as mulheres professoras do final do século XIX e início do século XX, não eram encaradas como um “problema” para os governos ou a iniciativa privada. Comparativamente com o sindicalismo operário, o sindicalismo da educação básica demorou para se organizar (Cruz, 2014), devendo-se parte desse retardo organizacional às condições de trabalho dessas profissionais e interesses dos envolvidos.

Parte-se do pressuposto de que condições objetivas e subjetivas agiram como fatores impeditivos para que esse tipo de sindicalismo não aparecesse a tempo. Por fatores objetivos consideram-se a expansão do ensino e as condições de trabalho, reconhecendo-se a existência de interesses contraditórios nessas condições. Por fatores subjetivos, consideram-se as ideias, valores e concepções que os professores e professoras possuem sobre sua profissão e sobre a prática sindical, os quais condicionaram e condicionam, ainda hoje, o movimento organizativo dos docentes (Cruz, 2014, p. 195).

Em termos de datas, o sindicato docente no Brasil só veio a efetivar-se, de fato, em meados da década de 1930, com a organização dos professores secundaristas do Rio de Janeiro, destacando a então capital do país como o palco inicial desse tipo de organização no país. No entanto, pouco se sabe sobre a história dos movimentos sindicais docentes nesse mesmo período no interior do Brasil. Segundo Erlando Resês (2008), comparativamente com a Europa, o sindicalismo docente no país se organizou de maneira tardia.

No Rio de Janeiro, a primeira organização sindical docente surge em 1931, com os professores do Ensino Secundário da rede privada. Já em Portugal, ela aparece em 1911, com o Sindicato dos Professores Primários do ensino oficial no Porto. Em ambos os locais, o movimento sindical docente ganha amplitude após os anos 1970 (Rêses, 2008, p. 211)

Nessa oportunidade, os sindicatos docentes se expandiram pelas capitais de estado e pelo Brasil profundo, popularizando a imagem das instituições sindicais como representantes socialmente legitimados dos trabalhadores no país.

Quanto a evolução histórica dos sindicatos docentes, em meados da década de 1960, as associações e organizações docentes ganharam força e volume, embora a partir de 1964, com o país entrando em um período obscuro de sua história, os professores foram forçados a se organizar de uma maneira peculiar. Diante desse cenário Bauer e Dantas (2016), denotam que:

Nesse momento, as organizações de professores cresciam por todo o país e com o discurso em defesa da educação tomando novos rumos. Isso porque, até então, a postura de muitos daqueles que faziam parte dos quadros do magistério era de passividade. Uma parte do professorado, inclusive, com suas associações, apoiou o golpe civil-militar perpetrado em 1964 (Bauer; Dantas, 2016, p. 197).

O apoio ao golpe civil-militar de 1964 fomentou um movimento de professores atrelado às decisões do Estado, sem grandes perspectivas de avanço e progresso na carreira. Essa possível acomodação pode ser compreendida pela pouca formação sindical dos associados à época e até mesmo a falta de escolarização, já que grande parte dos professores da educação básica no Brasil desse período não possuíam ensino superior. A noção de reivindicação e enfrentamento a figura estatal foi evoluindo com o passar do tempo, amadurecendo por volta dos anos de 1980.

A exemplo dessa atuação, as manifestações de greve de professores do Rio Grande do Sul e do estado de São Paulo se fazem pertinentes para a discussão. Em ambos os casos, tanto em Porto Alegre como em São Paulo, as manifestações ganharam maior visibilidade e engajamento a partir de final dos anos 1970. O ano de 1979 mostrou-se como um marco para as manifestações docentes nos dois estados, de modo que:

Em meio à crise econômica e o avanço dos arrochos salariais, sucederam-se manifestações grevistas em diferentes pontos do país. E foi naquele ambiente de

transições que as professoras rio-grandenses fizeram, em 1979, a primeira greve deflagrada no período inicial da abertura política (Ozorio; Almeida, 2019, p. 578)

A greve de 1979 conforme descrita, teve como linha de frente as mulheres, que mesmo diante do medo e do receio de não saber fazer greve, decretaram o movimento grevista mesmo em meio a insegurança (Ozorio; Almeida, 2019). No estado de São Paulo, o modo de atuação de enfrentamento aos desmandos estatais é semelhante às ações tomadas no Rio Grande do Sul.

A atuação feminina no movimento grevista docente paulista também tem destaque, quando Oliveira (2017) argumenta que:

Não nos cabe aqui medir o nível de conscientização social de suas participações em greves, mas reforçar um certo pioneirismo feminino e político daquelas que, levadas ao magistério em função de suas condições sociais e sexuais, de gênero, no que concerne à divisão do trabalho, as professoras que aqui se colocaram, novamente em uma situação de exposição, protagonizaram situações de enfrentamento, de expressões agudas das lutas sociais, tal como concebemos a greve (Oliveira, 2017, p. 299).

Os professores da rede estadual de São Paulo passaram por transformações nas organizações laborais as quais faziam parte, principalmente, após a promulgação da Constituição Federal de 1988, em que a maioria das associações de professores passaram a atuar como sindicato, a esse respeito, Oliveira (2017) denota que:

A entidade [APEOESP]²⁷ tornou-se sindicato em 1988, ligado à Central Única dos Trabalhadores, CUT, na mesma década em que liderou cerca de cinco greves dentre as quais, em 1989, a maior da história da categoria até então, com 80 dias de paralisação. Nos anos 1990, foram quatro greves (1992, 1993, 1995 e 1998) e, na década de 2000, duas greves (2008 e 2010), nos últimos anos, destacam-se as greves de 2013 e mais recentemente, em 2015 (Oliveira, 2017, p. 295).

O sindicato dos professores da rede estadual de São Paulo mantém atuação expressiva, mesmo como as trocas de governos alinhados tanto à direita como à esquerda no estado, a instituição laboral tem se demonstrado vigorosa diante das trocas governamentais e dado continuidade a luta em defesa dos docentes que atuam na rede estadual.

A partir de agora, algumas das experiências e percalços que envolvem a história da emergência e atuação do sindicalismo docente no estado do Maranhão serão pautas da discussão.

2.3 Traços da história do sindicalismo docente e de sua atuação no Maranhão

²⁷ Antiga APESNOESP (Associação dos Professores do Ensino Secundário e Normal do Estado de São Paulo), mudou pra APEOESP em 1973, transformou-se em sindicato em 1988, permanecendo com a mesma sigla até os dias atuais. (Oliveira, 2017).

O sindicalismo docente no Maranhão, assim como em outras unidades da federação, possui raízes combativas. Sob essa ótica, “O movimento sindical é um dos dinamizadores dos confrontos entre os trabalhadores(as) e os capitalistas, entre Trabalho e o Capital” (Brussio, 2015, p. 9). Embora hodiernamente esse tipo de sindicalismo tenha maior visibilidade no setor público, foi na iniciativa privada que o sindicalismo docente no estado começou a se organizar e desenvolver suas atividades, ainda de maneira muito incipiente.

No entanto vale lembrar que diferentemente dos professores da Rede Estadual do Maranhão, os professores da Rede Particular de Ensino do Estado do Maranhão no dia 10 junho 1945 tinham já fundado a primeira instituição organizativa da classe dos professores no Estado do Maranhão com reconhecimento pelo Ministério do Trabalho em 12 de setembro de 1947, mantendo-se em plena ação até hoje (Brussio, 2015, p. 83).

O mais antigo sindicato docente do Maranhão, o Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino da Rede Particular do Maranhão (Sinterp-MA)²⁸, foi fundado em 1945 e continua atuante na capital São Luís, ouvindo as demandas da categoria e encaminhando seus anseios no âmbito estadual.

O Sinterp-MA possui forte atuação, principalmente na capital do estado, atendendo, de acordo com o estatuto da instituição, uma gama de profissionais da educação do setor privado. Os parágrafos 1 e 2 do 2º artigo do estatuto do Sinterp-MA, consideram o grupo de profissionais passíveis de serem representados pelo sindicato.

§ 1º Dentre as categorias representadas incluem-se os professores, orientadores educacionais e pedagógicos, supervisores educacionais e pedagógicos, administradores escolares, instrutores, auxiliares de administração, auxiliares de disciplina, técnicos e auxiliares de recursos audiovisuais e todos os empregados que não pertençam às categorias diferenciadas.

§ 2º O sindicato representará também os aposentados nos termos do caput e parágrafo anterior (Estatuto do Sinterp-MA, 2017, p. 1).

Como abordado no texto estatutário, evidencia-se que a atuação do Sinterp-MA não fica restrita apenas a garantia dos direitos dos docentes, como também de outros profissionais da educação, inclusive aqueles já estão na inatividade.

Ainda de acordo com o referido estatuto, em seu artigo 3, são denotadas as finalidades do sindicato:

- a) Conquistar melhorias nas condições de vida e de trabalho de seus representados;
- b) Ampliar e defender a independência e autonomia da representação sindical;
- c) Atuar na manutenção e na defesa das instituições democráticas brasileiras;

²⁸ O Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino da Rede Particular do Maranhão foi fundado em 10 de junho de 1945, sendo reconhecido pelo Ministério do Trabalho em 12 de setembro de 1947. O sindicato é filiado a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimento de Ensino – CONTEE. Fonte: <https://sinterpma.org.br/index/>. Acesso em: 04 de nov. 2024.

- d) Defender a solidariedade com todos os movimentos da classe trabalhadora e dos povos que caminham na perspectiva de uma sociedade livre e igualitária (Estatuto do Sinterp-MA, 2017, p. 2).

Na atuação do Sinterp-MA é notável a preocupação da instituição com a situação financeira dos associados, tanto que nos artigos 6²⁹ e 7³⁰ de seu estatuto encontramos referências a contemplação da isenção do pagamento das mensalidades em caso de desemprego e a não aceitação de salários inferiores àqueles pagos à categoria a que pertencem seus afiliados. O artigo 7 do estatuto, aliás, é enfático em sua alínea “h”, quando expressa “não aceitar salário inferior aos que forem pagos aos demais empregados antes de sua admissão” (Estatuto do Sinterp-MA, 2017, p. 5).

A fim de estabelecer “ordem”, “disciplina” e “controle”, o Sinterp-MA, assim como muitos outros sindicatos, estabeleceu uma série de penalidades a serem aplicadas aos seus associados, que vão desde penas brandas, como advertências, até as mais graves, como o desligamento de seus afiliados do quadro social da instituição. A aplicação das penalidades seria de competência da diretoria do sindicato, no entanto, depois de desligado, o associado pode ser readmitido, conforme o artigo 13 do estatuto.

Art. 13 – O associado que for desligado poderá ser readmitido, a critério da Diretoria, recebendo uma nova matrícula, iniciando-se o curso de novo prazo de carência para usufruir dos benefícios proporcionados pela entidade, inclusive para inscrição eleitoral, salvo no caso de desligamento voluntário (Estatuto do Sinterp-MA, 2017, p. 7).

Assim como o Sinproesemma realiza periodicamente o CONTEMA³¹, o Sinterp-MA também realiza congressos para reunir seus associados, divulgar suas ações e deliberar sobre as demandas da instituição. Quanto as eleições para seus cargos, estas também são realizadas periodicamente, sendo assegurado o direito ao voto de todos os associados, com algumas poucas ressalvas, conforme consta no parágrafo único do artigo 82. “É assegurado o direito de voto ao aposentado filiado, bem como ao desempregado até 06 (seis) meses, desde que tenha sido sócio do Sindicato pelo menos 12 (doze) meses antes do desemprego” (Estatuto do Sinterp-

²⁹ Art. 6º São direitos dos associados:

g) Isentar-se do pagamento da mensalidade sem prejuízo dos demais direitos sindicais, durante o prazo de prestação do serviço militar obrigatório e durante o período de até 06 (seis) meses de desemprego;

³⁰ Art. 7º São deveres dos associados:

h) Não aceitar salário inferior aos que forem pagos aos demais empregados antes de sua admissão.

³¹ O CONTEMA é uma oportunidade ímpar para os profissionais da educação se reunirem, trocarem experiências, discutirem desafios e traçarem estratégias para fortalecer o sistema educacional do Maranhão. O Congresso, que ocorre a cada quatro anos, desempenha um papel fundamental na formulação de políticas educacionais, na defesa dos direitos dos trabalhadores em educação e na promoção de uma educação pública de qualidade para todos. Fonte: <https://www.sinproesemma.org.br/sinproesemma-realizara-o-vi-contema/>. Acesso em: 04 de nov. 2024.

MA, 2017, p. 27-28). No total, a diretoria do Sinterp-MA é composta por 22 (vinte e dois) membros entre titulares do cargo e seus suplentes.

Embora o Sinterp-MA figure como o primeiro sindicato docente no Maranhão, não é muito comum professores da rede privada declararem greve, sendo identificados poucos relatos sobre casos de paralisação de suas atividades. Apesar da estrutura física das escolas particulares comumente ser melhor que a das escolas públicas, segundo relatos dos docentes dessas escolas o ambiente laboral se mostra bastante “tóxico”, com a presença recorrente de alunos desrespeitosos, pais querendo cobrar a atribuição de notas a partir do valor das mensalidades cobradas pelas instituições, e, entre várias outras problemáticas que envolvem a vida dos professores das escolas privadas, jornadas de trabalho exaustivas.

Uma das justificativas associadas a falta de paralisações dos professores da rede privada parece girar em torno da falta de garantias quanto à manutenção dos seus postos de trabalho nesses momentos. Para Fortes (2018, p. 96), “a situação de trabalho dos docentes em educação pública facilita em parte sua organização sindical, no comparativo com professores da iniciativa privada, por exemplo, pois esses profissionais têm estabilidade estatutária e padrões estabelecidos de carreira”. Infelizmente, o trabalhador regido pela CLT³², nesse contexto comparativo, possui suas demandas de reivindicações cerceadas pelo iminente desemprego que sempre ronda sua experiência laboral.

Retomando a dimensão geográfica do estado do Maranhão, já em meados da década de 1970 a primeira organização que contempla em suas iniciativas professores da educação pública estadual foi criada. Segundo Brussio (2015, p. 82), “[...] no dia 29 de junho de 1976 em uma sala do centro cívico do Liceu Maranhense fundaram a Associação de Professores do Estado do Maranhão (APEMA)³³”, organização embrionária do futuro Sinproesemma.

A APEMA funcionava nos mesmos moldes do atual Sinproesemma, afirmando-se como uma instituição que buscava lutar pelos direitos dos docentes maranhenses. No entanto, como a atuação da associação iniciou-se em meio à ditadura civil-militar (1964-1985) e as sindicalizações eram malvistas e até perseguidas pelo governo nesse período, a organização trabalhista docente ao fim do período autoritário e promulgação da nova Constituição Federal (1988) mudou os termos de sua nomenclatura de “associação” para “sindicato”.

³² A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) foi criada no Governo Vargas (1930-1945). Entrou em vigor em 09 de agosto de 1943 e sofreu diversas alterações ao longo do tempo para acompanhar a legislação vigente.

³³ A história do Sinproesemma teve início com a Associação de Professores do Estado do Maranhão (Apema), criada em 1976, período em que vigorava a ditadura civil e militar. Em 1989, a partir da promulgação da Constituição Federal em 1988, a Apema foi transformada em Sinproesemma. Fonte: <https://www.educacao.ma.gov.br/governo-prestigia-homenagem-da-assembleia-pelos-30-anos-do-sinproesemma/>. Acesso em: 04 de nov. 2024.

Sobre esse período, a pesquisadora Vanessa Amorim Dantas (2016) salienta que:

[...] Por outro lado, muito embora a profissão docente seja uma das mais antigas do país, o magistério ainda era visto como um sacerdócio e não como um trabalho sujeito aos rigores da lei e a disciplina laboral imposta pelos empregadores públicos e privados. Na verdade o que os professores tinham era um salário achatado, péssimas condições de trabalho, ausência de liberdade de cátedra, além de influência e manipulação ideológica do regime militar (Dantas, 2016, p. 106).

No âmbito do município de São Luís, a APEM³⁴ foi criada em 15 de agosto de 1972. Nesse contexto, “[...] no serviço público a primeira instituição a organizar os professores foi a Associação de Professores da Rede Pública Municipal de São Luís (APEM), com abrangência apenas na cidade de São Luís” (Brussio, 2015, p. 83). Tanto a APEMA como a APEM afirmavam representar os interesses de professores estaduais e municipais, no entanto, as instituições não rivalizavam entre si, pois a área geográfica de suas atuações era distinta. Enquanto a APEMA representava os docentes da rede estadual, a APEM passava a representar apenas os docentes da rede municipal de ensino de São Luís.

Analisando a conjuntura da criação dos sindicatos no Brasil, Brussio (2015, p. 64), aponta que “[...] no caso dos sindicatos brasileiros, implica em permitir que seja criado apenas um sindicato por categoria profissional em um mesmo espaço territorial”. Nesse arranjo, a APEMA, atualmente Sinproesemma, atuava representando os professores da rede municipal, caso o município não possuísse sindicato para esta finalidade. No início de suas atividades, a APEMA atuou, de alguma forma, consorciada com o Estado, viabilizando uma espécie de validação estatal para suas ações. De acordo com Fortes (2018):

Ao “pedir ajuda para mobilizar os professores” e “solicitar permissão para realização de campanhas” à Secretaria de Educação, a APEMA demonstra que sua organização – ou pelo menos suas lideranças – nutria expectativa de que a tutela do Estado sobre os sindicatos ou associações a ajudasse a capacitar os trabalhadores, assim como impor limites a exploração do trabalho. (Fortes, 2018, p.31)

Na década de 1980, o sindicalismo se mostra mais atuante e suas manifestações ganham maior visibilidade midiática no estado do Maranhão, momento em que o iminente fim dos governos civis-militares fornecem um impulso às organizações e manifestações dos trabalhadores. A respeito da paralisação dos professores no ano de 1985, Brussio (2015), aponta que:

[...] a primeira grande manifestação dos professores do Estado do Maranhão não podia ser parada com a cavalaria policial e tropa de choque, pois como diz a canção que eles

³⁴ A Associação de Professores da Rede Pública Municipal de São Luís, atual Sindicato dos Profissionais do Magistério da Rede Municipal de São Luís (SINDEDUCAÇÃO), situa-se na Av. 14, casa 46, COHAB, Bairro Anil III. A associação tem atuado em prol dos servidores municipais e pela constante reivindicação para a aplicação da lei do piso do magistério, além do abono do Fundef. Fonte: <https://sindeducacao.org/>. Acesso em: 04 de nov. 2024.

entoavam “caminhando e cantando somos todos irmãos”; numa outra estrofe diziam “ninguém vai ser maltratado com vontade de lutar”. (Brussio, 2015, p. 93)

No fim dos anos de 1980, a APEMA passa por uma reformulação, com o fim da ditadura civil militar em 1985 e a promulgação da Constituição Federal em 1988, a partir de um novo cenário e condições de possibilidades que passam a envolver o sindicalismo docente no estado.

Assim com a aprovação da nova Constituição Federal do Brasil em 1988, a Professora Lucimá Goes de Sousa, em Assembleia Extraordinária do dia 25 de janeiro de 1989, transforma a Associação de Professores do Estado do Maranhão (APEMA) em “Sindicato dos Professores Públicos, Especialistas em Educação Pública e Servidores Públicos da Educação Estadual e Municipal do Ensino de 1º e 2º Graus do Estado do Maranhão (SINPROESEMMA)” (Brussio, 2015, p. 97).

A mudança na nomenclatura da instituição, que agora passava a se chamar SINPROESEMMA, teve como princípio a promoção da segurança jurídica para a execução das atividades da instituição, já que, embora durante a ditadura os sindicatos não fossem proibidos, a existência desses mecanismos de reivindicação trabalhista geralmente não era bem aceita pelo regime autoritário. Tentando evitar problemas e perseguições, muitas organizações trabalhistas adotaram nesse período o nome de “associação” ao invés de “sindicato”, tornando possível sua existência e atuação.

Diante desse cenário, Gouveia e Ferraz (2013) ressaltam que:

[...] esse duplo movimento nas condições de trabalho significa, do ponto de vista da organização política de interesses, o horizonte político e simbólico da luta pela valorização profissional, em um contexto objetivo de precariedade das condições de trabalho. Esse cenário, aliado ao contínuo crescimento absoluto do número de professores, configurou um conjunto ideal de condições sociais objetivas para o crescimento da atividade política de cunho corporativo, que resultou nas greves de finais dos anos de 1970 e início de 1980. É nessa conjuntura que as associações de professores começam a assumir um caráter propriamente de representação de interesses, dando origem, após a Constituição de 1988, a entidades propriamente sindicais (Gouveia; Ferraz, 2013, p. 115).

Nesse período, conforme Dantas (2016), a filiação a CUT³⁵ e a criação da CNTEE³⁶, reforçaram um sentimento que já era latente entre os docentes maranhenses, impulsionando a

³⁵ A Central única dos Trabalhadores (CUT) é uma organização sindical brasileira de massas, em nível máximo de caráter classista, autônomo e democrático, cujo compromisso é a defesa dos interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora. Foi fundada em 28 de agosto de 1983, na cidade de São Bernardo do Campo, em São Paulo, durante o 1º Congresso Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT). Disponível em: <https://www.cut.org.br/conteudo/breve-historico> Acesso em: 23 de out. 2025.

³⁶ Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, antes chamada de Confederação dos Professores do Brasil (CPB). Em 1990 a CPB passou a se chamar Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), em um Congresso extraordinário cujo objetivo foi unificar várias Federações setoriais da educação numa mesma entidade nacional. Com a unificação da luta dos trabalhadores em educação e o surgimento de novas regras de organização sindical, a CNTE ganha força com a filiação de 29 entidades e quase 700 sindicalizados em todo

transformação da APEMA em sindicato. Nessa trajetória histórica de organização e mobilização da instituição, a configuração do Sinproesemma e a longa presidência da professora Lucimá Goes de Sousa a frente do sindicato será pautada nas próximas páginas.

2.4 O sindicalismo docente e a atuação do Sinproesemma no Maranhão

Conforme já exposto, o Sinproesemma foi criado a partir da transformação da APEMA em um sindicato no ano de 1989. Desde então, sofreu outra alteração em sua nomenclatura, mas a sigla permaneceu inalterada, passando de “Sindicato dos Professores Públicos, Especialistas em Educação Pública e Servidores Públicos da Educação Estadual e Municipal do Ensino de 1º e 2º graus do estado do Maranhão” para “Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica das Redes Públicas e Estadual e Municipais do Estado do Maranhão”. A partir da mudança de nomenclatura das séries do ensino básico no país, não fazia mais sentido um sindicato docente no país permanecer utilizando os termos que caíram em desuso³⁷.

O sindicato possui sede na cidade de São Luís, mas sua abrangência é estadual, sendo representado nas outras cidades do estado por seus núcleos regionais. De acordo com o estatuto do Sinproesemma, os núcleos municipais são subdivisões administrativas da instituição que possuem como competência encaminhar as problemáticas locais até a sede do sindicato na capital do estado (Estatuto do Sinproesemma, 2018). Sobre a composição dos núcleos regionais, é importante salientar que, segundo o artigo 66 de seu estatuto:

Os Núcleos, com exceção de São Luís, que é administrado pela Diretoria do SINPROESEMMA, são administrados por uma Diretoria composta de 07 (sete) coordenadores titulares, além de 2 (dois) suplentes, eleitos em Assembleia Eleitoral, realizada no Núcleo Municipal, para mandato de 03 (três) anos [...] (Estatuto do Sinproesemma, 2018, p. 24)

Os núcleos regionais são de fundamental importância para a abrangência e atuação do sindicato no interior do Maranhão, afinal o estado é o segundo maior em extensão territorial do Nordeste, possuindo 217 municípios. O deslocamento de servidores públicos e até mesmo do presidente e funcionários do sindicato se tornaria bastante oneroso, tornando praticamente inviável a atuação da instituição em todo o perímetro do estado, caso esses núcleos não existissem. O sindicato é filiado à Central dos Trabalhadores e Trabalhadores do Brasil – CTB e a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE.

o país. Atualmente, a CNTE conta com 50 entidades filiadas e mais de um milhão de sindicalizados. Disponível em: <https://cnte.org.br/conteudo/cnte>. Acesso em: 27 de mar. 2025.

³⁷ Em fevereiro de 2006, foi aprovada a lei 11.274, mudando a duração do ensino fundamental de oito para nove anos, transformando, assim, o último ano da educação infantil no primeiro ano do ensino fundamental. Os termos ensino fundamental e ensino médio foram implementados a partir de 1996 com a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), Lei 9.394/96 substituindo os termos 1º e 2º graus.

Em relação à atuação do Sinproesemma para com seus pares, Brussio (2015) argumenta que:

No caso do SINPROESEMMA é mantido o serviço de assessoria jurídica tanto na capital quanto em todas as regionais do Estado, assim como uma casa para hospedar por até três dias professores e funcionários que venham dos municípios para tratar de assunto não resolvidos nos seus municípios, como é o caso típico dos laudos médicos concedidos somente pela junta médica na capital, também mantém uma sede social para o lazer dos seus filiados (Brussio, 2015, p. 72)

Essa assistência jurídica prestada pelo sindicato é bastante solicitada em momentos de greve, ameaças de corte de ponto e, como aconteceu recentemente, devido à lista dos contemplados pelos precatórios do Fundef, que beneficiou professores e servidores da educação estadual que atuaram entre 1998 e 2006.

Sobre a atuação do sindicato em sua base territorial, o artigo 3º do estatuto considera que:

Art. 3º - O Sindicato tem por finalidades gerais:

- a) Integrar os trabalhadores em Educação da base, na luta em prol dos seus interesses sociais, econômicos, sindicais e de classe;
- b) Desenvolver atividades na busca de soluções para os problemas de categoria, com o fito de melhorar suas condições de vida e trabalho, agindo sempre no interesse mais geral do povo brasileiro;
- c) Promover ampla e ativa solidariedade com as demais categorias de trabalhadores assalariados do campo e da cidade, no sentido de elevar a unidade dos trabalhadores, tanto a nível nacional como internacional;
- d) Prestar apoio aos povos do mundo pelo fim da exploração do homem pelo homem;
- e) Lutar pela conquista de um país soberano, democrático e progressista e contra todo tipo de ingerência de qualquer outro país em assuntos nacionais;
- f) Apoiar todas as iniciativas populares e progressistas que visem conquistar melhores condições de vida para o povo brasileiro (Estatuto do Sinproesemma, 2018, p. 1)

A proposta de atuação do Sinproesemma soa um tanto ampla, com argumentações de âmbito universal, embora o sindicato tenha base de atuação territorial apenas no estado do Maranhão. Há várias passagens do artigo que se referem ao “povo brasileiro” e até mesmo de abrangência mundial, como na passagem “prestar apoio aos povos do mundo pelo fim da exploração do homem pelo homem”. Trechos assim destoam da base de atuação do sindicato e se assemelham a outros documentos de ordem territorial mais abrangente, o que sugere possível replicação de modelos discursivos de outros estatutos sindicais.

Quanto às gestões do sindicato, a mais longa, sem dúvidas, foi a da professora Lucimá Goes de Sousa (1946-2024), que permaneceu a frente do sindicato por cerca de 23 anos. Após a professora Lucimá, sucederam-se no cargo de presidente do Sinproesemma Júlio Pinheiro e

Raimundo Nonato Costa Oliveira, ambos com duas gestões seguidas³⁸. O professor Raimundo Nonato ainda possui um cargo na instituição, sendo o atual presidente do sindicato.

Caracterizando o cenário das gestões do Sinproesemma, a gestão de Lucimá Goes (1984-2007) foi considerada uma gestão “combativa” que convocava greves e discutia sobre as perdas salariais. Com o avançar dos anos e ainda na gestão da professora Lucimá Goes, o Sinproesemma assinou um contrato com a Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) para promover o aperfeiçoamento dos professores vinculados à instituição. Segundo Brussio (2015, p. 98), “em 2001, o SINPROESEMMA assinou um convênio com a Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) para execução do Programa de Capacitação de Docente (PROCAD)”³⁹. Esse convênio foi de fundamental importância para a formação continuada dos docentes, pois muitos professores que atuavam no ensino médio na época, não possuíam ensino superior, apenas um curso de formação de professores a nível do antigo 2º grau, o chamado “magistério”⁴⁰.

Nesse contexto de falta de professores qualificados era muito comum na rede estadual, professores de Língua Portuguesa ministrarem a disciplina de Língua Estrangeira (Inglês), mesmo sem saber o básico do verbo *To Be*⁴¹. Na área das Ciências Exatas esse “apagão” era ainda maior, pois professores que mal sabiam o básico de Matemática tinham que completar sua carga horária lecionando as disciplinas de Química e Física. Essa situação era bem comum em função dos concursos públicos da década de 1990 exigirem apenas o antigo curso de magistério para o ingresso na rede estadual. Com a universalização do ensino médio imposta

³⁸ Na tese do professor José Brussio é citado o nome do professor Odair Santos como um dos presidentes do Sinproesemma. Odair assumiu a presidência do sindicato após o afastamento da professora Lucimá Goes, no entanto, no site do Sinproesemma só existem referências as gestões de 2009 a 2025 e em nenhuma delas o professor Odair Santos é apresentado como presidente do sindicato.

³⁹ No ano de 1992, a UEMA iniciou seu primeiro programa de formação docente, com a finalidade de atuar e contribuir, junto ao Governo, no desenvolvimento de uma política de formação de professores da Educação Básica. O pioneiro foi o Programa de Capacitação Docente (PROCAD); posteriormente ganhou nova ordenação com o Programa de Qualificação Docente (PQD) e; em 2009, passou a atuar com o Programa Darcy Ribeiro, que teve suas atividades finalizadas no primeiro semestre de 2017, passando a se chamar, em 2016, de Programa Ensinar. Fonte: <https://www.uma.br/2022/12/programa-de-formacao-de-professores-da-uma-gradua-mais-de-800-alunos-em-2022/>. Acesso em: 27 de out. 2025.

⁴⁰ O magistério não é um curso superior, mas sim de nível médio que habilita o professor a lecionar na Educação Infantil. No estado do Maranhão, em função do déficit educacional, muitos professores que apenas possuíam o magistério migraram da Educação Infantil para os Ensinos Fundamental e Médio, mesmo sem capacidade técnica e teórica para ministrar aulas em tais segmentos de ensino. Essa migração ocorreu em função da pouca oferta de vagas no ensino das licenciaturas.

⁴¹ O verbo *to be* é um grupo de palavras com sentido de indicar o estado de algo ou alguém, para isso sempre estará acompanhado de um pronome pessoal que são: *I, You, He, She, It, We e They*. No entanto, ele também pode ter a função de verbo auxiliar em algumas sentenças. Isso dependerá da oração em que ele estará incluso. No presente, os verbos *to be* são “am”, “is” e “are”. Fonte: <https://www.ccaa.com.br/blog/verbo-to-be-entenda-o-que-e-como-usar-e-mais/>. Acesso em: 04 de nov. 2024.

pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB)⁴², os estados tiveram que assumir a responsabilidade sobre o Ensino Médio e assim impôs-se a necessidade de capacitar os professores que já estavam atuando na rede pública e realizar concursos para profissionais de nível superior nas áreas relativas à formação dos professores⁴³.

O convênio com a UEMA parece ter contribuído para o fim da “Era Lucimá Goes” à frente do Sinproesemma, já que o não pagamento do valor acordado entre o sindicato e a UEMA, a ausência de prestações de contas nesse processo e o alinhamento da gestão com o governo Roseana Sarney (1995-2002)⁴⁴ fez com que o descontentamento entre os docentes se expandisse. A gestão longa de Lucimá Goes, passou a ser apreciada de maneira negativa por parte dos professores do sindicato a partir de questionamentos sobre suas metodologias de trabalho e prioridades na destinação dos recursos da instituição. O ano de 1997 foi um marco importante para a oposição a gestão da professora Lucimá Goes, pois neste ano foi criado o Movimento de Oposição ao Sinproesemma (MOSEP) (Brussio, 2015). Esse grupo chegou a montar uma chapa para concorrer a uma eleição, mas foram derrotados pela chapa liderada por Lucimá Goes, que passou mais quatro anos à frente da presidência do sindicato, entre os anos de 1998 e 2002.

Com a saída de Lucimá Goes e a possibilidade de um novo cenário político se moldando, o Sinproesemma, bem como grande parte da sociedade civil, apoiou o candidato da oposição ao governo do estado para as eleições de 2006.

Em 2006, vislumbramos a possibilidade de eleger um candidato de oposição ao Governo do Estado do Maranhão, na intenção de se opor a continuidade da oligarquia Sarney⁴⁵ e com o apoio dos sindicatos em geral, em especial, do SINPROESEMMA. O presidente Odair Santos conclamou a categoria a votar no médico Jackson Lago [...] (Brussio, 2015, p. 102)

⁴² A Lei nº 9.394/96 estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, que contempla tanto a educação básica como o ensino superior. A lei possui diversas emendas a fim de atender de maneira mais abrangente a clientela educacional, como os povos originários, os quilombolas, a população do campo e os que requerem atendimento especializado. Fonte: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 04 de nov. 2024.

⁴³ A Lei nº 12.796, de 2013, que altera a Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e dispõe sobre a formação dos profissionais da educação e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112796.htm. Acesso em: 01 de ago. de 2024.

⁴⁴ Roseana Sarney foi eleita em 1995 a primeira governadora do Brasil por voto direto. Roseana ficou à frente do governo do estado do Maranhão por quatro mandatos e, por exercer grande influência política no estado juntamente com sua família, conseguiu eleger diversos aliados ao governo do estado e a cargos legislativos. Um dos destaques da gestão Roseana Sarney foram os programas de distribuição de leite a famílias em vulnerabilidade social e a construção dos “Faróis da Educação”, projetos de construção de bibliotecas públicas espalhadas pelo estado.

⁴⁵ Família que governou o Maranhão por mais de meio século, iniciou em 1966 quando “José do Sarney” assumiu o governo pela primeira vez, pondo ao fim do predomínio do grupo de Vitorino Freire e surgindo como o “novo”. Desde então a família venceu 10 eleições para o governo, foi derrotada apenas 2 vezes, uma por José Reinaldo Tavares e outra por Jackson Lago. Além do governo do estado do Maranhão, membros da família ocupam cargos nas casas legislativas e no poder judiciário. Disponível em: <https://www.oestadonet.com.br/noticia/4086/maranhao-fim-da-oligarquia> Acesso em: 27 de out. 2025.

A eleição de Jackson Lago (2007-2009) foi marcada por forte apoio popular. Em Imperatriz, a segunda maior cidade do estado, havia uma campanha para que o vice-governador fosse da cidade, e assim aconteceu, o Pastor Porto⁴⁶, influente liderança religiosa na Região Tocantina, foi escolhido como vice para compor a chapa de Jackson Lago.

Diante desse cenário, o Sinproesemma foi se desvinculando dos interesses da oligarquia Sarney (1966-2014) e se aproximou cada vez mais dos partidos de esquerda do estado. Fazendo um rápido retrospecto da política estadual, a chapa de Jackson Lago foi cassada em 2009⁴⁷, quando Roseana Sarney, a segunda colocada nas eleições assume novamente o governo do Maranhão. No entanto, o anseio popular por mudanças persiste, Roseana Sarney consegue se reeleger em 2010, mas com uma margem de votos bem acirrada em relação ao segundo colocado, Flávio Dino do PC do B⁴⁸.

Em 2014, Flávio Dino se elege governador do estado com a promessa de levar desenvolvimento ao estado e mitigar o atraso nas várias áreas silenciadas pela oligarquia Sarney. O Sinproesemma, que anos atrás estava alinhado com o sarneysmo se vê envolto, novamente, com um alinhamento político, só que, ao invés desse alinhamento conectar-se com os partidos de direita, como aconteceu na década de 1990, hodiernamente o sindicato tem se voltado para um alinhamento à esquerda, principalmente com o PC do B, antigo partido do ex-governador Flávio Dino. “A partir de 2015 o Sinproesemma é alçado a um inédito ‘protagonismo’ político, trazido pela proximidade política, programática e de militância ao novo governo, com parte da direção do sindicato filiada ao PCdoB [...]” (Fortes, 2018, p. 39).

Diante do apanhado histórico, cabe um breve retrospecto dos governadores maranhenses desde a criação do Sinproesemma.

⁴⁶ Pastor Porto foi Secretário da Receita de Imperatriz de 2002 a 2005, na administração de Jomar Fernandes e Vice-Governador do Maranhão de 1º de janeiro de 2007 até 16 de abril de 2009, no governo de Jackson Lago. É considerado por muitos “o vice-governador mais atuante” da história recente do Maranhão. Foi eleito vice-prefeito de Imperatriz em 2012, ao lado de Sebastião Madeira, cargo que ocupou até 1º de janeiro de 2017. Disponível em: <https://oprogresonet.com/noticia/17527/pastor-porto-filia-se-ao-cidadania-visando-concorrer-a-uma-vaga-no-legislativo-estadual>. Acesso em: 02 de ago. de 2024.

⁴⁷ Ver em: “TSE cassa o mandato do governador do Maranhão, Jackson Lago”. Disponível em: <https://g1.globo.com/Noticias/Politica/0,MUL1026638-5601,00-TSE+CASSA+O+MANDATO+DO+GOVERNADOR+DO+MARANHAO+JACKSON+LAGO.html>. Acesso em: 04 de nov. 2024.

⁴⁸ Ministro do Supremo Tribunal Federal, ocupando a vaga gerada pela aposentadoria da ministra Rosa Weber. Foi eleito ao Senado Federal em 2022, afastando-se rapidamente para ocupar o cargo de ministro da justiça no governo Lula (2023-atual). Governador do estado do Maranhão por dois mandatos consecutivos (2015-2022). Entre 2011 e 2014, atuou como presidente da Agência Brasileira de Promoção Internacional de Turismo – EMBRATUR. Foi também deputado federal entre os anos de 2007 e 2011. Antes de ingressar na carreira política, desenvolveu trabalhos como juiz de direito e professor universitário.

Quadro 1 – Gestões estaduais maranhenses desde a criação do Sinproesemma

GOVERNADOR(A)	ANOS	HISTÓRICO
EPITÁCIO CAFETEIRA A. PEREIRA	1987-1990	Bancário, deputado federal e autor da Emenda Constitucional que dá fim a nomeação dos prefeitos das capitais pelos governadores estaduais, fato que o leva, em outubro de 1965, à prefeitura de São Luís. De 1974 a 1986, se elege deputado federal. Em novembro de 1986, elege-se governador do Maranhão, junto com o vice, João Alberto. Empossado a 15 de março de 1987, renuncia ao cargo em abril de 1990 para ser candidato ao Senado, momento em que foi eleito. Em 2006 disputou sua última eleição, elegendo-se para o Senado.
JOÃO ALBERTO DE SOUZA	1990-1991	Economista, líder bancário e estudantil, prefeito, deputado estadual, deputado federal e senador. Começou na política como deputado estadual em 1971. Em 1978, foi eleito deputado federal, reeleito quatro anos depois. Em 1986, foi eleito vice-governador do Maranhão na chapa de Epitácio Cafeteira. Em 1988, mesmo como vice-governador, é eleito prefeito de Bacabal, assume em 1989 e governa a cidade por 9 meses. Com a renúncia do governador, assume o governo do Estado em 1990. Em 1994 é eleito deputado federal. Em 1998, elegeu-se senador. Em 2006, é eleito vice-governador novamente, na chapa de Roseana Sarney. Em 2011, foi eleito senador para um novo mandato.
EDISON LOBÃO	1991-1994	Advogado, jornalista, deputado federal e senador, no exercício do qual foi chamado a concorrer às eleições de governador em outubro de 1990. No primeiro turno, perde para João Castelo, mas no segundo turno suplanta o opositor de modo avassalador. Recebe o governo em solenidade pública na Avenida Pedro II, em São Luís. No dia 2 de abril de 1994, Lobão renuncia ao cargo, para se candidatar ao Senado, sendo eleito com expressiva votação.
JOSÉ DE RIBAMAR FIQUENE	1994-1995	Advogado, professor, juiz de Direito, vice-prefeito de Itapecum e prefeito de Imperatriz de 1983 a 1988. Em 02 de abril de 1994 foi

		reconhecido pelo “Diários Associados” como Pai da Educação. Quando Edison Lobão se afasta do governo do Estado do Maranhão para concorrer ao Senado (para o qual foi eleito naquele ano), o então vice-governador Ribamar Fiquene assume o governo, até 1º de janeiro de 1995. Também foi senador pelo Maranhão por três vezes: alguns meses em 2000 e duas vezes em 2005.
ROSEANA SARNEY	1995-1998 1999-2002 2009-2010 2011-2014	Socióloga, Roseana foi a primeira mulher eleita para governar um estado no Brasil. Assumiu seu primeiro governo em 1º de janeiro de 1995. Com um trabalho vigoroso e inovador em 1998 foi reeleita em primeiro turno. Empossada no dia 1º de janeiro de 1999, deixou o cargo em 2002, para candidatar-se ao Senado da República. Em maio de 2009 abdicou ao Senado para assumir o Governo do Estado pela terceira vez. Em 2010 foi novamente reeleita, ocupando pela quarta vez o Governo do Maranhão, encerrando seu mandato no dia 1º de janeiro de 2015. Em 2022, foi eleita deputada federal.
JOSÉ REINALDO TAVARES	2002-2002 2003-2006	Engenheiro civil, foi diretor-geral de Conservação do Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem do Ceará, secretário de Viação e Obras Públicas do Distrito Federal, presidente do Departamento Nacional de Obras e Saneamento, Conselheiro do Banco Nacional de Habitação, superintendente da Sudene, Conselheiro do Banco do Nordeste, Secretário de Planejamento do Maranhão, superintendente da Novacap, secretário de Viação e Obras de Brasília, ministro dos Transportes, deputado federal, secretário de Infraestrutura do estado do Maranhão, vice-governador do Maranhão e governador do Maranhão. Na condição de vice, assume o governo do Maranhão em abril de 2002. Candidato a Governador nas eleições de outubro de 2002, vence as eleições no primeiro turno. Após seu mandato, foi eleito Deputado Federal. Em abril de 2022, foi nomeado para a Secretaria de

		Estado de Programas Estratégicos no governo de Carlos Brandão.
JACKSON KEPLER LAGO	2007-2009	Médico, professor universitário e secretário de Saúde de São Luís. Foi eleito deputado estadual em 1974, onde atuou na defesa dos direitos democráticos pela anistia, pelo retorno dos exilados e das eleições diretas. Foi secretário de Saúde do Maranhão e fundador do PDT no Maranhão. Três vezes prefeito eleito de São Luís, conquistou o título de melhor prefeito do Brasil, de acordo com pesquisa do jornal Folha de São Paulo. Em 2006, elegeu-se governador do Maranhão, onde deixou um legado de gestão democrática e participação popular.
ANTÔNIO ARNALDO ALVES MELO	2014-2015	Nascido na cidade de Codó, interior do Maranhão, no dia 8 de junho de 1954, Antônio Arnaldo Alves de Melo possui graduação em medicina. Passou a residir em Passagem Franca - MA, desenvolvendo atividades enquanto médico. A partir de 1991 torna-se Deputado Estadual pelo Maranhão, exercendo oito mandatos. Entre os anos de 2003 e 2005, Arnaldo Melo ocupou o cargo de secretário de estado de Desenvolvimento das Cidades e no dia 1º de fevereiro de 2011 foi eleito presidente da Assembleia Legislativa para o biênio 2011 - 2013 e reeleito para o biênio 2013 - 2015. Assumiu o cargo de governador do Maranhão após a renúncia de Roseana Sarney (MDB). Em 2015 foi empossado Diretor Executivo da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA). Seu retorno ao legislativo aconteceu em 1º de janeiro de 2019.
FLÁVIO DINO	2015-2018 2019-2022	Formado em Direito pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Professor da UFMA, Mestre em Direito Público pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e membro da Academia Maranhense de Letras. Atuou como juiz federal por 12 anos, exercendo funções de destaque no judiciário brasileiro. Foi presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe), secretário-geral do Conselho

		Nacional de Justiça (CNJ) e juiz-auxiliar da presidência do Supremo Tribunal Federal (STF). Em 2006 abriu mão da carreira de juiz para se dedicar à política partidária, sendo eleito deputado federal. Governou o estado do Maranhão por dois mandatos (2015 a 2022). Durante o período como governador também exerceu a presidência do Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal, no qual formatou o Plano de Recuperação Verde da Amazônia. Em 2022 foi eleito senador, com a maior votação da história do Maranhão, superando os dois milhões de votos. Em 2023, assumiu o Ministério da Justiça e Segurança Pública. Entre 01 e 21 de fevereiro de 2024 Flávio Dino exerceu o mandato no Senado Federal e apresentou 07 proposições legislativas, alcançando temas como segurança pública, saúde, cultura e aprimoramento do Estado Brasileiro. Em 22 de fevereiro de 2024 Flávio Dino tomou posse como Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF).
CARLOS BRANDÃO	2022-2022 2023 - ATUAL	Carlos Orleans Brandão Júnior nasceu 02 de junho de 1958, em Colinas, Maranhão. Ainda jovem, foi professor de Inglês. Formou-se em Medicina Veterinária pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Sua carreira política iniciou nos anos 1990, quando foi assessor especial da Secretaria de Estado da Agricultura durante o governo de Edison Lobão. Foi secretário adjunto do Meio Ambiente no governo de Ribamar Fiquene, chefe de gabinete do vice-governador José Reinaldo Tavares durante o primeiro mandato da governadora Roseana Sarney. Já na gestão de José Reinaldo, entre 2002 e 2006, ocupou os cargos de secretário de Estado de Articulação Política. Foi secretário-chefe da Casa Civil e secretário-chefe do gabinete do governador. Em 2006, foi eleito deputado federal, trabalhando em diversas comissões voltadas ao desenvolvimento social e econômico do estado. Exerceu o

		mandato de vice-governador entre fevereiro de 2007 e dezembro de 2014, ao lado do então governador Flávio Dino. Reeleito em 2018, continuou a desempenhar um forte papel na administração estadual, assumindo a governadoria em diversas ocasiões durante o segundo mandato de Dino. Em abril de 2022, assumiu definitivamente o cargo de governador do Maranhão. Sua gestão tem sido marcada pelo desenvolvimento sustentável, pela inovação tecnológica e pelo fortalecimento de políticas sociais que fomentam a geração de emprego e renda.
--	--	---

Fonte: Tabela produzida pela autora a partir da “Galeria dos governadores”. Disponível em: <https://www.ma.gov.br/galeria-de-governadores>. Acesso em: 27 de out. 2025.

Nos anos de 1980, durante o governo de Epitáfio Cafeteira, a relação entre o sindicato docente e o governo era marcada por tensões, influenciada, em parte, por outros movimentos sindicais. O sindicalismo docente maranhense à época apregoava o enfrentamento, o que resultou em sucessivas greves.

A gestão governamental que, na perspectiva dos próprios docentes maranhenses, mais entrou em confronto com o sindicato foi a de Roseana Sarney, compreendida por muitos como uma relação de “amor e ódio”. Nos governos de Roseana Sarney, praticamente todo ano letivo havia paralisações e greves, a de 2011, por exemplo, em que os docentes pleiteavam a aplicação do Piso Nacional do Magistério, durou cerca de 78 dias. Em Imperatriz, a segunda maior cidade do estado, os professores se reuniam na Praça Brasil, fechavam a BR-010 e demonstravam constantemente suas insatisfações com a gestão do governo estadual.

Reflexo disso é a distorção do calendário escolar com o ano vigente, quase todos os anos o período letivo finaliza no ano seguinte, geralmente em janeiro. Essa extensão no calendário escolar figura como uma estratégia das unidades regionais de educação (URE) para repor as aulas perdidas durante as paralisações e greves.

Em contrapartida, se o governo Roseana Sarney é entendido como governo de afastamento entre sindicato e governo do estado, a gestão Flávio Dino foi notadamente uma das gestões que mais esteve alinhada com o sindicato. Cabe ressaltar que muitos dos dirigentes sindicais do Sinproesemma eram filiados ao PCdoB, antigo partido político ao qual o governador em questão também era filiado. Outro ponto que denota o alinhamento foi a quantidade de paralisações e greves que ocorreram durante a gestão de Dino, numericamente,

bem inferiores às que ocorreram na gestão de Roseana Sarney. A diminuição nas greves no governo Dino pode ser pautada pelas melhorias alcançadas pela gestão de Dino em relação aos governos anteriores, bem como ao próprio alinhamento sindicato-governo, como já foi expresso anteriormente.

Esse alinhamento entre sindicato e governo na gestão Flávio Dino foi visualizado de maneira negativa por parte dos trabalhadores da educação estadual. Em diversas situações a categoria expressou descontentamento com o sindicato, que na visão dos profissionais, pouco lutava por benefícios para a categoria, ao evitarem ao máximo confrontar o governo estadual. Durante as gestões de Flávio Dino (2014-2018 e 2019-2022) não ocorreram greves dos profissionais da educação, apenas algumas paralisações de advertência, já que sempre que a categoria reivindicava benefícios e ganhos salariais, o sindicato junto ao governo conseguia contornar tais demandas. Nesse momento, por um lado, progressões de carreira por tempo de serviço e por titulação demoraram anos até serem incorporadas ao salário dos servidores, e, por outro, a criação do auxílio-alimentação para os profissionais da educação foi introduzido nos ganhos dos servidores como forma de burlar o aumento salarial, tendo em vista que ele não é contabilizado como parte do salário para fins previdenciários.

A proximidade político-partidária evidenciada nos últimos anos, em alguns contextos, pode manchar a figura do sindicato como representante legítimo do trabalhador e enfraquecer sua capacidade de mobilização da categoria docente.

A figura abaixo apresenta a atual composição dos ganhos de um docente da rede estadual de educação com uma carga horária de 40 horas semanais.

Figura 4. Contracheque de um docente da rede estadual de ensino

		GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO	
		COMPROVANTE DE RENDIMENTOS	
ÓRGÃO		SECRETARIA EST. DA EDUCAÇÃO	
MUNICÍPIO	MÊS	ANO	
	MAIO	2024	
LOTACÃO/SETOR			
NOME DO SERVIDOR			
CPF	RG	GRUPO	
SUB-GRUPO	CARGO/SPECIALIDADE PROF. MAG. III 40HS		
CLASSE	REF.	FUNÇÃO	SITUAÇÃO FUNCIONAL
DEP. S.F.	DEP. L.R.	DEP. C.C.	REGIME JURÍDICO
0	0		ESTATUTÁRIO
TIPO	DISCRIMINAÇÃO	REF.	VALOR
VANTAGENS			
250023	ADICIONAL DE TEMPO DE SERVIÇO	5	179,27
250170	GRATIFICAÇÃO POR TITULAÇÃO	15	537,79
250047	VENCIMENTO	30	3.585,28
250172	GRATIFICAÇÃO DE ATIV. DO MAGIST	120,32	4.313,81
250167	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO		300,00
DESCONTOS			
220102	IMPOSTO DE RENDA		1.190,41
250014	FEPA	100	1.029,21
BASE DE CÁLCULO IRPF			
8.616,15		DEPOSITO FGTS	0,00
		BRUTO	8.916,15
		DESCONTOS	2.219,62
MARGEM BRUTA CONSOL. 10%	MARGEM BRUTA CONSOL. 15%	MARGEM BRUTA CONSOL. 30%	LÍQUIDO
639,65	959,48	2.238,79	6.696,53

Fonte: Sead-MA (2024).

Os ganhos de um docente efetivo da rede estadual de ensino com carga horária de 40 horas são compostos pelas “vantagens”, que incluem o vencimento equivalente ao valor de R\$ 3.585,28 (três mil quinhentos e oitenta e cinco reais e vinte e oito centavos), pela gratificação de atividade do magistério, correspondente a 120% do vencimento, com o valor de R\$ 4.313,81 (quatro mil trezentos e treze reais e oitenta e um centavos), e pelo auxílio alimentação, correspondente a R\$ 300,00 (trezentos reais). Dependendo da quantidade de anos que o professor tem no exercício do seu cargo, mais vantagens são inseridas em seus ganhos, tal como: o adicional de tempo de serviço, que aumenta a cada cinco anos de efetivo exercício no cargo; a gratificação por titulação, que é determinada pelo nível máximo de sua formação, respectivamente um adicional de 10% para cursos de aperfeiçoamento, 15% para especializações *lato sensu* e para formações *strictu sensu* um adicional de 20% para cursos de mestrado e 25% para doutorado.

O salário dos professores da rede estadual maranhense já foi o segundo maior salário da categoria no Brasil, ficando atrás apenas daquele pago aos profissionais da educação do Distrito Federal⁴⁹. Durante os dois mandatos de Flávio Dino, o alinhamento entre governo e sindicato resultou em perdas salariais e em um silenciamento da categoria poucas vezes visto

⁴⁹ BASÍLIO, Ana Luiza. Por que o Maranhão paga os melhores salários a professores no Brasil? Carta Capital, 2020. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/educacao/por-que-o-maranhao-paga-os-melhores-salarios-a-professores-no-brasil/>. Acesso em: 03 de ago. 2024

na história de atuação do Sinproesemma. O silenciamento em questão da diretoria do Sinproesemma pode estar relacionado de um lado, por avanços que a categoria conquistou ao longo dos anos, ou de outro, pela filiação quase em massa dos dirigentes do Sinproesemma ao PCdoB e posteriormente ao PSB, acompanhando as filiações do então governador Flávio Dino.

No ano de 2016, de acordo com Fortes (2018, p. 37), “a eleição referente ao quadriênio 2017-2021, realizada em 16 de dezembro de 2016, elegeu como presidente o professor Raimundo Oliveira, secretário de Patrimônio e Administração da gestão anterior, [...]”. Embora a eleição de 2016 tenha sido marcada por polêmicas, conforme o relato de Fortes (2018), Raimundo Oliveira consegue sua reeleição, permanecendo no cargo de presidente do Sinproesemma até o presente momento. Atualmente, a diretoria do Sinproesemma é composta pelos seguintes membros e seus respectivos cargos.

Quadro 2: Diretoria 2021-2025 Sinproesemma

NOME	CARGO	CIDADE
RAIMUNDO NONATO COSTA OLIVEIRA	PRESIDENTE	SÃO LUÍS
HENRIQUE GOMES DE OLIVEIRA	1º VICE-PRESIDENTE	SÃO LUÍS
JAILE ANTONIO LOPES DOS SANTOS	2º VICE-PRESIDENTE	BARRA DO CORDA
IZABEL CRISTINA ALVES LINS	SECRETÁRIA GERAL	AÇAILÂNDIA
JOSÉ DOS SANTOS BRUSSIO	SECRETARIA DE FINANÇAS	SÃO LUÍS
MARIA EUNICE CAMPOS BRUSSIO ⁵⁰	SECRETÁRIA DE ASSUNTOS EDUCACIONAIS	SÃO LUÍS
JEAN PIERRY LOPES SIQUEIRA	SECRETARIA DE IMPRENSA E DIVULGAÇÃO	CODÓ
ACEILTON GONZAGA SOARES	SECRETARIA DE POLÍTICAS SOCIAIS	PRESIDENTE DUTRA
AMARILDO SILVEIRA PEREIRA	SECRETARIA DE FORMAÇÃO SINDICAL	PENALVA
JOÃO VIEIRA DE SÁ	SECRETARIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS	SÃO LUÍS
JOSIVALDO CORRÊA SILVA	SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS	SÃO LUÍS
JORI MARY SOUZA DOS SANTOS	SECRETARIA DE CULTURA	SÃO LUÍS
WILAS DE MORAES NASCIMENTO	SECRETARIA DE SAÚDE, SEGURANÇA E MEIO AMBIENTE DO TRABALHO	IMPERATRIZ
RITA DE CÁSSIA NUNES PEREIRA	SECRETARIA DA MULHER TRABALHADORA	SÃO LUÍS

⁵⁰ Faleceu aos 74 anos em julho de 2023, mas o seu nome ainda permanece como Secretária de Assuntos Educacionais no site do Sinproesemma. Em 2024, a casa do educador em São Luís foi renomeada e recebeu o nome de Casa do Educador Prof.^a Dr.^a Eunice Brussio em sua homenagem.

EUGES SILVA DE LIMA	SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER	SÃO LUÍS
FRANCISCA EDINA LIMA CASTRO	SECRETARIA DOS APOSENTADOS (AS)	SÃO LUÍS
JANICE DA SILVA NERY	SECRETARIA DE REPRESENTAÇÃO DE NÚCLEOS MUNICIPAIS	SÃO LUÍS
MARIA MILITANA MARTINS	SECRETARIA DOS SERVIDORES TÉCNICOS E DE APOIO	SÃO LUÍS
FÁBIO ORLAN MELO DA SILVA	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PATRIMÔNIO	SÃO LUÍS

Fonte: Quadro produzido a partir do site do Sinproesemma, 2024. Acesso em: 04 de nov. 2024.

Além dos secretários, cada secretaria possui dois secretários adjuntos. Seu conselho fiscal é formado por cinco membros e dois suplentes, contando ainda com uma lista com o nome de 51 suplentes. Os membros do núcleo regional também fazem parte da diretoria geral, como é o caso do professor Willas de Moraes Nascimento, que é secretário de Saúde, Segurança e Meio Ambiente do Trabalho e coordenador do núcleo regional de Imperatriz.

2.5 Presença e atuação do Sinproesemma em Imperatriz

A atuação do Sinproesemma em Imperatriz ocorre de forma concomitante à atuação do sindicato em São Luís. No entanto, diferente da sede do sindicato na capital do estado, em Imperatriz os caminhos para a construção de um sindicato docente firme e atuante foi árdua e longa. Até o momento, não foram localizados documentos que descrevam os passos históricos da atuação do Sinproesemma na cidade de Imperatriz, dessa forma, todo o texto tem sido construído com base nas narrativas de antigos coordenadores de núcleo e coordenadores atuais. Nesse caminho investigativo, inicialmente procurei o professor Willas de Moraes Nascimento que atua como coordenador do Sinproesemma na regional de Imperatriz. Como este interlocutor não apresentou referências para algumas respostas, indicou que eu estabelecesse contato com as professoras Zilda Costa de Macêdo e Zélia Cardoso, antigas coordenadoras da regional de Imperatriz, segundo ele, pessoas capazes de descrever e endossar informações acerca da trajetória do sindicato.

Como as questões do nosso roteiro de perguntas não são fechadas, as informações obtidas, por vezes, vinham desconexas e desorganizadas, cabendo a pesquisadora fazer breves interrupções para que as respostas fossem fornecidas de acordo com o que foi estabelecido previamente. “Quando realizamos uma entrevista, atuamos como mediadores para o sujeito

apreender sua própria situação de outro ângulo, conduzimos o outro a se voltar sobre si próprio; incitamo-lo a procurar relações e a organizá-las” (Duarte, 2004, p. 8).

Em relação às primeiras manifestações do Sinproesemma em Imperatriz, o professor Willas de Moraes Nascimento (informação verbal)⁵¹ fez um esforço mental para recordar o ano do início de suas atividades, que não soube precisar ao certo. O professor recorda que por volta de 1995 já havia uma movimentação em prol da organização de um núcleo do sindicato na cidade. Em meados do ano de 1997 a sede regional do Sinproesemma foi criada em Imperatriz, tendo como diretoria provisória (sem eleição) a professora Zilda Costa Macêdo e o professor Gilberto, que ficaram à frente do sindicato por três anos, de 1997 a 2000, ano em que ocorreu a primeira eleição no núcleo.

Como coordenador atual, o professor Willas de Moraes não soube precisar os eventos ocorridos na década de 1990, indicando o contato da professora Zilda Costa de Macêdo para esclarecer essas informações, momento em que me forneceu o número de seu telefone. O contato com a professora Zilda se deu através do aplicativo de mensagens WhatsApp, pois a professora não se encontra atualmente residindo em Imperatriz. Foi enviado via WhatsApp um roteiro com questões que norteiam a entrevista para que a professora pudesse responder da maneira mais cômoda possível, sem comprometer muito seu tempo e saúde⁵².

Como apontou nossa interlocutora, na década de 1990, o Sinproesemma em Imperatriz não possuía coordenador, apenas um representante, que a época era a própria professora Zilda. Segundo ela:

Do tempo que surgiu o Sinproesemma a presidente era a Lucimá Góes. Nesse período da Lucimá Góes ainda não tínhamos conhecimento ainda desse estatuto, depois dela quem passou a assumir a presidência foi o Odair José. O Odair era vice da Lucimá, em São Luís, eu era somente a representante, nem era presidente não, era representante só do Sinproesemma aqui em Imperatriz. Nós não tínhamos sede, nós nos reunimos para as assembleias em São Luís, que raramente acontecia aqui em Imperatriz, na UEMA, porque eu era estudante da UEMA, no auditório da OAB, a gente também conseguia. Tudo sem custo (para o sindicato) porque não tinha nenhum repasse do Sinproesemma de São Luís para Imperatriz [...] (Macêdo, Zilda Costa. 61 anos, informação verbal).⁵³

⁵¹ Entrevista concedida por NASCIMENTO, Willas de Moraes. [jun. 2024]. Entrevistadora: Fernanda Nunes Pereira. Imperatriz, 2024. 1 arquivo mp3 (41 min).

⁵² A professora Zilda Costa de Macêdo está fazendo um tratamento de saúde, o qual nem ela e nem o atual coordenador do Núcleo do Sinproesemma em Imperatriz quiseram detalhar. Me foi dito, via áudio do Whatsapp, que ela estaria próximo a cidade de Balsas (389,7 km de distância de Imperatriz). Em função dessa situação, a entrevista com a professora se desenvolveu inteiramente via WhatsApp.

⁵³ Entrevista concedida por Macêdo, Zilda Costa de. [jun. 2024]. Entrevistadora: Fernanda Nunes Pereira. Imperatriz, 2024. 1 arquivo mp3 (6 min e 55 seg).

A ausência de repasses financeiros, como já citado pela professora Zilda Costa de Macêdo, é uma problemática que já ocorria em meados da década de 1990 e perdura até os dias atuais, sendo lugar comum nas reivindicações dos coordenadores de núcleo e sindicalizados. Um exemplo ilustrativo desse repasse ausente ou fragmentado foi a não realização da festa do dia do professor na regional de Imperatriz, em 2025, que segundo a coordenação local foi ocasionada pela ausência de repasses da sede do Sinproesemma.

Em relação a sede do sindicato, o coordenador Willas de Moraes não soube precisar onde foi a primeira sede do núcleo em Imperatriz. Sobre essa questão a professora Zilda expressa que “[...] o que a gente tinha do Sinproesemma fisicamente era uma pasta com ficha de sócio e um ‘bocado de papeladinha’ que tinha dentro de uma pasta, essa era a sede do Sinproesemma, uma pasta, que quando eu ia para as reuniões levava para assinar a frequência [...]” (Macêdo, Zilda Costa de. 61 anos, informação verbal). A posteriori, o sindicato foi se organizando para conseguir uma estrutura física para sua sede. Segundo o coordenador de núcleo Willas de Moraes, a partir do ano 2000 o núcleo conseguiu uma sede na Rua Cel. Manoel Bandeira, entre as Avenidas Getúlio Vargas e Dorgival Pinheiro de Sousa, no Centro de Imperatriz. Anos mais tarde, a sede migrou para um outro quarteirão, na mesma rua, lugar onde o sindicato dividia espaço com o partido PSB⁵⁴ e suas respectivas contas eram divididas (Nascimento, Willas de Moraes. 49 anos, informação verbal). A constante mudança de sedes da regional do sindicato em Imperatriz, reflete a ausência de empenho do Sinproesemma em São Luís em estabelecer um ponto fixo do sindicato na cidade.

Na gestão do professor Raimundo Nonato (2006-2009/2009-2012), em seu segundo mandato, o núcleo de Imperatriz conseguiu uma sede própria, aproximadamente no ano de 2011. A compra foi realizada a pedido do núcleo regional, que, segundo o coordenador, já encampava uma luta muito grande nesse sentido. A negociação da compra foi feita diretamente com a diretoria de São Luís, tendo em vista que os núcleos regionais não possuem autonomia para angariar recursos financeiros. De acordo com a professora Zilda Costa de Macêdo, a compra da sede do núcleo em Imperatriz se desencadeou da seguinte maneira.

[...] antes dessa sede própria foi só repassado alguns valores para o presidente do sindicato fazer algumas coisinhas pequenas aqui em Imperatriz, era também um valor

⁵⁴ O Partido Socialista Brasileiro foi criado em 1947, sob o lema “socialismo e liberdade”. Em 1965, o AI-2, extingue os partidos políticos, entre eles o PSB. No dia 2 de julho de 1985, o PSB é refundado por um grupo de estudantes e professores universitários. Em 1989, o PSB compõe a chapa de Lula, juntamente com os partidos PDT, PSDB, PV e PMDB. Após o impeachment de Fernando Collor, em 1992, no governo Itamar Franco, o PSB assume a pasta de saúde e cultura. Nas últimas décadas dos anos 2000, o partido tem conseguido eleger governadores, prefeitos e um número considerável de parlamentares nas casas legislativas. Fonte: <https://psb40.org.br/quem-somos/nossa-historia-2/>. Acesso em: 04 de ago. de 2024.

pequeno, não lembro quanto era [...] Então a gente conseguiu só um repasse, depois nós lutamos para ter essa sede, não sei se é rua do Egito, mas já temos uma sede própria, [...] e essa sede é própria mesmo, agora é nossa, pena que não está tendo manutenção né, o Sinproesemma com muito esforço nosso comprou essa sede[...] (Macêdo, Zilda Costa de. 61 anos, informação verbal).

A sede própria do Sinproesemma, como mencionado anteriormente, se localiza na rua do Mirador, nº 9, no Bairro Nova Imperatriz. É um espaço amplo, mas sua estrutura ainda é residencial. Ao adentrar no recinto, logo visualizamos uma ampla área externa, a esquerda da entrada, uma pequena antessala, próximo a um cômodo improvisado como recepção e ao lado da recepção um pequeno cômodo utilizado como depósito. Avançando na parte interna do imóvel, encontramos mais salas com alguns móveis de escritórios, quartos que servem de dormitórios para professores e membros do sindicato que precisam se hospedar na cidade, além de banheiros para atender à necessidade dos funcionários e de quem por ali transita.

Figura 5. Fachada da sede da regional do Sinproesemma em Imperatriz



Fonte: Imagem de arquivo pessoal, 2024

A imagem acima denota a fachada da regional de Imperatriz, a área retratada é bem próxima do portão de entrada, que geralmente fica aberto e de um interfone.

Figura 6 – Interior da regional do Sinproesemma em Imperatriz (pátio descoberto)



Fonte: Imagem de arquivo pessoal, 2024

A área descoberta do sindicato é onde comumente ocorre as comemorações no sindicato, por ser um espaço amplo, em períodos de comemorações e até assembleias, o espaço é utilizado, distribuindo cadeiras pelo local.

Figura 7 – Pátio externo da regional do Sinproesemma em Imperatriz (visão do fundo para o portão)



Fonte: Imagem de arquivo pessoal, 2024

Figura 8 – antessala da regional do Sinproesemma em Imperatriz



Fonte: Imagem de arquivo pessoal, 2025

Antessala que se localiza próximo a cozinha da regional do sindicato, próximo também ao acesso aos dormitórios. Nessa antessala, ocorrem reuniões, algumas assembleias, quando o número de presentes é pequeno também ocorre votações, na imagem está retratado uma mesa simples, uns documentos e uma urna de votação, que ocorreu minutos depois do registro da foto.

Em relação a sede social, o Sinproesemma possui apenas um espaço para lazer na cidade de São Luís. O espaço fica localizado na estrada de São José de Ribamar, próximo à entrada do “Laranjal” e fica aberta aos finais de semana das 9h às 17h. Esse espaço de descanso e lazer para os servidores é relativamente recente, tendo sido inaugurado em julho de 2009. A sede dispõe de piscinas adulto e infantil, quadra de esportes, campo Society, playground, churrasqueiras e espaços verdes⁵⁵.

Infelizmente, em função da distância geográfica entre a capital do estado, São Luís, e a cidade de Imperatriz, cerca de 634 quilômetros, fica praticamente inviável o usufruto da sede social por parte dos servidores que residem em Imperatriz e cidades próximas. A esse respeito, o professor Willas de Moraes expressa que “[...] uma época na gestão do Nonato [antigo coordenador da regional de Imperatriz] a gente até conseguiu um terreno lá na Vila Davi, mas depois foi perdido, o povo ‘invadiram tudo’” (Nascimento, Wilas de Moraes. 49 anos, informação verbal, 2024). O terreno ao qual o coordenador de núcleo se refere foi uma doação

⁵⁵ Informações extraídas do site do Sinproesemma. Disponível em: <https://www.sinproesemma.orgs.br/sede-social/nggallery/page/2> Acesso em: 15 de jun. de 2024.

de um conhecido político da região, o deputado estadual, à época, João Macedo da Silva (1998-2002), que reproduziu a prática política, muito comum na região, da doação de terrenos. A proposta era construir nesse terreno a sede social do sindicato regional para usufruto dos associados de Imperatriz e cidades da região.

Quanto aos coordenadores de núcleo que o Sinproesemma em Imperatriz já teve, é válido referenciá-los cronologicamente. A primeira coordenadora ou representante local, como ela mesma se intitulava, foi a professora Zilda Costa de Macêdo, tendo como seu vice coordenador o professor Gilberto. Essa diretoria teve uma duração provisória e foi organizada sem eleições, permitindo aos professores ficar à frente do sindicato, no âmbito municipal, de 1997 a 2000.

A partir dos anos 2000, o núcleo regional de Imperatriz, organizou suas primeiras eleições:

Em 2000 teve eleição, com o Nonato compondo a direção. Aí ele teve dois mandatos [...] os mandatos aqui são de três anos, aí com dois mandatos que ele tirou, o professor Jackson assumiu. O Jackson era o vice do Nonato [...] mas aí ele passou uns seis meses, aí o Nonato ficou de vice, e ele renunciou (o professor Jackson). O Nonato inverteu com ele, ele era vice do Nonato e ele foi para a coordenação e o Nonato foi para vice [...] Aí o Nonato volta a presidência de novo (Nascimento, Willas de Moraes. 49 anos, informação verbal).

A renúncia do professor Jackson em tão pouco tempo à frente da coordenação do núcleo, se deu, como apontam nossos interlocutores, em função de problemas de saúde de sua esposa. Depois da renúncia do professor Jackson, o professor Nonato assume e permanece a frente do núcleo por mais dois mandatos (2000-2003). Após os mandatos do professor Raimundo Nonato, assume a professora Zélia Cardoso que ficou na coordenação do núcleo por apenas um mandato (2003-2006). Após a passagem da professora Zélia Cardoso pela direção do núcleo, o professor Raimundo Nonato retoma a gestão, atuando por mais dois mandatos (2006-2009/2009-2012). Depois do professor Nonato, assume o professor André Santos que ficou no cargo por um mandato (2012-2015), ganhou o segundo e oito meses após a posse do segundo mandato renunciou, porque foi aprovado para cursar um mestrado (2015-2016). Nesse interim, assume o professor Stênio, que era o vice do professor André Santos, que fica à frente do núcleo por apenas dez meses (2016).

A saída do professor Stênio em um curto espaço de tempo se desencadeou, como apontado por nossos interlocutores, pois o mesmo “[...] se revoltou com a direção estadual, se revoltou com a posição da direção estadual no movimento de greve aqui” (Nascimento, Willas de Moraes. 49 anos, informação verbal, 2024). Após a saída do professor Stênio, assume a coordenação do núcleo o professor Francisco Bento (Sival), que era secretário-geral na chapa

do professor André Santos. O professor Sival ficou à frente do sindicato por um ano e meio, completando assim o mandato da chapa (2017-2018).

A ampla mudança de coordenadores durante o mandato da chapa do professor André Santos decorreu, entre outras situações, em função das regras de substituição vigentes no sindicato. De acordo com o professor Willas de Moraes (informação verbal)⁵⁶ a sucessão ocorre da seguinte maneira, “[...] quando o presidente renuncia, o vice assume, quando o vice renuncia, o secretário-geral assume, aí se o secretário-geral renunciar, tem que ter nova eleição [...] os outros não seguem a hierarquia das cadeiras”. Seguindo essa sequência sucessória regimental, a chapa do professor André Santos cumpriu e finalizou seus trabalhos.

Entre os anos de 2016 e 2018 é notório um descompasso da gestão da regional do sindicato em relação a gestão da sede. Denota-se uma instabilidade política no interior das regionais e ratifica o papel das regionais e dos núcleos como meros replicadores dos ideais e demanda da capital. Essa alteração constante de gestões regionais pode até mesmo impactar na percepção do professor local acerca da força da representatividade sindical na região.

Na eleição de 2018, o professor Willas de Moraes foi eleito coordenador de núcleo em um pleito bastante disputado, pois nesse momento havia três chapas na disputa. O primeiro mandato do professor Willas de Moraes findaria em junho de 2021, mas em função da pandemia de COVID-19⁵⁷, não houve eleição nesse período e a mesma diretoria permaneceu por mais seis meses à frente do sindicato, como uma diretoria provisória, mesmo diante da premissa regimental que define a duração dos mandatos em três anos.

No dia dez de dezembro de 2021, uma nova eleição foi iniciada às 8h da manhã, estando aptos a votar cento e sessenta e seis eleitores associados ao sindicato. Ao final dos trabalhos e feita a apuração, constatou-se como resultado eleitoral que a chapa liderada pelo professor Willas de Moraes Nascimento, chapa única, foi a vencedora⁵⁸. O mandato da atual coordenação se estenderá até dezembro de 2024, pois em 2021, houve uma diretoria provisória por seis meses em função da pandemia. Para a nova eleição, em dezembro de 2024, 60 dias antes da eleição foi lançado um edital para a organização das chapas e até trinta dias antes do pleito foi aberta a inscrição para os possíveis candidatos.

⁵⁶ Ibid., 2024, p. 25.

⁵⁷ A Covid-19 é uma infecção respiratória aguda causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, potencialmente grave, de elevada transmissibilidade e de distribuição global. O SARS-CoV-2 é um betacoronavírus que pertence ao subgênero Sarbecovírus da família Coronaviridae e é o sétimo coronavírus conhecido a infectar seres humanos. Fonte: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/covid-19>. Acesso em: 04 de nov. 2024.

⁵⁸ Informações obtidas através da Ata de abertura, encerramento e apuração da eleição da coordenação sindical regional – Sinproesemma, Regional de Imperatriz, para o triênio 2021/2024.

Atualmente compõem a coordenação regional sindical os senhores Willas de Moraes Nascimento, atuando como coordenador sindical regional; Fredson Leite Calixto, vice coordenador sindical regional; Divaldo Sousa Domingos, secretário geral; Francisco Bento Pereira, secretário de finanças; Aldenice Vargas da Costa, secretária de imprensa; Dário Jorge Alves Ferreira, secretário de formação sindical; e, Raimundo Rodrigues da Silva, secretário de servidores técnicos e de apoio. Além da coordenação citada, existem ainda dois suplentes, os professores Cícero de Sousa, como 1º suplente, e Lucimary Oliveira de Araújo Sousa, como 2º suplente.

A composição da coordenação de núcleo é composta por professores da rede estadual e da rede municipal, pois, segundo o estatuto, a coordenação deve ser composta por 60% de docentes da rede municipal. Como em Imperatriz o Sinproesemma representa apenas os docentes da rede estadual, os representantes da rede municipal que compõem o sindicato são provenientes de outros municípios. Nesse quadro de integrantes e representantes de outros municípios encontramos a professora Aldenice Vargas da Costa, docente da rede municipal de ensino de Porto Franco⁵⁹, e Dário Jorge Alves Ferreira, representante da cidade de Estreito⁶⁰.

Em relação às mobilizações da regional de Imperatriz, a instituição segue as diretrizes determinadas pela sede do sindicato em São Luís. As regionais do Sinproesemma não possuem autonomia para sozinhas organizar uma mobilização ou movimentos paredistas, todas as paralisações e greves foram pleiteadas pela sede do sindicato e replicadas as regionais e aos núcleos no interior do estado.

Embora a cidade de Imperatriz possua um histórico na memória popular de grandes paralisações docentes, as do Sinproesemma até então foram organizadas e orquestradas pela sede. Há até uma escuta dos anseios do interior, mas por força regimental as regionais e os núcleos não podem estabelecer greves sozinhos.

A impossibilidade de as regionais promoverem greves de forma autônoma, expressa a centralização da tomada de decisões na sede, o que exponencialmente acarreta desestímulo e descrença na instituição no âmbito regional.

⁵⁹ Município maranhense situado às margens do rio Tocantins e entrecortado pela BR-010, com uma população, segundo o censo demográfico de 2022, de 23.903 habitantes. É o 72º maior município do estado e pertence à mesorregião Sul do Maranhão. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/porto-franco/panorama> Acesso em: 13 de nov. 2025.

⁶⁰ Cidade maranhense com população de 33.294 habitantes e densidade populacional de 12,24 habitantes por quilometro quadrado. No município está localizado a Usina Hidrelétrica de Estreito, situada no rio Tocantins. Em relação a economia, o município figura na posição 18 dentre as maiores economias do estado. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/estreito/panorama> Acesso em: 13 de nov. 2025.

CAPÍTULO 3: SER OU NÃO SER SINDICALIZADO: o sindicato e suas ações a partir do olhar e narrativas docentes de Imperatriz

Objetiva-se com esse capítulo entender a percepção sobre a sindicalização e mobilização docente com base na perspectiva de professores da rede estadual de ensino do estado do Maranhão, especificamente da cidade de Imperatriz. Nesse sentido, busca-se captar respostas para a problemática discutida ao longo do trabalho, que se refere ao lugar contemporâneo dos sindicatos em nossa sociedade e as questões que envolvem a importância e atuação do Sinproesemma na cidade. Para tanto, a reflexão acerca das respostas fornecidas pelos interlocutores nos instrumentos de pesquisa, formulários e entrevistas, é o material base para o desenvolvimento do capítulo.

Nessa perspectiva:

Ao partir de pressupostos retirados de uma análise histórica do movimento sindical docente – coexistência entre ações corporativas e disputa pelos rumos da política educacional, coexistência entre entidades de representação de interesses corporativos e generalistas, e diversidade de representação em função da descentralização dos Sistemas de Ensino no Brasil [...]. A força mobilizatória dos professores é influenciada pela existência regular e expansiva das redes de ensino, da mesma forma que as redes de ensino, muitas vezes, se ampliam e se diversificam em função da força corporativa dos professores (Gouveia; Ferraz, 2013, p. 127)

Dessa forma, a interiorização do ensino público também atua como elemento engajador e que incorpora a massa sindical docente em seu processo de reprodução. As dinâmicas do professor que atua no interior muitas vezes diferem das dos docentes que atuam na capital, que por estarem mais próximos da sede dos sindicatos, acabam por usufruir de mais benefícios, como convênios, sede social e transporte público gratuito. Nesse sentido, a descentralização sindical se mostra um caminho apontado por alguns interlocutores, capaz de promover a escuta dos docentes que estão distantes da capital do estado.

3.1 Perfil dos docentes interlocutores da pesquisa

A Unidade Regional de Educação de Imperatriz, por meio de sua diretora de educação, informou à pesquisadora que, no município de Imperatriz, há 1095 professores, entre efetivos e temporários. Ressalta-se que, entre esses professores nem todos estão atuantes em sala de aula, alguns ocupam cargos de chefia e outros estão usufruindo diferentes modalidades de licença.

Os formulários de pesquisa foram distribuídos no período de 26 de maio a 5 de junho de 2024. Vinte e sete docentes atenderam à solicitação da pesquisa e responderam ao formulário. Já as entrevistas ocorreram nos dias 11 de dezembro de 2024 e 26 de fevereiro de 2025, com 10 professores.

Em relação ao perfil socioeconômico, a maioria dos respondentes é do sexo feminino, com idades entre 40 e 78 anos, o que pode ser ainda um vestígio da percepção de que a docência na educação básica está atrelada ao cuidado e, portanto, uma tarefa que cabe às mulheres. Do total dos 27 participantes, 15 professoras responderam ao questionário, evidenciando a predominância feminina entre os respondentes.

No que se refere às entrevistas, o número de entrevistados e entrevistadas foi mais equilibrado, com cinco entrevistados de cada gênero.

Quanto ao grau de instrução, mais da metade dos 27 docentes que responderam ao formulário declararam possuir pós-graduação *lato sensu*, observa-se um aumento do capital cultural dos docentes, que efetivamente não foi acompanhado pelo aumento da renda desses profissionais.

Em relação à renda familiar, pouco mais de 40% dos 27 respondentes do formulário pontuaram que a renda familiar é de mais de 6 (seis) salários-mínimos, 28,1% apontaram renda familiar de 4 a 5 salários-mínimos, 18,8% denotaram renda familiar de 3 a 4 salários-mínimos e 12,5% apontaram renda familiar de 1 a 2 salários-mínimos. Quanto a esses dados, vale salientar dois pontos: o primeiro deles é que a renda familiar não se refere apenas a renda do docente, o que pode ocultar aspectos de precarização salarial. O segundo ponto revela que segundo a Lei nº 11.738/2008 o piso salarial da categoria para uma carga horária de 40 horas é de R\$ 4.867,77 (quatro mil oitocentos e sessenta e sete reais e setenta e sete centavos), valor definido para o ano de 2025.

A divergência dos ganhos docentes pode ser explicada pela diversidade de mecanismos contratuais na rede estadual de ensino, pois há professores que são efetivos com carga horária de 40 horas, docentes efetivos com carga horária de 20 horas e os seletivados, que são contratados periodicamente para suprir necessidades pontuais. Os seletivados, possuem uma carga horária de 20 horas, que comumente é completada com um CET (Contrato Especial de Trabalho)⁶¹, o que contribui para a heterogeneidade da remuneração docente.

⁶¹ O CET, contrato especial de trabalho, geralmente é firmado entre docente e a rede estadual quando no decorrer do ano letivo são encontradas necessidades dentro das escolas em relação a algumas disciplinas do currículo escolar, pela urgência da situação, falecimento, licenças e aposentadoria, muitas vezes não há tempo hábil para a administração fazer um novo seletivo para contratar professores, fazendo com que constantemente professores já contratados “dobrem” turno apenas assinando um CET.

Embora não haja um dado concreto sobre a quantidade de docentes contratados na rede estadual do Maranhão, o sindicato da categoria estima que aproximadamente 57%⁶² dos professores da rede estadual maranhense trabalhem em regime de contrato temporário, precarizando ainda mais a dinâmica de trabalho desse profissional, já que o professor contratado não possui estabilidade e nem progressão de carreira. Conforme argumentam Antunes e Filgueiras (2020), a recorrência de vínculos precários tende a se naturalizar quando se vivencia um cotidiano pautado por vilipêndio, exploração e precarização, o que auxilia na compreensão da manutenção de grande percentual de trabalhadores da educação maranhense com contratos temporários.

Quando perguntados sobre o local de moradia, a expressiva maioria respondeu que reside em Imperatriz, apenas um docente respondeu que mora em Davinópolis, cidade que fica aproximadamente a 8,53 quilômetros de distância de seu local de trabalho. Em relação ao tempo de atuação no magistério as respostas foram as mais diversas, desde professores com pouca experiência atuando a pouco mais de dois anos (1 resposta), professores em “fim de carreira” com atuação de 23 anos (3 respostas), até professores que pelo tempo de atuação já deveriam estar aposentados com 30 anos (3 respostas) e 32 anos (1 resposta) de profissão. Como essa era uma questão aberta, diversas respostas foram fornecidas, as selecionadas foram divulgadas em função do número de respondentes e o tempo de atuação.

O tempo de atuação dos docentes em sala de aula é bem variável em função da injeção de novos profissionais da educação no mercado de trabalho de maneira massiva, o que potencializa a existência de docentes jovens e com pouco tempo de atuação na profissão. Já aqueles que já ultrapassaram o tempo para a aposentadoria, 25 anos para mulheres e 30 anos para os homens, tem na profissão um vínculo de afeto e até mesmo o cenário financeiro é revelado, tendo em vista que os rendimentos caem quando o professor entra para a inatividade, deixando de ganhar o auxílio alimentação e o terço de férias, por exemplo.

Essa heterogeneidade geracional afeta a dinâmica sindical, pois, a maior parte dos professores mais jovens são contratados e não reconhecem a relevância sindical e nem querem ter descontado de seus salários o equivalente a 1% para o sindicato. Os professores veteranos, que geralmente são concursados há anos, mesmo com todas as reclamações e desconfianças, ainda enxergam no sindicato uma instituição de defesa e a qual eles podem recorrer em situações de desesperança.

⁶² O Sinproesemma divulga esse percentual com certa abrangência em suas redes sociais, tanto no Facebook como no Instagram.

Quanto as disciplinas que ministram, os docentes responderam: Artes (2 respostas); Educação Física e Biologia (1 resposta); Educação Física (2 respostas); Física (2 respostas); Geografia (1 resposta); Geografia, História e Projeto de Vida (1 resposta); História (3 respostas); História, Cultura Espanhola, Aprofundamento I e Tutoria (1 resposta); História e Geografia (1 resposta); Língua Inglesa (2 respostas); Intérprete de Libras (1 resposta); Língua Portuguesa (4 respostas); Língua Inglesa e Espanhol (1 resposta); Matemática (5 respostas); Língua Portuguesa e Língua Inglesa (1 resposta); Projeto de Vida (1 resposta); Sociologia (2 respostas). É notório no perfil de nossos interlocutores a atuação de professores que ministram mais de uma disciplina para atender a demanda do cumprimento da carga horária mínima exigida pelos contratos e escolas.

A polivalência dos professores em ministrar tantas disciplinas está inserida na logística de distribuição dos docentes pela rede estadual de ensino e pelas alterações na carga horária de disciplinas impostas pela Lei nº 13.415/2017 que estabeleceu o Novo Ensino Médio e reorganizou o currículo. Anualmente o governo do estado do Maranhão vem fechando escolas, forçando professores a serem remanejados e a assumir disciplinas para complemento de carga horária. Embora a situação seja muito questionada pela categoria, na percepção dos professores da rede estadual maranhense, o sindicato pouco tem feito a respeito. A fala do professor Divaldo Domingues evidencia esse cenário.

Eu passei 17 anos no município sendo professor de matemática, mas com geografia e história também. Hoje eu trabalho com geografia de manhã, a tarde com geografia, eletivas, projeto de vida, aquelas coisas tudo para poder cumprir carga horária e a noite eu trabalho com sociologia, filosofia e história da arte. Eu sou eclético, né. (Domingues, Divaldo. Entrevista concedida em: 11 de dezembro de 2024)

Nesse contexto, quanto menor for a escola em que o docente trabalha, maiores são as possibilidades de trabalhar múltiplas disciplinas.

3.2 Trabalho docente, precarização e formas de consciência sindical entre professores de Imperatriz

Para alcançar as respostas, foram feitas entrevistas presenciais na sede da regional do Sinproesemma em Imperatriz. A fim de alcançar o maior número de interlocutores possível, as entrevistas foram realizadas nos dias de eleição, respectivamente, a eleição para a diretoria regional ocorrida em 11 de dezembro de 2024 e a eleição para a diretoria geral, ocorrida no dia 26 de fevereiro de 2025.

Objetiva-se com o tópico uma abordagem acerca da percepção dos professores sobre o trabalho docente, o que esses professores visualizam como perspectivas futuras e o que os motiva a permanecerem sindicalizados ou não. Deste modo, uma entrevista semiestruturada foi feita com esses docentes, permitindo que emitissem suas opiniões, anseios e perspectivas livremente.

Sociologicamente, a análise dos dados buscará compreender a percepção dos professores a respeito de precarização do trabalho docente e a como se desenvolve a busca por proteção coletiva, bem como revelar a perspectiva de consciência sindical dos docentes entrevistados.

3.2.1 Perfil dos professores sindicalizados

Foram realizadas 10 (dez) entrevistas, 07 (sete) no dia 11 de dezembro de 2024 e 03 (três) no dia 26 de fevereiro de 2025⁶³. Destes, 06 (seis) afirmaram estar na faixa etária entre 40 e 60 anos e 04 (quatro) afirmaram ter 60 anos ou mais. Embora a amostragem do estudo não possua grande amplitude, os números apresentados denotam um envelhecimento dos sindicalizados do Sinproesemma, para se ter uma dimensão, nenhum dos entrevistados afirmou estar na faixa etária de 25 a 40 anos.

Esse envelhecimento dos sindicalizados do Sinproesemma pode ser interpretado como um distanciamento geracional, na medida em que os dados apresentam uma baixa adesão de professores jovens ao sindicato. Uma hipótese para a questão vinculada é a baixa presença do Sinproesemma nas escolas na busca por novos filiados, o que pode indicar uma não identificação do docente mais jovem com a instituição sindical.

Em relação ao sexo/gênero, o questionamento foi lançado, mas sem fornecer alternativas, por ser uma questão autodeclarada, a questão causou certa estranheza entre os interlocutores, alguns se sentiam até mesmo desconfortáveis com a abordagem respondendo que eram “machos”, “hetero”, houve até uma interferência de um motorista do Sinproesemma que estava no recinto afirmando que era “um absurdo fazer uma pergunta dessa a um professor”.

Charmaz (2009) pontua sobre esse desconforto masculino na entrevista, de acordo com a autora, o desconforto masculino pode ser intensificado por tópicos sensíveis, como, divórcio,

⁶³ Na eleição para a diretoria geral do Sinproesemma havia três urnas na regional de Imperatriz, duas itinerantes, que foram para outros municípios e uma fixa na regional, ocorre que no dia da eleição saiu uma liminar suspendendo o pleito, essa liminar foi a pedido da chapa 3, alegando vícios no processo, a informação que logo se espalhou pelos grupos de Whatsapp dos professores sindicalizados que pouco compareceram a regional nesse dia, refletindo assim no pequeno número de entrevistados nesse dia.

deficiência física ou algo que questione sua masculinidade. Mediante a explicação de que na pesquisa sociológica o sexo/gênero é autodeclarado pelo interlocutor é que as respostas foram fluindo, dos respondentes: cinco se autodeclararam do sexo/gênero masculino e cinco se autodeclararam do sexo/gênero feminino.

Quanto à escolaridade, sete interlocutores possuem pós-graduação, seis *lato sensu* e uma *stricto sensu* e três possuem ensino superior completo. Adentrando no aspecto da renda familiar, cinco professores responderam que possuem renda de cinco a dez salários-mínimos, quatro responderam que possuem renda familiar de mais de dez salários e um interlocutor não soube precisar sua renda familiar. Na perspectiva do estado civil, os interlocutores responderam que são: casados, com seis respostas, separado/divorciado, com três respostas e solteiro com uma resposta.

Os interlocutores demonstraram possuir elevada formação educacional e uma boa renda familiar, quando comparado com outros profissionais brasileiros. No entanto, tais condições não foram suficientes para uma demanda equivalente por filiações sindicais. Observa-se que, mesmo em grupos de escolaridade e renda mais elevados, o sindicato enfrenta dificuldades para alcançar um novo público.

Além das entrevistas, a análise se desenvolverá também de acordo com as respostas fornecidas pelos docentes nos blocos de questões do formulário *Google Forms*. As questões estavam subdivididas em blocos nomeados como “Sindicatos e filiações”, “Sinproesemma em Imperatriz”, “Pandemia, sindicato e professores” e “Governos e sindicatos”. Para alcançar de fato a percepção dos docentes, as questões abertas em sua maioria foram elaboradas de maneira a possibilitar que as professoras e professores expressem suas inquietações e perspectivas.

No Bloco I de questões do formulário, quando questionados se conheciam o sindicato da categoria, 84,4% dos 27 respondentes afirmaram que sim. Ao serem questionados se são sindicalizados e há quanto tempo, a maior parte dos docentes respondeu que sim, mas somente alguns colocaram o tempo de sindicalização, variando desde a mais recente, com 07 (sete) anos de filiação, até a mais antiga com 25 (vinte e cinco) anos de filiação. Em relação aos entrevistados, há docentes que afirmaram ser filiados ao sindicato há mais de trinta anos.

Ainda no Bloco I, quando perguntados o motivo da sindicalização as respostas foram voltadas para o sentido da representatividade, tais como, “para poder escolher os representantes e usufruir de benefícios como sindicalizado”; “para poder me representar quando necessário”; “para ter de quem cobrar”; “confiando que os representantes defendam nossos interesses”; “para poder reivindicar meus direitos junto ao Sinproesemma”; “por me sentir segura quanto aos meus direitos”; “sou professor, sou líder sindical”; “para me sentir amparada nos momentos

que participo de greve”; “contribuir para a classe”; “lutar pela categoria/classe”. Embora respostas de cunho negativo também tenham sido fornecidas, com base no que os docentes expressaram é possível observar que a figura do sindicato ainda denota segurança para parte da categoria.

Embora uma série de problemáticas sejam elencadas a respeito da atuação e representação do Sinproesemma, muitos professores entendem o sindicato como lugar de refúgio e acolhimento relacionado a questões laborais. Veem no sindicato a proteção contra perseguição de gestores escolares, o amparo jurídico para questões que envolvem processos judiciais ou administrativos e um mediador para conflitos entre os docentes e o Estado. Essa perspectiva revela uma esperança em relação a ação sindical, mesmo em meio ao cenário de descrença no qual a instituição tem se estabelecido.

Já nas entrevistas, as respostas a respeito da sindicalização caminharam no mesmo sentido das respostas do formulário. Quando perguntados sobre o motivo da sindicalização os entrevistados se posicionaram da seguinte maneira:

O que levou na minha concepção, eu tinha um pensamento positivo para fazer parte né, do, do... como é que eu posso dizer né, porque o Sinproesemma, o que trabalha pelos professores, luta né, pela causa de aumento salarial né, os direitos da gente, isso aí que eu pensei e entrei. Eu ia ter necessidade né, como a gente tem, a gente faz parte né, quando vem alguém “pro” idoso que está na ativa, os inativos também faz parte, eu nunca sai (Entrevistada 4⁶⁴. Entrevista concedida em: 11 de dezembro de 2024)

Na mesma perspectiva, a Entrevistada 5, denotou seu posicionamento a respeito:

O que levou? Para “mim”, poder ter vínculo, lutar pelos meus direitos, pelas minhas causas. Além do mais, a gente... é importante que o professor tenha vínculo com o sindicato, porque ele tem que se manter informado, ele tem de estar a par de tudo que está acontecendo (Entrevistada 5⁶⁵. Entrevista concedida em: 11 de dezembro de 2024).

Ambas as entrevistadas denotaram a luta pelos direitos como um foco central de suas respostas sobre sindicalização. Além da luta por direitos, as respostas demonstram uma expectativa de acolhimento do docente por parte do sindicato, quando argumentam que o

⁶⁴ A senhora que concedeu a entrevista ficou um pouco receosa com a situação da entrevista e com o número de pessoas presentes no ambiente presenciando o fornecimento de respostas. Embora uma sala do sindicato fosse destinada para a realização das entrevistas, a entrevistada preferiu se manter na antessala do ambiente onde havia vários outros docentes. No momento de fornecer o nome ficou constrangida e temerosa em sofrer alguma represália.

⁶⁵ A entrevistada 5 estava na sala que o Sinproesemma concedeu para que as entrevistas ocorressem sem grandes intercorrências. No entanto, na mesma sala, estavam alguns membros do Sinproesemma de São Luís, eles utilizavam a sala para descanso. Nessas condições, havia a possibilidade de escuta por terceiros sobre o que a interlocutora falava, provavelmente, em função disso a recusa em fornecer o seu nome.

sindicato tem que buscar sanar as necessidades dos sindicalizados, bem como veem na figura da instituição um elemento para se manter informado sobre as questões do trabalho docente.

Aqueles que responderam que não são sindicalizados, quando perguntados os motivos para a não sindicalização as respostas obtidas foram no sentido de “não acredito no sindicato”; “me desfiliei pelo fato do sindicato não lutar pelos nossos interesses e ser aliado do governo contra a classe”; “para contribuir era preciso ver realizações concretas sendo alcançadas”; “cancelei minha sindicalização por ver que o sindicato não tem atuado de forma satisfatória em prol da categoria, por muitas vezes tomando atitudes questionáveis”; “não entendo como funciona”; “falta de credibilidade das pessoas que fazem parte da direção do sindicato”; “nunca me sindicalizei por não acreditar naqueles que comandam o sindicato”; “desconfiança em relação a atuação do sindicato”; “vejo que eles não estão trabalhando em função da classe trabalhadora”.

Tais posicionamentos denotam um processo de descrédito sindical e consequentemente, refletem nas não filiações e desfiliações, lançam visibilidade para a crise de legitimidade e confiança sindical. Expressa também um desgaste da figura do sindicato, que entre outros fatores, causam uma resistência docente em ver o sindicato da categoria alinhado com gestões governamentais. Nesse sentido, a desfiliação e a não filiação pode ser entendidas como forma de contestação da categoria contra a condução do sindicato hodierno.

Nas entrevistas, a percepção dos interlocutores sobre o descrédito do sindicato foi evidenciada de maneira particularizada em relação aos respondentes do formulário. A professora Naelza da Silva Gomes, embora sindicalizada, expôs sua insatisfação na entrevista quando questionada sobre a visão do Sinproesemma pelos docentes da cidade.

Rapaz, ultimamente eu conheço muito não, até porque depois dessa coisa aí dessa ação do FUNDEF com o presidente do sindicato fez com os associados, foi um golpe muito grande, então eu não vejo ele mais... eu até pensei em me desfiliar [...] Não, infelizmente é (uma visão negativa que os professores tem do sindicato). Até mesmo depois disso aí, muitos se desfiliam né. [...] Rapaz, eu estou esperando a primeira decisão aí, se não “coisar” eu vou me desfiliar sim, se não sair nada... (Gomes, Naelza da Silva. Entrevista concedida em: 11 de dezembro de 2024).

A fala da professora Naelza expressa um sentimento comum entre os professores: o de descrença no Sinproesemma. Esse descrédito tornou-se mais evidente após a divulgação de que seria descontado 15% dos precatórios do FUNDEF para pagamento de honorários advocatícios. Parte dos professores não aceita o desconto desse percentual, enquanto outros alegam que foram induzidos a assinar um documento após uma das assembleias para discutir o assunto, alegando que assinaram o documento acreditando ser uma lista de frequência.

O pagamento dos honorários advocatícios sem a autorização expressa dos docentes foi um dos elementos marcadores para ruptura de confiança entre professores e sindicato. A judicialização de uma demanda sindical que, na percepção de muitos docentes, poderia ser solucionada administrativamente denotou um distanciamento ainda maior entre a base sindical e a direção do sindicato.

O professor Divaldo Domingues, em um trecho de sua fala, denota quantitativamente os dados da desfiliação.

Infelizmente, vou começar pela visão. Infelizmente a visão hoje ela é “retorcida”, em função do que aconteceu nos últimos oito anos, dez anos. Em função de quê, o nosso presidente é filiado a um partido do qual o governador é “do mesmo” proposta, aí não tinha luta. Nós é que levávamos as lutas, levávamos as nossas divergências, levávamos o que nós pretendíamos, mas infelizmente [inaudível] porque lá é a maioria. Nós preparávamos as nossas falas de defesa, de mostrar... E muitos dos nossos, nós tínhamos quase mil e poucos filiados aqui, hoje nós temos setecentos e poucos, houve uma desfiliação e essa é nossa mágoa. [...] quer dizer é muito embate cara que a gente sofre, por ter minoria, e a pessoa que faz a desfiliação, nós perdemos mais força e mais poder. Nós deixamos de receber verba para melhorar aqui, hoje o repasse é de três mil, mas até pouco tempo era de dois e quinhentos, e quando vai diminuindo, vai diminuindo... inclui o salário da secretária, aí paga luz, água, telefone, o combustível do carro, o pneu que furou, o “bateu” o carro, ajeitou o carro é muito pouco para o sindicato (Domingues, Divaldo. Entrevista concedida em: 11 de dezembro de 2024).

O ponto que o professor Divaldo expõe se refere à descrença no sindicato em função de alinhamento político entre a gestão governamental e a diretoria do Sinproesemma. Argumenta ainda que, à medida que diminui o número de filiados, a tendência é que os repasses da diretoria estadual sejam inferiores ano após ano.

Quando perguntados como avaliam a forma como Sinproesemma busca novos filiados, as respostas do formulário foram as mais diversas, como “fraca”; “regular”; “não sei como estão fazendo”; “sem motivação”; “insuficiente”; “não conheço”; “somente interesse financeiro”; “deixa muito a desejar nas duas atuais, infelizmente”; “é a forma de obter renda financeiramente”; “não existe essa busca ou desconheço”; “não tenho conhecimento o suficiente para opinar”; “essa busca é quase inexistente”; “poderia melhorar a comunicação, de certa maneira é falha”; “promover constantes formações sindicais”; “eles estão?”. Algumas respostas não foram reproduzidas por já terem sido fornecidas de maneira similar por outro interlocutor. Nesse contexto, uma resposta foi descartada, pois não era condizente com o que foi perguntado.

Contrariando as respostas do formulário, o interlocutor Antônio Gomes da Silva argumentou que o Sinproesemma geralmente tenta fazer a conscientização do que é o sindicato, o que ele defende e ideias nesse sentido. No entanto, a resposta do professor Antônio Gomes

da Silva destoa das demais fornecidas, que comumente apresentavam um tom de crítica ou desconhecimento a respeito das ações do sindicato para cooptação de filiados.

Sobre os mecanismos adotados pelo Sinproesemma para alcançar novos filiados, dois interlocutores chamaram a atenção, os professores Raimundo Nonato e Divaldo Domingues. Em relação a esse ponto o professor Raimundo Nonato expressa que:

Eles nem tem interesse, não há nem campanha, o professor vem, pede para filiar e não é descontado, é o contrário. Tinha, agora virou o contrário, muita gente pedindo para desfiliar[...]Não, não, não, bem antes, devido a direção aqui ele é muito... foi compassiva com o Flávio Dino, eles foram muito coniventes com o Flávio Dino. Então o Flávio Dino ele acabou com os movimentos sociais do Maranhão e o sindicato não foi diferente, entendeu? Então isso, foi o Flávio Dino foi o divisor de águas, os movimentos sociais foram compassivos aos PSB [inaudível] e o sindicato era do Flávio Dino basicamente, todos eles defendiam em praça pública o Flávio Dino (fez um de som de caixa registradora com a boca). O que arrebou foi esse mandato do Flávio Dino, mas era excelente nosso sindicato, era maravilhoso, em Imperatriz parava tudo, mas no Flávio Dino [inaudível] foram coniventes com o Flávio Dino e matou-se [inaudível] o que não é fácil derrubar [inaudível] (Silva, Raimundo Nonato Batista da. Entrevista concedida em: 26 de fevereiro de 2025).

O relato do professor denota que não há esforço por parte do sindicato em buscar novos filiados, ao contrário, segundo a perspectiva do docente, parece que a situação financeira do Sinproesemma é tão confortável, que novos filiados e novas arrecadações parecem irrisórios ao seu funcionamento. Já em outro momento durante a entrevista com o professor Divaldo Domingues, ele lançou o seguinte questionamento a entrevistadora: - você é sindicalizada?. Respondi que não, que antes da pesquisa para o mestrado se quer sabia onde era a regional do Sinproesemma e até então só havia visto um membro do sindicato uma vez na escola em que trabalhava, como a discussão foi ficando acalorada, questionei o professor se não era papel do sindicato divulgar suas ações e ir atrás de novos filiados, ele exaltado lança mais questionamentos.

- [...] houve um afastamento muito grande, nós já chegamos a ter mil e setecentas pessoas aqui dentro, né sindicalizadas, hoje tem setecentas. (sobre o número de filiados na regional de Imperatriz)
Será que não falta divulgação? Questionei o professor.
- Mas sabe qual é o problema nosso, tu vai no hospital quando? Direcionando o questionamento a mim, que respondo “quando estou doente”.
- Por que tu não vem ao sindicato? Tu só vem quando está precisando, entende o que estou falando? (Domingues, Divaldo. Entrevista concedida em: 11 de dezembro de 2024).

O professor Divaldo, que é membro da direção da regional de Imperatriz, associa a necessidade docente às filiações, no seu entendimento o sindicato não deve dedicar tempo fazendo campanhas para alcançar novos filiados, já que é o professor que precisa do sindicato

e não a instituição do professor, e ainda pontuou sobre a conscientização da entrevistadora e dos novos professores.

Então quando você tiver essa consciência (de se sindicalizar), tomara que você vá ter, quando você tiver essa consciência que o sindicato é de suma importância para sua profissão, para a sua categoria e para você pessoalmente, individualmente, porque tem uma frase que a gente fala sempre “unidos somos muito mais fortes”, então não adianta tu dizer assim “eu nunca precisei, nunca fui lá”, como é que você precisou agora e agora você veio? (Domingues, Divaldo. Entrevista concedida em: 11 de dezembro de 2024).

O professor finaliza sua fala enfatizando a conscientização coletiva, mas sem demonstrar argumentos palpáveis que incentivem a filiação sindical.

A precarização do trabalho docente, com os inúmeros professores contratados na rede, o envelhecimento da base sindical e a ausência de esforço da direção do sindicato em engajar docentes mais novos para a instituição, podem potencializar o sentimento de esvaziamento e descrença no sindicato. Além dessas perspectivas, a consciência sindical tem passado por processos de mudança, se no passado a filiação ao sindicato era quase compulsória, atualmente, os professores requerem maior mobilização por parte do sindicato para justificar uma filiação. Nesse contexto, a suposta letargia do Sinproesemma tem desenvolvido no corpo docente uma sensação de estranhamento e incertezas quanto à instituição sindical.

3.3 Entre a ação e a aparente letargia do sindicato: a percepção dos professores de Imperatriz sobre as ações do Sinproesemma

Partindo para o Bloco II de questões, quando perguntados sobre o conhecimento das ações que o Sinproesemma desenvolve em Imperatriz as respostas fornecidas foram genéricas, como na colocação que afirma que “poucas, apenas nas datas comemorativas, Dia das Mães e dos professores”.

Em contraste, os interlocutores das entrevistas foram mais expansivos quanto às suas respostas para a questão. Quando perguntado sobre as ações do Sinproesemma em Imperatriz, o professor Raimundo Nonato foi categórico em afirmar:

Porém a... quando eu entrei, quando eu estava aqui, nós tínhamos duas coisas que eram fundamentais, nós tinha, nós aprovamos nossa renda do sindicato, nós aprovamos que 10% da renda era para questões culturais e era para comprar... apoiar professores, por exemplo, se fosse três mil, trezentos reais era para comprar livro para professor, para apoiar a questão cultural, esse era um dos “coisas”. Outras questões eram, questões... encontros, era de formação política, a gente fazia, fazia aqui vários, duas vezes, essa era a principal atividade nossa que era do sindicato e visitar as escolas [inaudível] (Nonato, Raimundo. Entrevista concedida em: 26 de fevereiro de 2025).

Parte dos respondentes do formulário e os interlocutores das entrevistas têm pontos do discurso em comum. É notório que o sindicato atual não é mais tão atuante como no passado. A força de mobilização tem se perdido em meio a acordos políticos e discussões pontuais na sede da regional. Assim, pouco tem sido notada a presença sindical em mobilizações e reivindicações da categoria, as ações do Sinproesemma têm sido percebidas de forma cada vez menos expressiva.

Na sequência das questões, quando perguntados se conheciam as ações que o Sinproesemma desenvolve junto às escolas de Imperatriz, as respostas foram breves e pouco descritivas, como “sim” e “não”, sendo que só foi obtida uma resposta com descrição mais ampla, “creio que buscou defender o salário do mês de janeiro de 2024 dos contratados, com suposta suspensão da Seduc”.

No questionamento sobre a presença dos representantes do Sinproesemma na escola em que atuam as respostas foram “Sim, quando é para divulgar alguma reunião e principalmente na época de eleição”; “ainda não vi nestes anos”; “algumas vezes”; “aparece só quando tem interesse para os mesmos”; “poucas vezes”; “sim, tem um professor que realiza esse trabalho”; “somente em período de eleições e próximos às greves”. A presença de dirigentes do Sinproesemma em ambiente escolar aparece de forma bastante questionável, principalmente quando se fala da ação de panfletagem, que consiste em disponibilizar panfletos com informes em cima da mesa da sala dos professores de instituições diversas, sem maiores esclarecimentos ou diálogo direto.

De modo geral, a presença do Sinproesemma nas escolas não tem se mostrado com constância. Em meio à expansão do uso das redes sociais, o sindicato tem se utilizado bastante desses mecanismos, como *Facebook*, *Instagram* e principalmente *WhatsApp*. A professora Euramir Reis expressou como se desenvolve seu contato com o sindicato.

Acompanho no Instagram... eles têm Instagram e têm *Facebook* [...] no *WhatsApp*, às vezes a gente vem aqui, eu estou no *WhatsApp* deles também, que sempre que eu venho aqui para fazer algum atendimento individual, eu procuro também pelo *WhatsApp* (Reis, Euramir. Entrevista concedida em: 26 de fevereiro de 2025).

A professora Lucimary Oliveira de Araújo Sousa argumenta que há uma comunicação entre sindicato e docentes, mas que esta precisa ser melhorada. Pontua também que o principal vínculo de comunicação entre docente e sindicato na atualidade são os grupos de *WhatsApp*. Ela ressalta ainda que houve um tempo em que essa comunicação se dava por representantes do sindicato que atuavam nas escolas. No entanto, com o passar do tempo esse movimento foi se “esfriando” e que precisa ser revitalizado.

O que se tem observado é que aquele sindicato combativo e mobilizador de outrora, na visão dos interlocutores, não existe mais. O mundo mudou e consequentemente a midiática sindical acompanhou esse processo. As pautas, comunicados e discussões ocorrem com maior frequência em meio às redes sociais, principalmente nos diversos grupos de *WhatsApp* que a regional de Imperatriz mantém.

Na sequência do formulário foi lançado o seguinte questionamento: você já participou de alguma ação que o Sinproesemma desenvolveu em sua cidade? Se sim, qual? A maioria das respostas foi positiva e voltadas para a ação em momentos de greve, por exemplo, “apenas de manifestação de greve”; “sim, só assembleia e greve”; “paralisação”; “sim, lutas”; “sim, greve”; “sim, a última greve para reajuste de salário e outras demandas”; “sim, manifestações e greves”; “Todas. Quanto a informação de direito de greve e direitos adquiridos”; “sim, o movimento grevista pela luta salarial e de progressões e titulações”; “sim, em uma reunião para definir sobre movimento grevista”; “sim, manifestações e reuniões em locais públicos e na sede do sindicato”; “sim, nas greves e algumas reuniões”; “sim, movimento grevista”; “sim, ato de paralisação/greve”; “sim, atuação e combate para o não fechamento de turno noturno em algumas escolas”; “sim, apoio na greve”; e, “sim, greve”.

Quando a mesma questão foi direcionada aos interlocutores nas entrevistas as respostas convergiam para o mesmo caminho das fornecidas nos formulários, diversos professores apontaram que participam de ações do Sinproesemma principalmente em períodos de greve. Como o expresso pela interlocutora 4, que argumenta:

Não, só de reunião, como eu “tô” hoje aqui, qualquer coisa [...] às vezes sim, eu ia sim (para as assembleias). [...] Sim, gostava. Ah! Como eu gostava das greves, gostava demais, achava bom as greves... (Entrevistada 4. Entrevista concedida em: 11 de dezembro de 2024)

Já a professora Lucimary Oliveira de Araújo Sousa se mostra bem atuante e disposta às ações do sindicato e elenca uma série de atividades que desenvolve na regional de Imperatriz.

Eu participo do planejamento, das lutas, é de formação né, de formação sindical [...] Mas a gente tem formação, agora eu “tô” com esse novo cargo vai ser de imprensa, ah, da comunicação né, e para a gente se organizar para poder participar das lutas né, das greves, é de todos os eventos, evento de formação no sentido de... é principalmente, para a gente poder organizar melhor e agora como eu já “tô” aposentada, porque aposentado tem muitas perdas, e a gente tem que tá aí se organizando, se preparando para poder enfrentar os embates que são grandes, viu (Sousa, Lucimary Oliveira de Araújo. Entrevista concedida em: 11 de dezembro de 2024).

O engajamento de muitos docentes quanto às ações sindicais, podem estar atrelado à formação sindical, que no passado eram mais frequentes que na contemporaneidade e com a idade dos docentes. Muitos professores que argumentaram atuarem pouco ou só em período de greve são docentes ou muito jovens, que não tiveram acesso a formação sindical, ou com uma idade avançada e já estão de certo modo cansados da dinâmica que os sindicatos apresentam atualmente.

Mais adiante ainda no bloco de questões II foi lançado o questionamento aos professores: você já participou de alguma ação que o Sinproesemma desenvolveu em sua escola? Se sim, qual? Poucas respostas fornecidas foram positivas, as cedidas nesse sentido foram: “sim, participei de alguns movimentos grevistas por melhores índices salariais e melhores condições de trabalho”; “sim, manifestações e greves”; “todas, quanto a informação de direito de greve e direitos adquiridos em função da greve”; “sim, apenas dia de eleição sindical”.

Nas entrevistas, as respostas para a questão caminharam no sentido do desconhecimento das atuações do Sinproesemma nas escolas, como nas respostas fornecidas pelos professores Raimundo Nonato e Antônio Gomes da Silva, argumentando que nunca houve ação do sindicato nas escolas, ou que se teve ação não estavam presentes na escola.

Uma das interlocutoras forneceu resposta destoante dos demais entrevistados, a professora Euramir Reis, quando questionada sobre as ações do Sinproesemma nas escolas expressou:

A ação que eu vi nas escolas é conversar com os professores da importância de vir se filiar e participar dos movimentos, dos movimentos é de... não só de festa, mas dos movimentos paretistas, movimentos de esclarecer sobre as causas da descompressão salarial, que era uma ação muito importante na época, em dois mil e quinze, e teve alguns levantes, que a gente ia até para a BR, fechar a BR é contra o corte... eles queriam fazer um corte do GAM no tempo do... daquele governador Jackson Lago e nós fomos até a BR furar a BR, tivemos levantes importantíssimos até de se for preciso de furar a BR, passamos de trinta dias de greve em dois mil e quatorze, por reajuste salarial, por perdas, então isso foi chamamento do núcleo também, eu participei (Reis, Euramir. Entrevista concedida em: 26 de fevereiro de 2025).

O depoimento da professora Euramir Reis evidencia a atuação sindical de maneira pontual e relacionada notadamente a mobilizações coletivas. Seu argumento reforça uma percepção de que o sindicato se faz presente em momentos de convocação para alguma demanda, principalmente paralisações e greves. Esse trecho da entrevista denota percepções contrastantes entre os docentes sobre o reconhecimento das ações do sindicato no ambiente escolar, enquanto alguns professores não reconhecem a existência de ação sindical nas escolas que atuam, outros docentes enxergam que convocações para mobilizações já se caracterizam

como ação sindical. Essa dicotomia revela que a visão sobre a ação dos sindicatos nas escolas não é homogênea.

Dando continuidade ao formulário, foi perguntado se os docentes acompanham a atuação do Sinproesemma nos meios de comunicação e nas redes sociais, as respostas fornecidas pelos professores foram predominantemente sucintas, “sim”; “não”; “às vezes” ou “pouco”. Algumas respostas foram mais abrangentes e apresentavam exemplos, como “sou assinante do jornal SINPROESEMMA”; “sim, algumas vezes há divulgações”; “sim, no Instagram, mas a comunicação lá é unilateral porque os administradores da página não permitem comentários”; “sim, mas não vejo nada relevante”.

Sobre a penúltima resposta fornecida, esse dado realmente parece ser um fato. Durante a fase inicial da pesquisa, foram realizadas diversas tentativas de contato com o Sinproesemma via Instagram. Entretanto, o administrador da página do sindicato não permite comentários e nem responde aos *directs*⁶⁶.

Nas entrevistas, parte dos interlocutores afirmou que acompanham o Sinproesemma, principalmente via *WhatsApp*. O professor Antônio Gomes da Silva argumentou que não acompanha muito, pois não é ligado às redes, quando questionado o docente expressou o seguinte: “Ah! eu também não sou muito de estar na rede social não [...] eu tenho *WhatsApp* e tal [...] tenho, mas assim de um certo tempo para cá, não faz muito tempo não [...] eu fico mais observando as informações” (Silva, Antônio Gomes da. Entrevista concedida em: 26 de fevereiro de 2025).

As redes sociais na contemporaneidade são de fundamental importância para a difusão de informações. Manter-se alheio ao processo de inclusão digital ou desenvolver páginas, mas se ausentar da comunicação com os docentes, distancia o Sinproesemma do convívio social com o seu público-alvo e conseqüentemente diminui o poder de alcance do sindicato, o qual poderia, potencialmente, ser convertido em novas filiações.

3.4 Pandemia da COVID-19, atuação sindical e relações entre governo e Sinproesemma

Os blocos de questões III, “Pandemia, sindicatos e professores” e IV, “Governos e sindicatos” serão analisados de maneira profunda. No bloco III do formulário, quando

⁶⁶ Recurso de mensagem no aplicativo que permite compartilhar e trocar mensagens, fotos, reels e publicações de forma privada com uma ou mais pessoas. Fonte: <https://about.instagram.com/pt-br/features/direct>. Acesso em: 15 de outubro de 2024.

perguntados se tinham conhecimento das ações do Sinproesemma durante a pandemia da COVID-19, a expressiva maioria dos respondentes negou o conhecimento sobre qualquer tipo de atuação sindical nesse sentido. Expressaram ainda que não houve nenhum tipo de orientação do sindicato sobre cuidados com a saúde ou como proceder durante o período pandêmico.

Nas entrevistas, as respostas traçaram caminhos semelhantes aos dos formulários, com afirmações sobre o desconhecimento de ações sindicais no período retratado. Entretanto, as falas dos professores Raimundo Nonato e Euramir Reis bifurcaram em relação às demais ao mencionarem ações pontuais atribuídas ao sindicato. Segundo o professor Raimundo Nonato, durante a pandemia da COVID-19:

[...] eles entregaram os... a estadual, fez o movimento e eles complementaram e isso aí eles fizeram, no começo algumas orientações que teve [...] da estadual, não do município. [...] Fizeram algumas máscaras, doaram para algumas pessoas, não foi doado para professores em geral, doaram para algumas pessoas as máscaras que eles fizeram, entendeu? Não fez uma distribuição para todo professor, isso aí eles fizeram, distribuíram umas máscaras (Nonato, Raimundo. Entrevista concedida em: 26 de fevereiro de 2025)

Quando questiono se houve alguma orientação ou auxílio para as aulas remotas.

[...] Não, não, não teve nada, inclusive, nós ficamos na mão porque na pandemia nós tivemos que comprar é... até câmera para computador, tudo, o professor comprou tudo, eles não abriram a boca para nada, a única coisa que fizeram foi umas máscaras para alguns professores, para alguns, isso aí foi feito (Nonato, Raimundo. Entrevista concedida em: 26 de fevereiro de 2025)

Já a professora Euramir Reis recorda aspectos vinculados à vacinação e à prioridade dos docentes da educação básica em receber as doses, atribuindo essas ações ao sindicato.

A ação que eu vi foi a vacina [...] foi o governo e o sindicato para vacinar os professores, teve uma participação, até me lembro que foi ali no shopping da BR-010, shopping maior que tem aqui [...] o Imperial, lá teve um atendimento exclusivo para professores daqui de Imperatriz, na questão da vacinação, teve prioridade, acredito que foi luta juntamente do governo do estado e o sindicato, agilizar a aplicação da vacina para os professores, principalmente os que estavam em sala de aula (Reis, Euramir. Entrevista concedida em: 26 de fevereiro de 2025)

Embora, durante o período da pandemia de COVID-19, a recomendação fosse o isolamento social, houve várias modificações no modo dos docentes trabalharem. Muitos docentes apresentaram dificuldades em desenvolver aulas em meio virtual, outros não possuíam dispositivos eletrônicos para ministrar as aulas remotas. Diversos professores tiveram que desembolsar quantias consideráveis para comprar computadores, escrivaninhas e cadeiras para manter um ambiente *home office* com o mínimo de conforto.

O silêncio do sindicato diante desses gastos não previstos no orçamento dos professores, sobretudo referente às dimensões jurídica e financeira, bem como a falta de atenção à saúde mental dos docentes que, foi muito afetada no período, denota um afastamento do sindicato e sua base. O período pandêmico modificou o modo de conduzir as aulas, mas também impactou o modo de atuação do sindicato ou, conforme evidenciado nas respostas, a ausência de atuação.

Quando questionados sobre se a postura política do gestor federal interfere no índice de sindicalização do Sinproesemma, as respostas foram no sentido de “não pude observar qualquer alteração no processo de sindicalização, mesmo com a mudança de gestor federal e de seus discursos”, “dependendo da postura do gestor federal, a sindicalização tende a cair”, “de acordo com o discurso e a postura do gestor federal quanto aos sindicatos, a sindicalização tende a aumentar”.

Tanto no formulário quanto nas entrevistas, a questão foi apresentada por meio de alternativas previamente definidas. Nessa perspectiva, em ambos os grupos de interlocutores a resposta que obteve um maior número de indicações referia-se à não observação de alterações no processo de sindicalização, independente do discurso do gestor federal.

Isso evidencia que, entre os grupos de professores selecionados, não foram percebidas alterações no engajamento sindical independente do direcionamento político do presidente da República. O fato de o Sinproesemma ser um sindicato de representação estadual, pode ter direcionado as respostas, uma vez que a gestão federal tende a não exercer impacto direto sobre as filiações do sindicato.

3.5 Experiências docentes, de sindicalização e percepções futuras

Em relação à experiência docente, as respostas foram heterogêneas, desde professores com vinte anos de sala de aula até docentes com cinquenta e dois anos de magistério. Cabe pontuar que o questionamento foi direcionado à experiência global como professor, aquela em que antes mesmo da formação oficial o indivíduo já estava atuando em sala de aula.

Sobre a trajetória como professor, muitos pontuam que conseguiram um contrato com o estado ou o município, através de um conhecido ou contato político, esses contratos eram feitos antes mesmo da formação acadêmica, como o relato do professor Divaldo Domingues evidencia.

Cara, eu estava na faculdade e surgiu uma oportunidade “para mim” substituir uma professora, uma colega minha, eu não tinha a mínima experiência, estava no primeiro período de geografia, eu sou formado em história e geografia, aí ela iria se ausentar, advinha quem? A secretária que era irmã da professora [inaudível]. Eu era policial na época, vestia farda e abordei ela e pronto, aí falei para ela que fazia geografia, “tu vai

substituir a minha irmã, lá no Graça Aranha”. A minha mulher quase me bate! - “tu não sabe nada, tu vai dar aula para o 2º grau, tu terminou o 2º grau agora”, eu tive que ir, fui exaltar, quem não sabe se prepara né, e eu consegui fazer muita coisa no Graça Aranha em um ano e seis meses, disciplinei turma que não tinha disciplina, que eu ia fardado né, eu saía do [inaudível] e ia trabalhar a tarde, saía da noite e ia trabalhar fardado [...] eu era policial militar [...] eu sou afastado (Domingues, Divaldo. Entrevista concedida em: 11 de dezembro de 2024).

O relato do professor reflete uma prática comum na educação básica maranhense, a adoção de um professor substituto que é contratado não pela secretaria de educação, mas pelo próprio professor titular. Tal prática aponta a presença de relações profissionais marcadas pela informalidade, caracterizando assim um aspecto de precarização da carreira docente, pois nesse cenário, o professor inicia sua jornada sem um vínculo empregatício formal.

Iniciar a carreira docente substituindo algum colega ou por meio de contrato temporário é uma situação bastante comum até mesmo entre os professores mais jovens. Nesse sentido, o professor Wilson Mauro, retrata o início de sua jornada docente.

Eu comecei na cidade de Castanhal, no Pará, minha cidade natal, aí eu comecei lá no estado, contrato. Formei e peguei um contrato, na época não tinha seletivo, era só um contrato, trabalhei seis anos de contrato no estado, até fazer o concurso para Imperatriz, no estado do Maranhão (Mauro, Wilson. Entrevista concedida em: 11 de dezembro de 2024).

Essa trajetória de substituição precária, contrato temporário e aprovação em concurso público, tem se mostrado uma dinâmica recorrente entre os docentes maranhenses, desde os mais antigos na carreira até aqueles que ingressaram há pouco tempo. A entrevistada 4, denota o longo caminho que percorreu no magistério, iniciando sua carreira aos 17 anos, quando perguntada sobre o começo de sua trajetória pontua que:

Ih, tem que dizer né... Comecei com meus 17 anos, eu trabalhei naquele sistema do ABC que a gente cortava né... Posso explicar?... e perguntava: que letra é essa? Te lembra? (perguntando a entrevistadora), tu “viu” falar, é eu sou desse tempo, o sistema era esse, depois foi melhorando e o sistema já foi diferente, foi para o sistema copiar, depois foi melhorando e nós já fomos para o sistema mais atualizado, que é do data show, tá [...] eu fiz um teste e passei, de matemática, eu era muito boa de matemática e português, aí me colocaram, minha prima me colocou [...] foi, eu entrei direto na prefeitura de Pedreiras, Maranhão. (Entrevistada 4. Entrevista concedida em: 11 de dezembro de 2024).

As narrativas de professores mais experientes relatam que eles foram incorporados aos sistemas de ensino baseados em suas habilidades nas disciplinas ou pela indicação de algum agente público. Não havia preocupação com formação acadêmica, não existia certames com abrangência que existe atualmente, provavelmente, em função disso, muitos deles tenham

iniciado suas carreiras muito jovens nas prefeituras das cidades em que residiam, como denota o relato da entrevistada 4.

Mesmo entre os professores mais jovens, ainda é comum iniciar a carreira através de contratos temporários, pois são menos trabalhosos e onerosos para os governos. Realizar um concurso público demanda tempo, recursos financeiros e planejamento administrativo, além dessas dimensões, manter um servidor efetivo, do ponto de vista da gestão pública, é oneroso e manter um servidor contratado temporariamente é menos trabalhoso e menos custoso para as administrações.

No que se refere a vínculos institucionais, a maioria argumentou que possui vínculo com a rede estadual e as redes municipais, tanto de Imperatriz como das cidades do entorno. Esse vínculo com duas redes ou mais, reflete a forma de contratação do estado nas décadas de 1980 e 1990, em que tanto o estado como os municípios faziam concurso para contemplar vinte horas de carga horária semanal, nesse ponto, os docentes faziam concursos para outra rede para completar mais vinte horas.

No último concurso da rede estadual do Maranhão, que ocorreu em 2015, a oferta de vagas já era para uma carga horária de quarenta horas semanais, então, essa característica de possuir vínculo empregatício com mais de uma rede de ensino é bem mais frequente entre os professores que ingressaram na rede nos anos 1980, 1990 e início dos anos 2000. Já os professores que ingressaram no último certame, tendem a concentrar sua atuação em uma única rede de ensino.

Possuir diversos vínculos trabalhistas denota uma situação de precariedade financeira em que grande parte do corpo docente maranhense está inserido. Pois o salário referente a 20 horas semanais, comumente não é suficiente para o sustento do professor e sua família, que precisa ampliar sua jornada de trabalho. Além da dimensão financeira, essa situação denota precariedade nas condições que são estabelecidas a esse professor, na região em que o estudo foi realizado, Região Tocantina, é bastante comum que professores trabalhem no estado do Maranhão e no estado do Tocantins, percorrendo grandes distancias para cumprir o exercício de sua função, demandando um esforço e cansaço extremo nesses profissionais.

No tocante às disciplinas que ministram, os professores entrevistados demonstraram ser “polivalentes”, ministrando as mais diversas disciplinas. Conforme o relato de uma professora aposentada, a prática de ministrar qualquer disciplina, independentemente de sua formação, era bem comum no passado.

Trabalhei, eu era polivalente, trabalhei até português... Geografia, história, trabalhei várias disciplinas, trabalhei até estudos sociais [inaudível], aquela que tinha... não me lembro mais o nome, OAB não sei como é que é, organização de “não sei o quê”

social, tinha essa disciplina, como era meu Deus? Tinha os países “tudim” da América Latina (Entrevistada 4⁶⁷. Entrevista realizada em: 11 de dezembro de 2024).

A professora Lucimary Oliveira de Araújo Sousa expressa uma situação semelhante a interlocutora anterior, quando questionada sobre as disciplinas que trabalhava, afirmou ministrar um grande rol de disciplinas.

Geografia, eu já trabalhei geografia, história, sociologia, filosofia. E antes eu trabalhava até português, eu trabalhava com fundamental menor né [...] É trabalhava tudo, aliás no Santa Rita quando eu fiquei lá um tempo, eu trabalhava português até a sexta série, naquele tempo tinha quinta série, sexta série, pois é, eu trabalhava português, sempre gostei de português, trabalhava... só não pegava do sétimo para cima, mas até o sexto eu me garantia, só não pegava matemática só até a quarta série (Sousa, Lucimary Oliveira de Araújo. Entrevista concedida em: 11 de dezembro de 2024).

Há alguns anos o repertório do professor deveria ser muito amplo, porque grande parte dos docentes iniciavam sua jornada em meio escolar no ensino fundamental menor, quando um único professor, às vezes com a ajuda de um professor auxiliar, fica responsável por ministrar todas as matérias do currículo. Com a ampliação e consolidação do ensino fundamental maior e do ensino médio, bem como a exigência de formação específica para o exercício da docência, observou-se que os professores gradativamente foram sendo lotados de acordo com as suas disciplinas de formação. Ainda assim, o desvio de função permanece no cotidiano escolar, em menor abrangência que no passado. Esse movimento, revela avanços importantes na rede de ensino, mas também evidencia a permanência de problemas relacionados à valorização profissional e as condições de trabalho as quais os docentes da rede pública de ensino maranhense estão submetidos.

Em relação aos níveis de ensino trabalhados, grande parte dos professores já trabalhou em todos os níveis, com exceção de três professores que afirmaram nunca ter trabalhado no ensino superior. A priori, as redes estaduais de ensino são obrigadas a ofertar o ensino médio, se houver recursos excedentes, podem ofertar o ensino fundamental e superior.

A questão que envolve a dinâmica de trabalhar em diversos níveis de ensino está geralmente atrelada à dimensão financeira do professor que precisa trabalhar muitas vezes até no período de férias para complementar a renda, como evidencia o relato do docente Divaldo

⁶⁷ A professora em questão é uma senhora já aposentada, muito simpática e solícita, mas que por algum motivo não se sentiu confortável em fornecer seu nome para a pesquisa. A entrevista foi realizada em um ambiente externo do sindicato, com a presença de outros professores e membros do sindicato, embora a pesquisadora oferecesse uma sala para que a entrevista fosse realizada, a entrevistada preferiu que a entrevista ocorresse ali mesmo onde já estávamos.

Domingues, que afirma trabalhar em todos os níveis de ensino e que durante as férias escolares viaja até a cidade de Balsas-MA para trabalhar na UEMA.

Assim como o professor Divaldo Domingues, a entrevistada 4, afirmou, em entrevista, que atuava os três turnos e ressaltou “não era tudo no estado, não. Era município, particular e estado”. O trabalho em mais de um turno, muitas vezes em mais de uma rede de ensino, corrobora para a perspectiva de precarização em que o trabalho docente está inserido, pois trabalhar em múltiplos turnos não se refere a uma escolha profissional, mas sim a uma necessidade.

3.5.1 A experiência de sindicalização docente: motivações, engajamento e críticas à atuação sindical

Atrelando a vivência docente à experiência sindical, os entrevistados possuem vínculo com o Sinproesemma há bastante tempo, sendo que o professor que possui menos tempo de sindicalização está vinculado ao sindicato há quatorze anos e a que possui mais tempo de sindicalização está no sindicato há quarenta e sete anos, antes mesmo do Sinproesemma existir, quando a instituição trabalhista era uma associação, a Associação de Professores do Estado do Maranhão - APEMA.

Quando questionados sobre o que os motivaram a se sindicalizar, foram praticamente unânimes em afirmar que era pela luta por seus direitos. A professora Lucimary Olivera de Araújo Sousa, fez até uma correlação entre a sindicalização do Sinproesemma com a sindicalização do STEEL.

Porque eu sempre acreditei na... que a gente só consegue, se for lutando e organizado e principalmente sindicalizado né, para poder ter força, contribuir com a entidade, entidade sem contribuição não tem força, aí eu sempre acreditei. Comecei na luta sindical foi lá no STEEL (Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino em Imperatriz), assim que eu cheguei aqui, que eu peguei o contrato e a gente passava três meses sem receber, no tempo do Salvador Rodrigues, que era... aliás era Renato Moreira e depois mataram ele e ficou o Salvador né, a gente passava, ainda na época do Renato era de três meses sem receber, aí tinha que ir para a luta mesmo e desde esse tempo que eu sempre acreditei na luta, que se a gente não se organizasse, a gente não conseguiria nossos direitos né (Sousa, Lucimary Oliveira de Araújo. Entrevista concedida em: 11 de dezembro de 2024).

A vida de sacrifícios que o professor levava num passado recente, com salários atrasados, baixíssima valorização, escassa progressão na carreira e pouca perspectiva futura, pode ter potencializado o sentimento de luta entre a classe. Embora o cenário laboral na

educação ainda não se apresenta de maneira adequada, comparativamente com a situação da categoria docente nos anos 1980 e 1990, o cenário atual se apresenta bem menos catastrófico.

Atualmente os salários são pagos em dia, às vezes são antecipados em relação ao previsto no calendário de pagamento anual, as condições das escolas, embora ainda precisem melhorar, avançaram bastante nos últimos anos, praticamente todas as escolas das zonas urbanas são climatizadas. Os professores da rede estadual recebem a GAM, Gratificação de Auxílio de Magistério, e um auxílio alimentação no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais). Esses avanços podem ter enfraquecido a mobilização docente e o engajamento para novas filiações, afinal, em uma situação mais confortável não haveria motivos aparentes para revolta e inquietações docentes.

Em relação à participação nas ações do Sinproesemma, todos os interlocutores argumentaram que participam, principalmente quando há comemorações, assembleias, greves, paralisações e reuniões. O posicionamento combativo de uma professora chamou atenção:

Aqui em Imperatriz? [...] Sim [...] a luta sindical, ela está e a gente puxa também, porque como eu sou professora de luta, puxo pela federação que eu sou presidente, puxo pelo movimento do COTEMACS⁶⁸, junto com eles aqui a gente briga, buscando melhoria tanto das perdas e melhoria salarial, a gente participa com eles e participa sem eles, ainda tem isso, eu participo pela federação nossa e com esse movimento de oposição sindical em São Luís (Reis, Euramir. Entrevista concedida dia 26 de fevereiro de 2025).

Em relação a participação específica nas greves, o professor Raimundo Nonato, argumenta:

[...] todas eu participei, todas, a greve de dois mil e vinte três teve uma greve, inclusive o sindicato queria acabar e nós lutamos para não acabar a greve, esse foi o grande desafio. Nós estávamos com 5,5%, botaram 5,5% e houve assembleia aqui, aí eu vou em casa, eu estava operado, aí uma menina me ligou, uma professora aqui “estão querendo acabar a greve aqui com 5,5%”, e eu cheguei de última, nós conseguimos barrar para não conseguir acabar, aí barrou, aí o governo botou oito [inaudível] marcaram uma assembleia lá na URE, cheguei lá queriam acabar de novo, que era aquele Sandro Ricardo, cheguei lá eles estavam querendo acabar, conseguimos barrar para não acabar (Nonato, Raimundo. Entrevista concedida em: 26 de fevereiro de 2025).

O relato de ambos os professores denota combatividade, são professores atuantes na luta sindical, embora não possuam cargos no Sinproesemma. São professores ainda ativos, mas que já possuem uma certa idade, são oriundos de um período em que a sindicalização era quase

⁶⁸ Coletivo Trabalhadores e Trabalhadoras em Educação Pública do Maranhão no Campo Sindical.

compulsória, participavam de todas as ações para não ficarem alheios aos processos que competem a sua categoria.

Quando questionados se enxergam diferenças nas ações do sindicato de antigamente às ações atuais, três professores argumentaram que não veem diferença, os demais teceram respostas relacionadas à falta de empenho do sindicato atualmente e até mesmo o pequeno engajamento dos professores mais jovens, como relata a professora Lucimary Oliveira de Araújo Sousa.

Se eu vejo diferença, vejo. Porque antes, assim, tem diferença positiva antes e tem hoje negativa também né. Primeiramente, por quê? Porque hoje a gente vê que os novos profissionais que estão chegando, eles não tem assim uma preparação de luta, eles acham que o que nós ganhamos e que agora está tudo bem e que muitos, nem sindicalizar, não sindicaliza. Tem alguns que não acreditam, que organizados a gente pode vencer, essas dificuldades, então há essa diferença. E antes, acho que a gente vivia uma vida tão sofrida, que a gente não tinha outro meio, era se organizar logo, era sindicalizar, era muito mais fácil sindicalizar antes do que hoje [...] Reduziu, foi as melhores condições que nós lutamos lá no passado, nós ganhamos, pressionamos esses governos, porque...nenhum governo por melhor intenção que ele tenha, quando ele chega no poder, parece que tem alguma coisa que termina desviando aquele foco, que eles trazem naquela euforia toda né, de fazer o governo, de quando chegar lá que vai fazer tudo do bom e do melhor e termina alguma coisa passando a frente e parece que barra aquilo ali, aquela pretensão que eles tem de fazer né, um governo bom. Então, isso eu vejo que dificulta hoje a visão dos novos profissionais que estão chegando no mercado, porque ele que saber, ele “tá” com o dinheirinho dele, é pagamento em dia, antecipado, às vezes antecipa três dias, cinco, até mais pode antecipar, aí não se eu “tô” com meu dinheiro, para que eu vou “tá” me sindicalizando, tem uns que tem assim, não querem dispor do dinheiro ali né, vamos supor de cinquenta reais, de um valor x para aquela entidade. Por quê? porque também às vezes fica a desejar algumas administrações sindicais que terminam também não fazendo o seu papel verdadeiro que é ser fiel com a classe, e com a toda a legalidade né, com as leis sindicais ou com o mandato dele, que ali tem as normas, ele chega ali é para ter o mandato, que ele possa ter aquele diálogo claro com a classe, não esconder nada, tudo que for fazer que seja às claras, que não seja nada escondido e nem que tenha a pretensão própria. A pretensão de uma pessoa que representa uma classe é chegar para lutar junto e tudo tem que ser no diálogo e bem claro com todo mundo, sem ter nenhuma coisa particular, tem que ser em comum, eu acredito que luta de um dirigente para com uma classe tem que ser assim, tem que ser bem transparente, nada de querer ter benefício próprio, tirar vantagem em cima da classe, isso aí não tem como aceitar né, então isso também é o que às vezes provoca nesse novo momento né, os profissionais às vezes a não aderir, a se sindicalizar, tem isso também, não sindicalizar e não dispor do salário que já tem pagando uma filiação né, numa entidade (Sousa, Lucimary Oliveira de Araújo. Entrevista concedida em: 11 de dezembro de 2024).

O longo relato da professora Lucimary Oliveira de Araújo Sousa atrela as dimensões sobre a atuação do sindicato no passado e atualmente, acentua em sua fala como o engajamento sindical mudou ao longo dos anos e tece uma crítica aos docentes que ingressaram na rede no último concurso público. Lucimary retrata que com o avanço na melhoria das condições laborais, muitos docentes ficaram acomodados com a luta sindical, pontua ainda que a baixa

adesão de novos profissionais ao sindicato pode estar atrelada também a falta de transparência de algumas gestões.

A baixa adesão ao Sinproesemma por parte de professores que ingressaram na rede através do último concurso, que ocorreu em 2015, se deve ao fato dos salários não atrasarem tal como ocorria em décadas anteriores. A potencial falta de engajamento dos docentes mais jovens, pode também, na perspectiva da professora, ser fruto da falta de formação sindical, em que os professores observam as condições de salário e trabalho e não se incomodam, no passado, as privações docentes eram maiores e fomentavam uma sindicalização de caráter quase compulsório.

Nesse momento um contraponto é evidenciado, se no passado os professores se filiavam ao Sinproesemma porque as condições materiais e laborais não eram adequadas, no cenário atual, onde muitas demandas foram alcançadas o engajamento diminuiu. Vale salientar, o sindicato tem se mostrado necessário em momentos de crise, em situações de calmaria e avanços para a categoria, no olhar dos novos docentes, o sindicato perde sua centralidade imediata.

Em relação às ações que o sindicato deveria desenvolver nas cidades, grande parte dos interlocutores argumentou que o Sinproesemma deveria atuar mais na formação sindical do professor e lutar mais pelos direitos, respostas de caráter generalista. A única professora que foi mais específica focou na saúde do trabalhador.

As atividades? Sim eu vejo que... sinceramente eu...eu vejo assim, por exemplo, nós temos uma policlínica bem aí que eles deveriam se empenhar mais em relação a isso, buscar mais [...] fazer uma parceria e cobrar mais, ter mais cobrança em relação, porque a gente paga e não tem assim praticamente retorno, em relação a isso na área da saúde (Gomes, Naelza da Silva. Entrevista concedida em: 11 de dezembro de 2024).

A policlínica à qual a professora faz referência é um prédio localizado no bairro Três Poderes com várias especialidades médicas, que o governo do estado já até manteve um convênio através do FUBEM (Fundo de Benefícios dos Servidores do Estado do Maranhão), mas o sindicato em relação à assistência à saúde de seus filiados permanece incólume. A ausência de políticas públicas voltadas à saúde indica limites na atuação sindical, que na perspectiva da interlocutora, não deve ser voltada apenas para a pauta salarial.

A respeito das ações do Sinproesemma nas cidades, o professor Cecílio argumentou que poderia melhorar as condições de trabalho docente. Já a professora Lucimary Oliveira de Araújo Sousa pontua que o sindicato se engaje com todos os movimentos o ano todo, não se prender somente a datas comemorativas e voltar o olhar para a união.

Trazendo para a discussão a perspectiva da comunicação entre Sinproesemma e seus filiados, a maioria dos interlocutores argumentou que ficam sabendo das ações do sindicato através das redes sociais, principalmente, grupos de *WhatsApp*. Duas respostas chamam atenção pela divergência de posicionamento, enquanto um argumenta que além das redes sociais o professor deve se deslocar e comparecer presencialmente ao sindicato, outro interlocutor reclama de acesso e até mesmo uma forma de censura quanto aos seus posicionamentos.

Segundo uma professora que preferiu não fornecer seu nome, a comunicação com o sindicato se desenvolve:

Pelos meios de comunicação e por vir no sindicato, porque não só o sindicato ele comove os professores pelos meios de comunicação, pelas redes sociais, mas também o professor tem que ter, tem que vir na sede também, não é só esperar o Sinproesemma lutar, ficar correndo atrás “pra” tá passando as informações não, tem que vir na sede também, tem que se informar também. [...] Redes sociais, televisão, que hoje o auge dos meios de comunicação são as redes sociais né (Entrevistada 5. Entrevista concedida em: 11 de dezembro de 2024).

A entrevistada 5 revela um incômodo com o comodismo de alguns pares de sua categoria, embora ela reconheça que as redes sociais tenham um papel importante para a comunicação, reforça que para saber as demandas da profissão, o professor deve se deslocar até a regional do Sinproesemma.

Divergindo desse posicionamento, o professor Raimundo Nonato expressa sobre a questão:

Redes sociais só não acompanho porque o único grupo que eu quis provar... o sindicato não tem [...] *Whatsapp*, não tem um grupo oficial do *Whatsapp*, e o único que eu entrei, que participava de tudo, eles me tiraram (risos), que era o estadual deles, eles criaram e eles me tiraram. Porque quando eu fui candidato aqui, a minha proposta foi essa, que eu coloquei, quando fui candidato a vice, de criar o grupo de *Whatsapp*, eu sempre defendi essa ideia, de criar um grupo de *Whatsapp* oficial do sindicato, e não criaram [...] da regional. Por que é um meio de comunicação moderno, eu defendi na época, fui até criticado aqui pelo Carlos Lee, na época aqui que era do governo, a minha defesa era, criar um grupo de *Whatsapp* e Telegram oficial do sindicato e não da pessoa do... não do representante ou de alguém participante, né, e isso não foi criado, então a gente não tem meio de comunicação aqui em Imperatriz, a estadual tem comunicação oficial, a gente não tem, o que é uma vergonha, você não ter um meio de comunicação oficial, a única coisa que tem acho que é o telefone aqui, não sei... (Silva, Raimundo Nonato Batista da. Entrevista concedida em: 26 de fevereiro de 2025).

O docente entrevistado denota revolta com a forma de censura em que os dirigentes do Sinproesemma o tratam. Sua inquietude se dá pelo fato de o sindicato não possuir um *WhatsApp* oficial para a Regional de Imperatriz, embora reconheça que a rede social é um caminho, como ele mesmo pontua “moderno”, se ressentido da exclusão pela qual passou, enxergando sua retirada dos grupos como uma forma de repressão sindical.

3.5.2 A contribuição sindical como centro de divergências entre docentes e gestões sindicais

Adentrando na perspectiva da contribuição sindical e a manutenção do vínculo dos professores com o Sinproesemma, os docentes pontuaram que, embora não haja mais a obrigatoriedade do pagamento da contribuição sindical eles permanecem sindicalizados para buscar seus direitos, para ter forças para lutar e poder ter de quem cobrar. Argumentaram ainda que o sindicato possui necessidades financeiras e que possuem esperança de que um dia o sindicato e suas situações fiquem melhor.

Dialogando com a situação retratada, a fala do professor Divaldo Domingues denota os motivos para a permanência no sindicato.

A luta, porque justamente por não ter essa sindicalização, essa... retorno para o sindicato, os sindicatos tinham como lutar. Hoje para a gente fazer uma greve precisa vir dinheiro, às vezes você tem de dar uma cesta básica para professor que não está ganhando, porque corta salário, então você tem que ajudar a manter e os sindicatos tinham esse poder para isso, segurar dois meses, três, porque tinha dinheiro. Hoje a gente não tem verba e não tem o que? Sindicalizados. Aí desmotiva tanto o próprio sindicato porque não recebe apoio da geral para manter essa greve, qual a greve nossa? De advertência, 24 horas, 48 horas, porque a gente não tem verba suficiente para atender à demanda, infelizmente o sindicato hoje está atado (Domingues, Divaldo. Entrevista concedida em: 11 de dezembro de 2024).

Seguindo a mesma perspectiva de pensamento que o professor Divaldo, a entrevistada 5 pontua sobre as necessidades financeiras que o sindicato possui e como ela enxerga seu vínculo com a instituição.

O que me motiva... é que é muito interessante, é interessante eu fazer isso, eu tenho que ter esse vínculo com meu sindicato, e além do mais, o sindicato, ele tem as necessidades financeiras e quando a gente é sindicalizado a gente contribui lá com aquela taxa para ajudar na manutenção do sindicato, o sindicato tem essa necessidade de ter essa manutenção (Entrevistada 5. Entrevista concedida em: 11 de dezembro de 2024).

Observa-se com as falas dos interlocutores que eles veem na figura do sindicato uma instituição que necessita de recursos e que como é uma entidade de representação docente, compete aos docentes a manutenção financeira da instituição. É necessário ressaltar que essa visão de assistência ao sindicato é muito mais comum em professores mais antigos, os docentes mais jovens tendem a enxergar o sindicato como uma instituição para concentrar recursos e não para socializar benefícios para a categoria.

Partindo especificamente para a questão do retorno da obrigatoriedade da contribuição sindical, os pensamentos divergem, como expressos nos posicionamentos dos professores Raimundo Nonato e Euramir Reis.

O professor Raimundo Nonato se mostrou avesso à ideia do retorno da contribuição sindical obrigatória e seu pensamento expressa que:

Não, não acho importante a obrigatória. [...] sou contrário qualquer ação sua sendo forçado, para mim não é democracia e nem forma ninguém, eu sou contrário, inclusive, a CUT traz isso desde trinta anos atrás, a CUT é contra no Brasil todo, agora que como quebrou os sindicatos eles querem voltar, porque sentiram, porque para mim obrigatório nada dá certo, acho que tem que ser... eu pago porque eu quero, inclusive fiz campanha para ninguém desfiliar de Imperatriz, fiz campanha, o pessoal não... aí eles me agradeceram agora, muita gente está na campanha agora porque conseguiram não desfiliar, mas a obrigatória e o imposto sindical eu sou contra, qualquer imposição eu sou contra, com o trabalhador, acho que a formação tem que ser... se você forma o trabalhador, essa contribuição tem que ser [inaudível] obrigatória não (Silva, Raimundo Nonato Batista da. Entrevista concedida em: 26 de fevereiro de 2025).

Já a professora Euramir Reis argumenta que os sindicatos possuem despesas que não poderão ser supridas apenas com as mensalidades dos afiliados do sindicato. Nesse sentido a professora argumenta que:

Acho importante porque precisa, se o professor quer uma festa como é que ele vai fazer uma festa se o sindicato só tem a mensalidade associativa, ele quer uma recreação, como é que ele vai ter uma recreação, ele quer ir para um balneário, ele quer curtir, o sindicato precisa pagar advogado, que é o jurídico, é para ele ter uma manutenção dentro do sindicato ou como sindicalista, eu acho que é necessário ter essa contribuição, porque quando ele vai para um acordo coletivo de trabalho ou uma convenção coletiva de trabalho, que ele vai discutir o reajuste, eles discutem muito, muitos, às vezes, chegam de um, dois, três meses acirradamente e às vezes chega numa greve, na greve eles vão gastar muito, num período paredista com despesas, com aquele grupo que está ali parado né. Então, acho que é importante essa contribuição, sim, para o sindicato ter a sua mantença e desenvolver as atividades (Reis, Euramir. Entrevista concedida dia 26 de fevereiro de 2025).

As falas destoantes dos docentes têm um ponto em comum, a gestão dos recursos financeiros do sindicato. Enquanto há professores que argumentam sobre a má gestão e que os recursos devem ser pagos mediante a consciência do trabalhador, há o contraponto, de professores que acreditam que só a mensalidade dos associados não é suficiente para a manutenção da instituição. O fato é que a contribuição compulsória foi extinta e os sindicatos têm que se organizar com os recursos da contribuição de seus filiados. Apontar a demanda que um sindicato possui não é suficiente para engajar filiados, é necessário demonstrar proposições que efetivamente tragam benefícios à categoria.

Quanto à aplicação dos valores arrecadados pelo Sinproesemma e a transparência dessa aplicação, as respostas caminharam para um fluxo em comum, que, nos núcleos, não se acredita haver desvios, mas enxergam com desconfiança a gestão da direção estadual. É válido ressaltar que os recursos arrecadados são direcionados para a sede em São Luís e posteriormente repassados aos núcleos. Em uma conversa com um dos dirigentes da regional do Sinproesemma em Imperatriz, foi relatado, através de um diálogo informal durante o trabalho de campo, que os núcleos recebem apenas três mil reais por mês da sede para custear todas as despesas, incluindo salário de funcionários.

Em relação ao direcionamento dos recursos arrecadados, a professora Euramir Reis tem o seguinte posicionamento:

É, eu vejo assim, se tem núcleos do Sinproesemma, esse recurso tem de ser aplicado nos núcleos devidamente de acordo com a quantidade de sócios que tem, certo. Não ele botar uma sede alta e o município que tem poucos sócios e deixar os que tem muitos sócios desassistidos, como acontece em Imperatriz. Ele pega um núcleo que tem cem filiados e faz uma área de lazer enorme com o dinheiro daqui, diria mais ou menos assim, ou de outros municípios que tem muitos sócios, então tem que ser aplicado [...] é tem que ser equilibrado, tem que ter equilíbrio, de acordo com a arrecadação de cada município tem que ser sua a aplicação, eu não diria nem proporcional, é de acordo com a receita de cada município que tem que ser atendido, que tem que ser construído alguma coisa ou melhorias ou sedes ou núcleo de sede, porque tem que ter assistência, tem que organizar, aqui mesmo está com esse problema aqui, é passando a receita vai ter que ajeitar esse forro, é... se tiver que suspender, ou fazer uma cobertura aí, na hora que for fazer uma assembleia, está tudo sem cobertura, alguma coisa, eu acho que tem que aplicar na melhoria do atendimento dos seus sócios, é isso que tem que ser a receita, não pode ser para colocar em grupos, pessoas que estão lá para querer se beneficiar, tem que ser aplicado em melhorias das sedes e nos eventos no movimento do sindicato, para que os seus sócios possam ter, é...receber né, receber o retorno, ter o retorno da sua contribuição para o sindicato (Reis, Euramir. Entrevista concedida dia 26 de fevereiro de 2025).

A regional do Sinproesemma em Imperatriz conta atualmente com cerca de 700 (setecentos) filiados, o maior número de filiados entre as regionais, ficando atrás apenas de São Luís, que é a sede do sindicato. Seguindo a lógica de argumentação da professora Euramir, a regional de Imperatriz deveria receber mais recursos, tendo em vista que em função do número de sindicalizados, arrecada mais que as demais regionais do sindicato no estado.

3.5.3 Gestão sindical e gestão governamental: tensões, alinhamentos e controvérsias na atuação do Sinproesemma

Adentrando na relação entre gestão sindical e gestão governamental, com base nas respostas dos interlocutores será demonstrado que esse arranjo é complexo, mudando de acordo com as gestões. Dos dez entrevistados, todos pontuaram que em algum momento o

Sinproesemma foi mais alinhado ao governo do estado, entretanto, em algumas gestões o sindicato se mostrava mais combativo. Sobre a gestão de maior conflito entre estado e sindicato, a professora Naelza da Silva Gomes pontua que:

Eu acho que no governo da Roseana [...] teve mais conflito e ao mesmo tempo né, teve mais resultado nas nossas greves que nós fizemos, mas os outros era só apadrinhamento e ficava por isso mesmo (Gomes, Naelza da Silva. Entrevista concedida em: 11 de dezembro de 2024).

As gestões de Roseana Sarney, principalmente, aquelas da década de 1990 foram marcadas por diversas paralisações e greves docentes. Os professores faziam enormes passeatas, fechavam a BR-010 e passavam meses reivindicando, alguns sofriam cortes em seus pontos, mas não recuavam. Situações como essas marcam a memória da sociedade e principalmente do alunado da época, que ficava meses sem aula e quando estas retornavam, parte da carga horária tinha que ser repostada aos sábados.

Nem sempre o Sinproesemma adotou uma postura combativa, a postura do sindicato se mostrava fluida, a depender de quem estivesse a frente do governo do estado. O professor Wilson Mauro, pontuou em quais gestões o sindicato foi mais combativo e em quais foi mais “pelego”.

Assim quando era a Roseana o sindicato era assim mais ativo, ele cobrava muito, a gente via muita gente participando da greve, do movimento. Acho que depois que o Flávio Dino entrou deu uma diminuída. [...] Acho porque muito dos sindicalizados eram filiados ao partido do Flávio Dino, é por isso que acomodou um pouco. [...] Houve um conflito como falei, no tempo da Roseana houve né, embate, mas depois que o Flávio Dino entrou acho que se alinharam e o sindicato perdeu força e não cobrou mais, não teve a mesma vontade como era anteriormente com a Roseana (Santos, Wilson Mauro Cavalcante dos. Entrevista concedida em 11 de dezembro de 2024).

No mesmo sentido o professor Antônio Gomes pontua que as gestões “sempre foi de atrito, sempre foi uma briga de gato e rato ai né [...] É nas últimas... nos últimos, nos dois mandatos do Oliveira foi conivente com as ações do governo né, ao invés de defender a classe, agiu é sem consultar a categoria” (Silva, Antônio Gomes da. Entrevista concedida em 26 de fevereiro de 2025). A gestão de Raimundo de Oliveira, atual presidente do Sinproesemma, foi apontada por muitos interlocutores como a mais alinhada ao governo, principalmente com a gestão governamental de Flávio Dino.

Analisando a controversa atuação do Sinproesemma em relação aos precatórios do FUNDEF, que contemplou professores que atuaram na rede estadual maranhense de mil novecentos e noventa e oito até dois mil e seis, dos dez (10) interlocutores, três (03) argumentaram que o Sinproesemma agiu e fez o seu papel como sindicato, um interlocutor

argumentou que não possui conhecimento da questão, pois não foi contemplado, os demais avaliam negativamente a atuação do sindicato em relação a essa questão. Como se trata de um recurso que estava “travado” há alguns anos a contemplação causou grande alegria entre os envolvidos, mas o desconto de 15% para pagamento de honorários advocatícios deixa a situação mais conflituosa e os ânimos exaltados, como no relato da professora Naelza da Silva Gomes quando questionada como avaliava a atuação do Sinproesemma sobre essa questão, “Omisso. ‘Mermã’ eu vou te falar, isso aí foi o fim viu, foi uma covardia muito grande o que eles fizeram bem aí com os professores. entregando nós de bandeja assim mesmo, roubando na maior cara de pau mesmo” (Gomes, Naelza da Silva. Entrevista concedida em 11 de dezembro de 2024).

Seguindo a mesma linha de raciocínio da professora Naelza, o professor Raimundo Nonato é mais explícito em demonstrar sua insatisfação sobre a questão, argumentando que:

Conheço... (quando perguntado se conhece o FUNDEF) Ah, vergonhosa! Aqui em Imperatriz a primeira assembleia que teve dos precatórios em Imperatriz, inclusive, eu critico eles porque foi na UEMA, estava lotada a UEMA e eles não abriram a boca, quem convocou a assembleia? Eles aqui em Imperatriz, reservaram a UEMA, quer dizer... está ajudando a... está ou não está ajudando? Se eu faço o lugar do matadouro, reservo lá eu estou ajudando, na hora não abriram a boca e nem tem advogado aqui. Quando vieram é... advogado de Fortaleza, de Brasília, de avião que eles vieram, quando tinha cento e cinquenta e poucas pessoas, quando eu fui falar, eles queriam me bater e os advogados, eles calaram, ficou vinte e seis pessoas só que ficou na assembleia depois que eu terminei, eu falei que era roubo, era assalto, porque o FUNDEB é um... a destinação dele é administrativa, não é pela justiça, isso na assembleia que eles fizeram aqui, o que aconteceu? Eu falei, os advogados queriam me bater, só vinte e seis pessoas assinaram e eles mudaram, o Raimundo Oliveira mudou a... quando ele veio era para ser individual a assinatura do contrato, como ele perdeu, e foi eu que falei e eles ficaram calados, aí mudaram para ser assembleia, mas era individual. Mas é um roubo, é um assalto a direção do sindicato é sobre o FUNDEB, e não negocio! (Silva, Raimundo Nonato Batista da. Entrevista concedida em: 26 de fevereiro de 2025).

Os professores são unânimes em questionar o desconto de 15% sobre os valores a ser recebido, atualmente o desconto dos 15% para pagamento de honorários advocatícios está bloqueado⁶⁹, o que causa inquietação nos docentes maranhenses que não sabem qual valor será recebido e se esses valores serão pagos contemplando todo o valor que lhes são devido.

3.5.4 O que esperam os docentes do sindicato: demandas por saúde e representatividade

Quando questionados sobre o que o Sinproesemma pode fazer para melhorar a vida dos docentes na cidade em que residem, os professores argumentaram que o sindicato deveria,

⁶⁹ STF bloqueia parte dos precatórios devidos a união à educação do MA. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2024-mai-06/stf-bloqueia-parte-de-precatorio-devido-pela-uniao-a-educacao-do-estado-do-maranhao/>. Acesso em: 22 de mar.2025

prioritariamente, financiar uma pós-graduação, ampliar a assessoria jurídica, intervir na questão dos sábados letivos, verificar a quantidade de alunos por sala e denunciar o desvio de disciplina. Além dos tópicos relacionados a trabalho e formação, os professores pontuaram sobre a ausência de políticas voltadas para o lazer instrumentalizadas pelo sindicato.

A fala do professor Wilson Mauro potencializa essas ideias, quando argumenta que:

Pode melhorar... deixa eu ver aqui... quer que o sindicato pode fazer para melhorar?... tenho muita ideia não [...] é a questão da assessoria jurídica é importante, é sobre a questão dos sábados letivos, porque lá os diretores lá fazem, por exemplo, calendário e colocam sábado letivo [...] e acaba do professor [...] sendo sobrecarregado, então acho que deveria agir dessa forma para melhorar essa questão aí, a sobrecarga do professor (Mauro, Wilson. Entrevista concedida em: 11 de dezembro de 2024).

Quando o docente fala “porque os diretores lá”, ele está fazendo referência a sua cidade de residência, Ribeirãozinho-MA, argumentando que naquele município os gestores extrapolam a carga horária dos professores colocando atividades aos sábados. É interessante pontuar que esse tipo de prática não se restringe apenas ao município citado, mas praticamente a toda rede estadual de ensino no Maranhão. Cabe reconhecer que a carga de trabalho dos professores da rede estadual maranhense se refere a 20 ou 40 horas semanais, não contemplando atividades aos sábados.

Além da dimensão do trabalho, os docentes apontaram a ausência de políticas de lazer. O lazer é uma dimensão muito importante na vida do trabalhador, além de ser um direito social, o sindicato como instituição representativa dos trabalhadores, deveria voltar o olhar para essa pauta com mais atenção. A entrevistada 5 destaca em sua fala a necessidade de uma sede social em Imperatriz.

A questão de lazer é? [...] Deixa eu ver a minha proposta. A gente deveria ter uma sede de lazer [...] social para os professores. [...] É que você falou a vida do professor... Em termos de... busca de direitos é isso que você quer dizer ou não? [...] É que eu entendi assim para melhorar a vida do professor eu lembrei primeiramente da questão de lazer né, tem a questão da sede social... (Entrevistada 5. Entrevista concedida em: 11 de dezembro de 2024).

A ausência de uma sede social na cidade de Imperatriz é uma das grandes angústias da categoria. É válido ressaltar que a regional de Imperatriz comumente realiza festividades para comemoração do dia do professor (15/10) e dia do servidor público (28/10), mas esses eventos não atendem aos anseios relacionados a lazer para a categoria na região. Esse cenário revela limites da atuação sindical no campo da assistência sindical, especialmente fora da cidade de São Luís onde está sediado o Sinproesemma.

O relato da professora Naelza da Silva Gomes foi direcionado à questão estrutural e os desvios de disciplina. De acordo com a visão da professora, o sindicato deveria estar atento a essas questões.

Eu acho que eles deveriam andar assim mais nas escolas, vê a quantidade de alunos que tem nas salas de aula, usar assim... coisas absurdas que a gente vê, aí os diretores cobrando dos professores. Professores, por exemplo, que é formado numa disciplina e eles põe para dar aula em outra disciplina que não tem nada a ver. Por exemplo, eu fiz biologia, aí de repente querem botar para dar química, dar física, eu não fiz física e nem fiz química, entendeu? Aí você vai para a sala de aula, aí eu acho que o sindicato devia ver mais essas coisas, agora não que eu não estou mais, mas vejo muitas colegas minhas reclamando sobre isso (Gomes, Naelza da Silva. Entrevista concedida em: 11 de dezembro 2024).

A fala da professora Naelza da Silva Gomes reforça uma reclamação uníssona do corpo docente maranhense, a superlotação das escolas estaduais e o desvio de disciplina. Não se observa, por parte dos docentes maranhenses, uma iniciativa para mitigar tais situações, nem por parte do estado e nem por parte do sindicato. O problema de desvio de disciplina é tão grave que, dependendo da escola, há professores que ministram até quatro disciplinas. Por exemplo, em uma escola de menor porte o professor de História é designado para ministrar aulas de História, Filosofia e Sociologia, muitas vezes acumulando também em sua carga horária as disciplinas da base diversificada, como Projeto de Vida e os aprofundamentos, o que denota uma precarização do trabalho docente.

Além das dimensões levantadas, a saúde do trabalhador da educação foi bastante citada, com referências à falta de um plano de saúde para a categoria, ausência de um profissional que trate da saúde mental e a falta de cuidado relacionado à doenças ocupacionais. A constante repetição em levantar a pauta saúde nas entrevistas, denota uma área de grande preocupação por parte dos professores quanto a esse tema e que vem sendo negligenciada pelo estado e pelo sindicato.

Segundo a professora Lucimary Oliveira de Araújo Sousa, em entrevista concedida em dezembro de 2024, afirmou que “o professor deve ficar mais atento para se cuidar, porque professor que não se cuida, a carreira dele é curta, no sentido de, às vezes chegar até mesmo a se aposentar, porque doença começa da garganta mesmo, a garganta sofre.” Além das doenças que podem acometer qualquer indivíduo, o professor, em função da natureza de seu cargo, está suscetível a desenvolver, LER (Lesão do esforço repetitivo), bursite, tendinite e uma série de doenças relacionadas à fonação. Tais relatos evidenciam que o adoecimento docente não pode ser encarada sob uma perspectiva individual, mas como resultado direto das condições de

trabalho às quais os professores são submetidos, exigindo uma atuação sindical mais prática e articulada.

Todas as demandas levantadas pelos docentes revelam um conjunto amplo de problemas que se referem à formação, a jornada de trabalho, o lazer, as condições materiais e a saúde do trabalhador da educação. Na percepção dos entrevistados, há morosidade do sindicato em reivindicar a resolubilidades das questões e há uma pretensa letargia do estado em resolver tais questões. Esse cenário contribui para o distanciamento entre o sindicato e a base de docentes no interior do estado.

CONCLUSÕES

Ao longo da presente pesquisa, constatou-se que o Sinproesemma resultou de um processo histórico de transformação institucional da antiga Associação dos Professores do Estado do Maranhão (APEMA), consolidando-se posteriormente como entidade sindical. Tal processo evidencia que a configuração atual do sindicato não surgiu de forma espontânea, mas foi construída a partir de diretrizes, experiências organizativas e repertórios de mobilização herdados da entidade anterior.

No recorte específico de Imperatriz, observou-se que a atuação do Sinproesemma é marcada por continuidades institucionais, mas também por disputas internas e tensões entre a direção do núcleo regional e a direção estadual. Esses elementos demonstram que a dinâmica sindical não se limita às reivindicações externas dirigidas ao poder público, envolvendo igualmente conflitos, negociações e diferentes projetos de condução política no interior da própria entidade.

No que se refere à percepção da categoria docente, os participantes da pesquisa reconheceram a importância histórica e política do Sinproesemma enquanto instrumento de representação coletiva e defesa de direitos. Contudo, também foram identificados limites em sua atuação, especialmente no que diz respeito à capacidade de diálogo com a base e à efetividade de determinadas estratégias organizativas.

Entre os principais desafios apontados pelos docentes, destacou-se a necessidade de revisão das práticas de comunicação e mobilização adotadas pelo sindicato. Em um contexto marcado por transformações tecnológicas, mudanças nas relações de trabalho e novas formas de participação política, torna-se fundamental que a entidade sindical reavalie seus mecanismos tradicionais de aproximação com a categoria, buscando ampliar canais de escuta, informação e engajamento.

A pesquisa também indicou que o sindicato enfrenta dificuldades para manter sua legitimidade junto à categoria, realidade que não se restringe ao caso investigado, mas se relaciona a um cenário mais amplo de reconfiguração das formas clássicas de organização coletiva. As mudanças no mundo do trabalho, o avanço de perspectivas individualizantes e o distanciamento entre direção e base constituem fatores que impactam diretamente a capacidade mobilizadora das entidades sindicais.

Dessa forma, conclui-se que o Sinproesemma necessita de atualização estratégica frente às demandas contemporâneas impostas ao sindicalismo docente. A permanência exclusiva em mecanismos tradicionalmente utilizados pode contribuir para a perda gradual de relevância

social e política da entidade. Em contrapartida, a capacidade de renovação organizativa, de fortalecimento do vínculo com a categoria e de leitura crítica das novas conjunturas poderá representar caminhos importantes para a manutenção de sua representatividade e de seu papel histórico na defesa dos trabalhadores da educação pública maranhense.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGÊNCIA BRASIL. **Há 110 anos ocorria o primeiro Congresso Operário Brasileiro.** Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/geral/audio/2016-04/ha-110-anos-ocorria-o-primeiro-congresso-operario> Acesso em: 19 de jul. 2024.
- ALBORNOZ, Suzana. **O que é trabalho.** 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- ANTUNES, Ricardo C. **O que é o sindicalismo.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1998.
- ANTUNES, Ricardo C. (org). **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0.** 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2020.
- ANTUNES, Ricardo. (2011) A ENGENHARIA DA COOPTAÇÃO E OS SINDICATOS. **PEGADA – A Revista Da Geografia do Trabalho**, [s.l.],v.12, nº1, 2011. DOI: 10.33026/peg.v12i1.913. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/913>. Acesso em: 10 fev. 2025.
- ANTUNES, Ricardo; FILGUEIRAS, Vitor. Plataformas digitais, Uberização do trabalho e regulação no capitalismo contemporâneo. **Contratempo**, Niterói, v. 39, n. 1, p. 27-43, abr./
- ANTUNES, Ricardo; SILVA, Jair Batista da. PARA ONDE FORAM OS SINDICATOS? Do sindicalismo de confronto ao sindicalismo negocial. **Caderno CRH**, Salvador, v. 28, n. 75, p. 511-528, set/dez. 2015
- BERREMAN, G. **Etnografia e controle de impressões numa aldeia dos Himalaias.** Alba Zaluar Guimaraes (ORG) Desvendado Máscaras Sociais. 2ª edição. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1998.
- BRASIL. **Consolidação das Leis do Trabalho:** aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943.
- BRASIL. Lei no 13.467, de 13 de julho de 2017. **Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).** Diário Oficial da União, Brasília, 2017.
- BRASIL. **Comissão Nacional da Verdade.** *Violações dos direitos humanos dos trabalhadores.* In: BRASIL. **Comissão Nacional da Verdade.** *Relatório final.* Brasília: CNV, 2014. v. 2, p. 55-65. Disponível em: <https://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/Volume%202%20-%20Texto%202.pdf> Acesso em: 16 de set. 2025.
- CEFAI, Daniel. **Porquoi se mobilise-t-on?** Paris: La Decouverte/MAUSS, 2007. Introduction Générale, p.7-23.
- CHARMAZ, Kathy. **A construção da teoria fundamentada: um guia prático para análise qualitativa.** Porto Alegre: Artmed, 2009.
- CRUZ, Hélvia Leite (2008). Condições de construção histórica do sindicalismo docente de educação básica. **Soc. estado.** [online]. vol.23, n.1, pp. 194-195. Disponível em URL: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69922008000100014>. Acesso em 24 de mai. 2024.
- DAL ROSSO, Sadi. Fragmentação sindical. **Educar em revista.** Curitiba, Brasil, n. 48, p. 39-52, abr/jun. 2013. Editora UFPR.

DAMATTA, Roberto. **O ofício de etnólogo ou como ter “Antropological Blues”** In: NUNES, Edson de Oliveira (org.). *A Aventura Sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978. pp 23-35

DANTAS, Vanessa Amorim. **Aspectos Históricos e Políticos da Associação de Professores do Estado do Maranhão (1976-1989)**. Dissertação (mestrado) – Universidade Nove de Julho – UNINOVE, São Paulo, 2016.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2014.

DUARTE, R. Entrevistas em pesquisas qualitativas. **Educ. rev.**, Curitiba, n. 24, p. 213-225, Dez. 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-4060.357> . Acesso em: 11 de jun. 2024

DUTRA, Renata Queiroz; LIMA, Renata Santana. Neofascismo, neoliberalismo e direito do trabalho no governo Bolsonaro. **Rev. Direito e Práx.**, Rio de Janeiro, Vol. 14, n. 3, 2023, p. 1771-1804.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. **O manifesto comunista**. 5.ed. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1999. 65 p.

_____. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Tradução: B. A. Schuman. São Paulo: Boitempo, 2010.

ESTATUTO DO SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO BÁSICA DAS REDES PÚBLICAS ESTADUAL E MUNICIPAIS DO ESTADO DO MARANHÃO – SINPROESEMMA (IV CONTEMA). São Luís, 2018. Disponível em: <https://sinproesemma.org.br/wp-content/uploads/2015/03/ESTATUTO-SINPROESEMMA-4-CONTEMA.pdf> Acesso em: 28 de mai. 2024.

ESTATUTO DO SINDICATO DOS TRABALHADORES EM ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DA REDE PARTICULAR DO ESTADO DO MARANHÃO – SINTERP-MA. São Luís, 2017. Disponível em: <https://sinterpma.org.br/index/wp-content/uploads/2024/04/ESTATUTO.pdf> Acesso em: 25 de jul. 2024.

GALVÃO, Andréia. A contribuição do debate sobre a revitalização sindical para a análise do sindicalismo brasileiro. **Crítica Marxista**, [s.l], nº 38, p. 103-201, mar/2014.

GIDDENS, Anthony. Cap. 13 – O trabalho e a vida econômica. In: GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. Lisboa: Editora da FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN, 2008.

GOFFMAN, E. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. LTC, 1981.

GOETTERT, Jonas Dari. **Introdução à história do movimento sindical**. 3ª ed. 1ª reimp. Brasília, DF: Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, 2014. 123 p. (Formação de Dirigentes Sindicais, Eixo 1, Fascículo 4).

GOUVEIA, A. B.; FERRAZ, M.A.S. Sindicalismo docente e política educacional: tensões e composições de interesses corporativos e qualidade da educação. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 48, p. 111-129, abr./jun. 2013. Editora UFPR.

HARVEY, David. Parte II – A transformação político-econômica do capitalismo do final do século XX. In: HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 2008. HOBSBAWM, Eric J. **Mundos do trabalho**. Tradução de Waldea Barcellos e Sandra Bedran. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

KOWARICK, Lúcio. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos da metodologia científica**. 8ª ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MARX, Karl. **O capital: Crítica da economia política: Livro I: O processo de produção do capital**/ Tradução: Rubens Enderle – São Paulo: Boi tempo, 2013.

MINAYO, Maria Cecília (org). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

OLIVEIRA, Roberto Veras de; RAMALHO, José Ricardo; SANSON, Cesar (Orgs). **Diálogos críticos: o pensamento estrangeiro e a sociologia do trabalho no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2023.

OLIVEIRA, Mariana Esteves de. Precarização e resistência docente: Memórias de greves e crise de mobilização na Secretaria Estadual de Educação de São Paulo, **Izquierdas**, 35, set. 2017, pp.287-317.

OZORIO, Maria Beatriz Vieira Branco; ALMEIDA, Dóris Bittencourt. Professoras em Greve: Memórias de lutas em defesa do Magistério (1979-1987 – Porto Alegre/RS). **Educação Unisinos** – v.23, n. 3, jul/set. 2019, pp. 576-594. DOI: 10.4013/edu.2019.233.12

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Seleção de textos e introdução de Maria Stella Bresciani. Tradução Denise Bottman. 1ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

PINTO, Almir Pazzianotto. Sindicalismo no Brasil – breve história: Convenção 87 da OIT. **Cordis: Revista Eletrônica de História Social da Cidade**, São Paulo, v. 1, n. 24, 2020. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/cordis/article/view/51586>. Acesso em: 22 ago. 2025.

RÊSES, Erlando da S. (2008). De vocação para profissão: organização sindical docente e identidade social do professor. **Soc. Estado**, vol.23, n. 2, p. 487-489. [Em linha]. Disponível em URL : <https://www.scielo.br/j/se/a/bZ9DVtZmwjcdpxMhxBY49Rh/?lang=pt> Acesso em: 24 de mai. 2024

REZENDE, Luiz Otávio de Oliveira. **A nova racionalidade no mundo do trabalho e seus reflexos sobre o sindicalismo**. Dissertação (mestrado). Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2006. 173 f.

RODRIGUES, LM. O sindicalismo corporativo no Brasil. In: **Partidos e sindicatos: escritos de sociologia política [online]**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009. pp. 38-65. ISBN: 978-85-7982-026-7. Available from SciELO Books <http://books.scielo.org>.

ROMANI, Carlo. Anarquismo italiano, transnacionalismo e emigração ao Brasil: contribuições ao debate teórico. **Crítica histórica**. [s.l], 2020. pp. 10-33.

SANTANA, Marco Aurélio; BRAGA, Ruy. O pêndulo oscilante: sociologia do trabalho e o movimento sindical no Brasil. **Caderno CRH**. Salvador, v.22, n. 56, p. 297-309. Mai/Ago. 2009.

SÃO PAULO (Estado). Assembleia Legislativa. **Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”**. *Relatório final: tomo I, parte II – A perseguição aos trabalhadores urbanos e ao movimento operário*. São Paulo: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 2015. Disponível em: <https://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/relatorio/tomo ->

[i/downloads/I_Tomo_Parte_2_A-perseguiçao-aos-trabalhadores-e-ao-Movimento-Operario.pdf](#) Acesso em: 16 de set. 2025.

VELHO, Gilberto. **Observando o familiar**. In: Individualismo e Cultura: Notas para Antropologia da Sociedade Contemporânea. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

WESTIN, Ricardo. CLT chega aos 80 anos com direitos do trabalhador sob disputa. **Agência Senado**, Brasília, 28 de abr. 2023. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2023/04/clt-chega-aos-80-anos-com-direitos-do-trabalhador-sob-disputa> Acesso em: 24 de ago. 2025.

ZALUAR, Alba. **A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza**. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2000.

LEGISLAÇÃO CONSULTADA

BRASIL. Decreto nº 1.313, de 17 de janeiro de 1891. **Estabelece providências para regularizar o trabalho dos menores nas fábricas da Capital Federal**. Coleção Leis do Brasil – 1891, página 326, vol. 4. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1313-17-janeiro-1891-498588-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 26 de ago. 2025

BRASIL. Decreto nº 979, de 6 de janeiro de 1903. **Faculta aos profissionais da agricultura e indústria a organização de sindicatos para a defesa de seus interesses**. Diário Oficial da União – 14 de jan. 1903. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Historicos/DPL/DPL979-1903.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%20979%2C%20DE%206%20DE%20JANEIRO%20DE%201903&text=Faculta%20aos%20profissionais%20da%20agricultura,Art. Acesso em: 26 de ago. 2025

BRASIL. Decreto nº 1.637, de 5 de janeiro de 1907. **Cria sindicatos profissionais e sociedades cooperativas**. Diário Oficial da União - 11 de jan. 1907. Página 251. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-1637-5-janeiro-1907-582195-publicacaooriginal-104950-pl.html#:~:text=Art.,interesses%20profissionais%20de%20seus%20membros.> Acesso em: 26 de ago. 2025

BRASIL. Decreto nº 3.724, de 15 de janeiro de 1919. **Regula as obrigações resultantes dos acidentes de trabalho**. Diário Oficial da União – seção 1 – 18 de jan. 1919. Página 1013. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-3724-15-janeiro-1919-571001-publicacaooriginal-94096-pl.html>. Acesso em: 26 de ago. 2025

BRASIL. Decreto nº 4.682, de 24 de janeiro de 1923. **Cria, em cada uma das empresas de estrada de ferro existente no país, uma caixa de aposentadoria e pensões para os respectivos empregados**. Diário Oficial da União - Seção 1 – 13 de abr. 1923, página 10859. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-4682-24-janeiro-1923-538815-publicacaooriginal-90368-pl.html#:~:text=Crea%2C%20em%20cada%20uma%20das,pens%C3%B5es%20para%20os%20respectivos%20empregados.> Acesso em: 26 de ago. 2025.

BRASIL. Decreto nº 4.982, de 24 de dezembro de 1925. **Manda conceder, anualmente, 15 dias de férias aos empregados e operários de estabelecimentos comerciais, industriais e bancários, sem prejuízo ao ordenado, vencimentos ou diárias e dá outras providências.** Coleção Leis do Brasil – 1925, página 126, vol.1. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-4982-24-dezembro-1925-776548-publicacaooriginal-140498-pl.html>. Acesso em: 26 de ago. 2025.

BRASIL. Decreto nº 19.433, de 26 de novembro de 1930. **Cria uma Secretaria de Estado com a denominação de Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.** Diário Oficial da União – Seção 1 – 2 de dez. de 1930, p. 21604. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19433-26-novembro-1930-517354-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 26 de ago. 2025

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**, de 16 de julho de 1934. Diário Oficial da União – 16 de jul. 1934. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm. Acesso em: 26 de ago. 2025

BRASIL. Decreto-Lei nº 1.237, de 2 de maio de 1939. **Organiza a Justiça do Trabalho.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del1237.htm#:~:text=DEL1237%2D39&text=DECRETO%2DLEI%20N%C2%BA%201.237%2C%20DE%20%20DE%20MAIO%20DE%201939.&text=Disposi%C3%A7%C3%B5es%20preliminares-,Art.dirimidos%20pela%20Justi%C3%A7a%20do%20Trabalho. Acesso em: 26 de ago. 2025

BRASIL. Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949. **Trata sobre o repouso semanal remunerado e o pagamento de salário nos dias feriados civis e religiosos.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/10605.htm Acesso em: 29 de ago. 2025.

BRASIL. Lei nº 4.090, de 13 de julho de 1962. **Institui a gratificação de Natal para os trabalhadores.** https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14090.htm Acesso em: 29 de ago. 2025.

BRASIL. MEDIDA PROVISÓRIA Nº 870/2019, de 1º de janeiro de 2019. **Estabelece a organização básica da Presidência da República e dos Ministérios.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/mpv/mpv870impressao.htm Acesso em: 5 de set. 2025.

APÊNDICES

APÊNDICE A – CARTA DE APRESENTAÇÃO



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
Fundação Instituída nos termos da Lei nº 5.152, de 21/10/1966 – São Luís - Maranhão.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

CARTA DE APRESENTAÇÃO

Prezado (a) Senhor (a),

Por meio desta carta apresentamos a acadêmica **Fernanda Nunes Pereira**, discente do Mestrado em Sociologia do Centro de Ciências Sociais, Saúde e Tecnologia (CCSST) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) em Imperatriz, devidamente matriculada sob o número 2023105633 nesta instituição de ensino, que está realizando a pesquisa intitulada **“SINDICATOS: uma análise das percepções sociais acerca da instituição em Imperatriz – MA”**.

Na oportunidade, solicitamos sua participação no processo de execução da pesquisa e coleta de dados, o que se dará através de conversas, entrevistas e pesquisa em arquivos. Queremos informar que o caráter ético desta pesquisa assegura o sigilo das informações coletadas e garante, também, a preservação da identidade e da privacidade de seus participantes.

Agradecemos vossa compreensão e colaboração no processo de desenvolvimento desta futura profissional. Em caso de dúvidas o (a) senhor (a) pode procurar a coordenação do Mestrado em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) pessoalmente ou entrar em contato comigo, orientador da discente, através do e-mail clodomir.cordeiro@ufma.br e do telefone: (85) 99613-3433.

Imperatriz, 2024.

Atenciosamente,

Prof. Dr. Clodomir Cordeiro de Matos Junior (Professor Orientador)
Universidade Federal do Maranhão – PPGS/UFMA
Matrícula 2141213

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO E LIVRE ESCLARECIDO



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
 Fundação Instituída nos termos da Lei nº 5.152, de 21/10/1966 – São Luís - Maranhão.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convidamos o (a) senhor (a) a participar da Pesquisa **“SINDICATOS: uma análise das percepções sociais acerca da instituição em Imperatriz – MA”**, sob a responsabilidade da pesquisadora **Fernanda Nunes Pereira**, matrícula nº 2023105633, do Mestrado em Sociologia do Centro de Ciências Sociais, Saúde e Tecnologia (CCSST) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) em Imperatriz, e orientação do professor Dr. Clodomir Cordeiro de Matos Júnior. O objetivo da pesquisa é compreender as percepções atuais acerca dos sindicatos e sua atuação na cidade de Imperatriz – MA.

Sua participação nessa pesquisa é voluntária e se dará por meio da coleta de informações prestadas a uma entrevista ou outros métodos que porventura permitam o alcance dos objetivos da pesquisa.

Se o (a) senhor (a) aceitar participar, contribuirá para a produção científica do Estado do Maranhão e o debate público sobre os sindicatos e as representações trabalhistas em Imperatriz e região.

Se depois de consentir em sua participação o (a) senhor (a) desistir, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo a sua pessoa. O (a) senhor (a) não terá nenhuma despesa e não receberá nenhuma remuneração por sua participação.

Os resultados da pesquisa serão analisados e utilizados na produção de um relatório de pesquisa e eventuais artigos, mas sua identidade não será divulgada, sendo guardada em sigilo durante e após a pesquisa. Para tanto, os nomes utilizados nas transcrições das entrevistas poderão ser fictícios, caso sua divulgação não seja autorizada pelo (a) entrevistado (a). Caso algum entrevistado (a) queira, poderá ter acesso aos dados originais de sua entrevista.

Para qualquer outra informação, o (a) senhor (a) poderá entrar em contato com o orientador da discente, através do e-mail clodomir.cordeiro@ufma.br e do telefone: (85) 99613-3433, e com a Universidade Federal do Maranhão (UFMA) no endereço da Rua Urbano Santos, S/N, Centro, Imperatriz – MA. CEP: 65900-410.

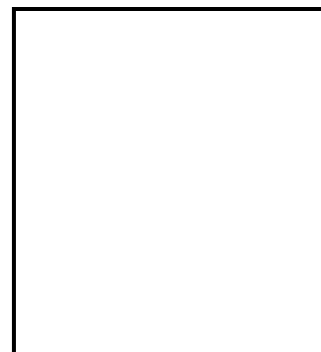
Consentimento Pós-Informação

Eu, _____,
 _____, RG _____, CPF _____,
 concordo em participar da pesquisa **“SINDICATOS: uma análise das percepções sociais acerca da instituição em Imperatriz – MA”**. Fui devidamente informado (a) e esclarecido (a) pela pesquisadora **Fernanda Nunes Pereira** sobre os objetivos da pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como a importância de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer prejuízo. Este documento é emitido em duas vias que serão ambas assinadas por mim e pela pesquisadora, ficando uma via com cada um (a) de nós.

Assinatura do entrevistado (a)

Data: ____/____/____

Assinatura da entrevistadora



Impressão do dedo polegar
Caso não saiba assinar